

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E
ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO**

FERNANDO VERONEZZI

**OS TRABALHADORES RURAIS E A LUTA PELA TERRA NA REGIÃO DE
JABOTICABAL (SP): A CONQUISTA DO ASSENTAMENTO RURAL DE
CÓRREGO RICO**

**MARINGÁ-PR
2013**

FERNANDO VERONEZZI

**OS TRABALHADORES RURAIS E A LUTA PELA TERRA NA REGIÃO DE
JABOTICABAL (SP): A CONQUISTA DO ASSENTAMENTO RURAL DE
CÓRREGO RICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Elpidio Serra

MARINGÁ-PR

2013

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)**

V549t Veronezzi, Fernando
Os trabalhadores rurais e a luta pela terra na região de Jaboticabal (SP): A conquista do assentamento rural de Córrego Rico / Fernando Veronezzi. -- Maringá, 2013.
141 f. : il. col., figs., tabs., gráficos, mapas, fotos + Apêndices.

Orientador: Prof. Dr. Elpidio Serra.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2013.

1. Assentamento rural - Jaboticabal (SP). 2. Trabalhador Rural - Exploração - Região Jaboticabal (SP). 3. Trabalhador rural - Aspectos sociais - Região Jaboticabal (SP). 4. Questão agrária - Região Jaboticabal (SP). 5. Reforma agrária - Jaboticabal (SP). 6. Trabalhadores rurais - Guariba (SP) - Greve - 1984. I. Serra, Elpidio, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDD 21.ed. 333.3198161

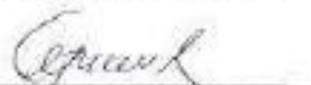
MN-0001087

OS TRABALHADORES RURAIS E A LUTA PELA TERRA NA REGIÃO DE
JABOTICABAL (SP): A CONQUISTA DO ASSENTAMENTO RURAL DE CÔRREGO
RICO

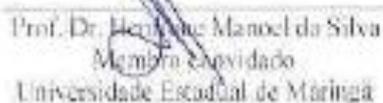
Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade
Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção
do grau de Mestre em Geografia, área de concentração:
Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa Produção
do Espaço e Dinâmicas Territoriais.

Aprovada em 02 de abril de 2013.

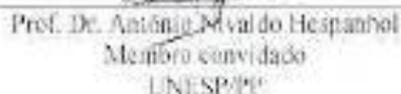
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Elpidio Serra
Orientador - UEM
Universidade Estadual de Maringá



Prof. Dr. Heitor de Manoel da Silva
Membro convidado
Universidade Estadual de Maringá



Prof. Dr. Antônio Mival do Hespanhol
Membro convidado
UNESP/PE

Dedico este trabalho a Paulo César Veronezzi
(*in memoriam*) e aos trabalhadores rurais
assentados, que me mostraram que é possível
sim, transformar uma dada realidade.

AGRADECIMENTOS

Obviamente que em primeiro lugar, agradeço a minha família, que sempre me deu suporte e incentivo para que eu investisse nos estudos. Minha mãe Ana, meus avós (que sempre foram muito mais que avós, foram pais) Aparecida e Waldemar, meu irmão Diego e meu primo Ronaldo, sempre pessoas muito preocupadas com o meu futuro e que, com paciência, estiveram ao meu lado durante esse percurso.

Em especial, disponibilizo um parágrafo dos agradecimentos para de forma singela, mas muito sincera, retribuir todo o carinho que meu tio, Paulo César Veronezzi (*in memoriam*) sempre teve comigo. Um exímio agricultor, que durante sua jornada batalhou exemplarmente para deixar um legado admirável aos seus familiares. À você, sou muito grato.

Certamente não poderia deixar de mencionar alguns amigos, companheiros, parceiros, irmãos - não sanguíneos, mas irmãos! E é nesse grupo que “a turma” entra: Felipe (Capanema), Karol Bueno, Tatiane Leal, Dulce(néia), pessoas que tive o prazer de conhecer em Guarapuava; Joyce (Polaina), Simone Fachin, Analigia e Katiuse, os superamigos de Maringá e claro, os conterrâneos queridos, Angélica, Jaqueline e Renan de Jaboticabal. Com vocês, o processo de escrita dessa dissertação se tornou muito mais fácil, afinal, além de dialogar sobre Geografia, festejar e se divertir também é uma ação fundamental, e estar com vocês, sempre é uma tarefa muito agradável e prazerosa. A vocês eu sou grato.

Ao professor orientador da pesquisa, Doutor Elpidio Serra, que contribuiu com conselhos e informações fundamentais para o desenvolvimento desse trabalho.

À CAPES pelo apoio financeiro na concessão de bolsa de estudos. Aos assentados do Córrego Rico, e ao técnico do Instituto de Terras do Estado de São Paulo, José Amarante, sujeitos essenciais e que também colaboraram para com esse trabalho.

Enfim, a todos vocês, meus sinceros agradecimentos.

*"Que a liberdade seja a nossa própria substância."
Simone de Beauvoir*

RESUMO

O campo brasileiro é marcado por uma história baseada na concentração de terras e na exploração dos trabalhadores. Nesse sentido, as ideias organizadas nessa dissertação apresentam subsídios para a compreensão desses fatores desde a colonização do país, perpassando pelos diversos usos da terra e das relações de trabalho nos cafezais do interior paulista sob o regime de colonato. Além disso, o estudo ainda apresenta as políticas engendradas no período militar (1964-1985), entendendo-o como um período em que as desigualdades/disparidades se reforçaram no território rural, levando-se em conta as especificidades do estado de São Paulo e da região e do município de Jaboticabal. As várias lutas travadas pelos trabalhadores a fim de buscarem melhores condições de vida, tanto em categoria de trabalho quanto no empenho ao desenvolvimento de ações que visassem a execução de projetos de Reforma Agrária, são exemplificadas por meio de uma das mais expressivas greves ocorridas no Estado de São Paulo, articulada por trabalhadores rurais assalariados da lavoura canavieira, a Greve de Guariba de 1984, manifestação considerada essencial no processo de constituição de sujeitos engajados na luta por terra e por direitos trabalhistas para essa categoria no estado. Sendo assim, uma caracterização do perfil agrário regional integra essa pesquisa, com a finalidade de compreender as particularidades que envolvem as questões fundiárias, agrícolas e populacionais do EDR (Escritório de Desenvolvimento Rural) de Jaboticabal. São esses processos, discutidos no decorrer da investigação que dão condições fundamentais para entender a dinâmica dos assentados e do assentamento rural de Córrego Rico, foco principal do trabalho, área observada a partir de suas peculiaridades, localizada em um território caracterizado por grandes unidades produtivas voltadas à produção de cana-de-açúcar.

Palavras- Chave: Exploração do trabalho; Concentração de terras; Trabalhadores rurais; Greve de Guariba e Assentamento Rural de Córrego Rico.

ABSTRACT

The Brazilian rural territory is marked by a story based on the concentration of land and exploitation of workers. In this sense, the ideas organized in this dissertation present sources to the understanding of these factors since the colonization of the country, passing by several uses of land and labor relations in the coffee plantations situated in the state of São Paulo under the context of the scheme of settlement. Furthermore, the research also presents engendered policies during the military period (1964-1985), considering it as a period in which inequalities/disparities are reinforced in the field, taking into account the specificities of the state of São Paulo, region and the Jaboticabal city. The several struggles waged by workers in order to seek better conditions of life, both as a category of work and the commitment with regard to the development of actions aiming the implementation of land reform projects, are exemplified by one of the most significant strikes occurred in the state of São Paulo, articulated by rural workers employed in sugarcane farming, the Strike of Guariba of 1984, manifestation considered essential in the process of constitution of subjects engaged in the struggle for land and labor rights for that category. Thus, a characterization of the regional agrarian profile integrates the research in order to understand particular issues involving land, agricultural and population of EDR (Office of Rural Development) of Jaboticabal. These processes, discussed in the course of research, give fundamental conditions to understand the dynamic of settlers and the rural settlement of Córrego Rico, the main focus of the work, area observed from its peculiar features, located in an area characterized by large units of agricultural production geared to the production of sugarcane.

Keywords: Exploitation of labor; Concentration of land; Rural workers; Strike of Guariba and Settlement of Córrego Rico.

Lista de Figuras

- Figura 1-** Condições Emanadas pela Expansão do Capital no Território Rural.....49
- Figura 2-** Greves dos Canaviais e Laranjais ocorridas no mês de maio de 1984 no interior do Estado de São Paulo.....57
- Figura 3-** Assentamentos Rurais na Região Norte do Estado de São Paulo (2012).....72
- Figura 4-** Área de produção de cana-de-açúcar ao redor do assentamento (área destacada).....106

Lista de Fotos

Foto 1- Manifestação da Categoria na Cidade de Guariba (15 de Maio de 1984).....	55
Foto 2- Área do Horto Florestal do Córrego Rico sem a cobertura vegetal dos eucaliptos(1998).....	85
Foto 3- Placa de identificação do Assentamento.....	89
Foto 4- Manifestação dos assentados de Córrego Rico em Ribeirão Preto–SP (1999).....	93
Foto 5- Consórcio de Feijão e Mandioca.....	95
Foto 6- Consórcio de Milho e Mandioca.....	95
Foto 7- Plantação de Milho em dois estágios de produção.....	99
Foto 8- Associação “A Terra Rica” – Parte Externa e Interna (Lote 43).....	111
Foto 9- Curso Associativismo Rural – Barracão da Associação “A Terra Rica”.....	112
Foto 10- Fossas sépticas biodigestoras em um dos lotes do Assentamento.....	117

Lista de Gráfico

Gráfico 1- Presença das culturas nos lotes do Assentamento Rural Córrego Rico no ano de 2010.....	104
--	-----

Lista de Mapas

- Mapa 1-** Representação dos Escritórios de Desenvolvimento Rural do Estado de São Paulo e destaque para o EDR de Jaboticabal.....62
- Mapa 2-** Exploração da Cultura Canavieira nos municípios paulistas – Destaque para o Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Jaboticabal (2005).....65
- Mapa 3-** Distribuição Geográfica Das Unidades Produtivas com cana-de-açúcar nos municípios paulistas – Destaque para o Escritório de Desenvolvimento Rural de Jaboticabal (2007-2008).....69
- Mapa 4-** Distribuição Geográfica da área plantada e número de produtores de cana-de-açúcar nos municípios paulistas - Destaque para o Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Jaboticabal75
- Mapa 5-** Localização do Assentamento Córrego Rico no município de Jaboticabal.....87
- Mapa 6-** Mapa do Assentamento de Córrego Rico e Divisão dos Lotes.....88

Lista de Tabelas

Tabela 1- Evolução da População Brasileira – por local de residência (1940-2010).....	43
Tabela 2- Evolução da População Paulista – por local de residência (1940-2010).....	44
Tabela 3- Estrutura Fundiária Brasileira 1920 a 2006, segundo o tamanho das unidades produtivas (em unidades) e área (em porcentagem).....	46
Tabela 4- Evolução da área plantada com cana-de-açúcar nos municípios que compõem o Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Jaboticabal no período de 1995-1996 e 2007-2008 (Em porcentagem).....	63
Tabela 5- Principais culturas produzidas no Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Jaboticabal (1995-1996 e 2007-2008).....	66
Tabela 6- Estrutura Fundiária do Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Jaboticabal – 2007-2008.....	67
Tabela 7- Estrutura Fundiária de Jaboticabal.....	70
Tabela 8- Total das Unidades Produtivas (em quantidade e hectares) com a presença da cultura canieira em Jaboticabal-SP.....	71
Tabela 9- Dinâmica Populacional nos municípios que compõem o Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Jaboticabal no período de 1980 a 2010.....	76
Tabela 10- Produção de Milho - Ano de 2010 (em Kg).....	98
Tabela 11- Produção de Mandioca- Ano de 2010 (em Kg).....	100
Tabela 12- Produção de Abóbora- Ano de 2010 (em Kg).....	101
Tabela 13- Produção de Goiaba- Ano de 2010 (em Kg).....	102
Tabela 14- Produção de Manga- Ano de 2010 (em Kg).....	102
Tabela 15- Produção de Laranja- Ano de 2010 (em Kg).....	103

Lista de Siglas

ABAG/RP - Associação Brasileira do Agronegócio da região de Ribeirão Preto

AFITESP - Associação dos Funcionários da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo

CANASAT- Monitoramento da Cana-de-açúcar via Imagens de Satélite

CATI- Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

CEASA – Central de Abastecimento de Alimentos

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

EDR- Escritório de Desenvolvimento Rural

FEPASA – Ferrovias Paulista S/A

FERAESP – Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

HA- Hectares

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEA- Instituto de Economia Agrícola

INCRA– Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPE- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

INSS- Instituto Nacional de Seguridade Social

ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo

KG- Quilograma

LUPA- Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra

NEPO- Núcleo de Estudos da População

OMAUESP- Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo

RFFSA – Rede Ferroviária Federal S/A

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PGE – Programa de Pós-Graduação em Geografia

PLANALSÚCAR - Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar

PMDB- Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP – Partido Progressista

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROÁLCOOL – Programa Nacional do Álcool

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

SABESP – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

SEADE- Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UEM – Universidade Estadual de Maringá

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

UNICAMP- Universidade Estadual de Campinas

UP- Unidade Produtiva

SUMÁRIO

RESUMO.....	8
Introdução.....	19
1. ASPECTOS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA: CONCENTRAÇÃO DE TERRAS E EXPLORAÇÃO DO TRABALHO.....	25
1.1 Os imigrantes e o regime de colonato nas fazendas de café em São Paulo	29
1.2 O período do café e a agricultura em Jaboticabal-SP.....	32
1.3 A crise do café e sua substituição na agricultura regional/local	34
1.4 A expansão do capital no campo brasileiro e as evidências da desigualdade reforçadas no período militar	37
1.5 Efeitos da expansão do capital no campo brasileiro	42
1.5.1 A modernização das técnicas de produção agrícola e a formação de sujeitos de luta	47
2. AS MANIFESTAÇÕES DOS CORTADORES DE CANA-DE-AÇÚCAR DA DÉCADA DE 1980: A GREVE DE GUARIBA – 1984 E A RELAÇÃO COM O ASSENTAMENTO RURAL DE CÓRREGO RICO	51
2.1 Perfil agrário dos municípios que compõem o Escritório de Desenvolvimento rural (EDR) de Jaboticabal	61
2.2 O papel desempenhado pelos trabalhadores na luta pela Reforma Agrária	78
3. A CONQUISTA DO ASSENTAMENTO RURAL DE CÓRREGO RICO (1998-2012)	81
3.1. A localização geográfica e o processo de instalação das famílias no Assentamento Rural de Córrego Rico.....	86
3.2 A produção agrícola do Assentamento Rural de Córrego Rico	94
4. A ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE AGRICULTURA FAMILIAR DE CÓRREGO RICO “A TERRA RICA” E AS PERSPECTIVAS DO ASSENTAMENTO E DOS ASSENTADOS	109
4.1 Os projetos desenvolvidos no assentamento entre os anos de 2001 e 2012	113
4.1.1 A Produção de ervas medicinais	114

4.1.2 A Exportação de produtos para a Europa (2004-2005);	115
4.1.3 A produção orgânica de Jambu (2005);	116
4.1.4 O projeto estadual Microbacias I e II no Assentamento Córrego Rico....	116
4.1.5 O PAA – Programa de Aquisição de Alimentos.....	119
4.2 Perspectivas dos assentados e do assentamento	122
4.2.1 O desconhecimento da realidade e o preconceito da sociedade local com os assentados	122
4.2.2 O envelhecimento dos assentados e o papel dos jovens	124
4.2.3 Dificuldades e perspectivas do Assentamento Rural de Córrego Rico ..	125
Considerações Finais	127
REFERÊNCIAS.....	130
Outras Fontes	136
APÊNDICE A - Roteiro de entrevista semi- estruturada realizada com o presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Jaboticabal em janeiro de 2012.....	137
APÊNDICE B- - Roteiro de entrevista semi-estruturada realizada com os assentados no período de janeiro à março de 2012.....	138
APÊNDICE C - Roteiro de entrevista semi-estruturada realizada com o técnico de desenvolvimento agrário do ITESP em janeiro de 2012.....	141
APÊNDICE D - Modelo de Carta de Cessão.....	143

Introdução

Este trabalho tem como finalidade entender como sobrevivem os sujeitos que possuem práticas de produção diferenciadas daquelas observadas em um território rural caracterizado pela monocultura canavieira e por grandes e médias unidades produtivas, como é o caso da região e do município de Jaboticabal, interior do estado de São Paulo. Como *locus* de pesquisa, esta dissertação contempla um assentamento rural localizado no distrito de Córrego Rico, município de Jaboticabal.

Compreender como se organizam os pequenos agricultores assentados em uma região que se configura a partir da concentração de terras e pelo perfil produtivo baseado, principalmente, na lavoura canavieira é o elemento norteador do trabalho. Conforme destaque no capítulo II, o assentamento rural de Córrego Rico é o único localizado no EDR (Escritório de Desenvolvimento Rural) de Jaboticabal e, portanto, seu estudo justifica-se, e é fundamental para o entendimento das práticas manifestadas pelos assentados na região em questão.

Para tecer as considerações acerca das conquistas dos assentados, fez-se necessário levar em conta os esforços históricos que passaram esses trabalhadores para atingirem seus objetivos.

Tem-se assim, como objetivo principal, compreender a história de lutas e conquistas (do início da organização social até os dias atuais), o cotidiano das famílias assentadas e suas dificuldades, além de entender as formas de produção e comercialização dos produtos agrícolas produzidos no assentamento.

Para chegar a esses resultados, faz-se necessário o resgate histórico sobre a questão agrária brasileira e paulista, levando-se em conta as inquietações dos trabalhadores rurais assalariados impressas nas greves nos canaviais paulistas na década de 1980, bem como a compreensão do perfil agrário regional, com o intuito de entender a realidade dos assentados e a dinâmica do assentamento foi de suma importância.

Questões que permitem entender a estrutura agrária brasileira a partir de um conjunto de práticas baseadas na concentração de terras e na exploração dos trabalhadores estão presentes nas discussões abordadas nesta pesquisa. Para tanto, trabalha-se neste texto tanto com as dinâmicas regionais e que levam em

consideração o estado de São Paulo e o município de Jaboticabal, bem como o contexto nacional geral.

O interior do estado de São Paulo, especificamente a região de Jaboticabal (que se decidiu trabalhar com o recorte a partir do EDR), é caracterizada por extensas áreas dedicadas à plantação de uma única cultura: a cana-de-açúcar. A diversificação da produção agrícola desenvolvida no território do assentamento se torna elemento importante no contexto regional.

Logo, a reflexão teórico-histórica, a caracterização da região que o município de Jaboticabal está inserido - levando em conta a dinâmica da estrutura fundiária, agrícola e populacional - são informações que dão subsídios para compreender a trajetória de lutas e conquistas dos trabalhadores do assentamento rural de Córrego Rico.

O assentamento é o resultado da força empenhada pelos ex-trabalhadores assalariados da lavoura canavieira em prol de Reforma Agrária na região. Ele é entendido, portanto, como um território conquistado em que os assentados o vivenciam como sendo a realização de um sonho, área onde desenvolvem seus trabalhos de maneira livre, sem a subordinação que estavam submetidos anteriormente enquanto assalariados.

Assim, o assentamento em questão está situado no distrito de Córrego Rico, pertencente ao município de Jaboticabal, região nordeste do estado de São Paulo, sendo uma conquista efetivada no ano de 1998. Possui uma área total 473 hectares e é composto atualmente por 47 famílias, totalizando 255 pessoas assentadas.

Para o desenvolvimento metodológico da pesquisa, utilizou-se de estudos teóricos e conceituais de livros e artigos que discutem a temática; a realização de trabalhos de campo para reconhecimento das potencialidades do território do assentamento; o conhecimento da história dos sujeitos envolvidos por meio de entrevistas e a compreensão de dados estatísticos foram os procedimentos metodológicos utilizados a fim de buscar uma aproximação de maneira mais real tanto do objeto como dos sujeitos da pesquisa.

É importante ressaltar que, antes de iniciar os trabalhos de campo, foram efetuadas as primeiras aproximações com o objetivo de obter confiança dos assentados e observar as atividades corriqueiras desenvolvidas no assentamento. Esses elementos se tornaram importantes quando da elaboração do roteiro de

entrevistas. Os trabalhos de campo foram realizados a partir do momento em que já havia efetuado o maior número de leituras a respeito da temática.

Em relação aos trabalhos de campo, Marcos (2006) considera que é uma das metodologias mais importantes para o desenvolvimento da pesquisa geográfica. A autora considera essa etapa o momento em que “[...] a teoria se torna realidade, se ‘materializa’ diante dos olhos [...]” (MARCOS, 2006, p. 106).

Assim, as atividades de campo foram realizadas entre os meses de dezembro de 2011, janeiro, fevereiro e março de 2012. Para a realização dos trabalhos, o pesquisador levava consigo alguns equipamentos fundamentais: câmera fotográfica, caderno de anotações e gravador de voz digital.

A partir da realização dos primeiros trabalhos de campo, foram efetuados os contatos para a execução das entrevistas, que nesse caso, foi outra metodologia fundamental utilizada para conhecer a história dos sujeitos. Segundo Queiroz (1991), as entrevistas são bastante utilizadas por investigadores das ciências humanas e adquirem um caráter de conversa dirigida, estabelecida entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas com as diversas categorias de sujeitos envolvidos no contexto da pesquisa: assentados, representante do Estado e organização sindical. Elas foram realizadas de forma semi-estruturada, individual, oral, conforme definem Colognese e Mélo (1998).

Também, segundo Colognese e Mélo (1998), nas entrevistas semi-estruturadas, o entrevistador elabora um determinado número de questões que possuem uma sequência contextual no roteiro, podendo, em caso de necessidade, adicionar questões extras no guia de perguntas, já que o entrevistador possui uma postura ativa e flexível nesse tipo de entrevista.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com três (3) assentados que participaram efetivamente de todo o processo de luta na conquista do território do assentamento rural de Córrego Rico, um (1) representante do grupo jovem dos assentados, um (1) técnico de desenvolvimento agrário do ITESP (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo) e um (1) representante do STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) de Jaboticabal. Esse número de entrevistados proporcionou consideráveis explicações a respeito da temática da pesquisa e nesse sentido, Colognese e Mélo (1998, p. 145) colaboram com essa realidade ao exporem que, “[...] mais importante que o número de entrevistados é sua posição

privilegiada no contexto das relações sociais em abordagem”, fator levado em consideração para a escolha dos entrevistados dessa pesquisa.

Após a realização das entrevistas, elas foram transcritas, relidas e organizadas em arquivos digitais, separados por temas. O mesmo procedimento acontecia com os trabalhos de campo: os registros fotográficos eram arquivados e as sensações e observações do pesquisador, registradas em um caderno de anotações (tanto durante, como após a realização dos trabalhos). Cabe ressaltar nesse momento do texto que, as entrevistas foram transcritas tentando se aproximar o máximo possível da forma da fala dos sujeitos.

As estatísticas apresentadas nessa pesquisa basearam-se, essencialmente, em dados disponibilizados nos endereços virtuais de órgãos e instituições como: a Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, por meio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada (CATI) e do Levantamento Censitário das unidades de produção agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos (SEADE).

Os resultados das investigações estão organizados em quatro (4) capítulos. Assim, no capítulo I avaliamos o contexto histórico que envolve a temática agrária e, apresentamos um panorama geral das questões que compreendem a concentração de terras e a exploração dos trabalhadores no período colonial, perpassando por conteúdos relativos ao regime de colonato nas fazendas paulistas de café (auge e declínio da cultura), bem como considerações em relação ao perfil agrário de Jaboticabal em períodos passados.

Ainda no primeiro capítulo abordaremos a expansão do modo de produção capitalista no campo, período militar, e os efeitos causados por esse sistema, em que se reforça a ideia da modernização das técnicas de produção por mudanças nas relações de trabalho e, na produção de políticas que visassem o fortalecimento do latifúndio e dos empresários rurais em prejuízo à uma agricultura praticada por pequenos e médios proprietários, fatores esses que potencializaram a formação de militantes engajados em minimizar os efeitos dessa problemática .

Dessa maneira, cabe ressaltar que, um dos conceitos utilizados no trabalho é o de território. Por compreender que é a categoria de análise que mais se adequa aos estudos realizados emprega-se esse termo para considerar a realidade em

questão e, assim, as definições dos geógrafos Haesbaert (2004) e Saquet (2004) estão contempladas no item 1.4 do desse capítulo e dão embasamento teórico para entender à área de pesquisa.

No segundo capítulo trataremos das inquietações dos trabalhadores rurais assalariados da cultura canavieira no interior paulista, que culminou na greve de Guariba de 1984, manifestação que possuiu grande expressividade à categoria. Além dessas informações, apresenta-se uma caracterização fundiária, agrícola e populacional da região (EDR), enfocando o município sede da regionalização (Jaboticabal), caracterizado por extensas áreas de produção canavieira, grandes e médias unidades produtivas e população essencialmente urbana, a fim de compreender o contexto regional em que o assentamento está inserido, observando a importância que o mesmo possui no contexto agrário regional/local.

É válido mencionar que as propriedades rurais, de modo geral, serão entendidas nesse estudo como “unidades produtivas” (UP), considerando que órgãos responsáveis pela coleta e tratamento dos dados estatísticos voltados ao campo, utilizam termos distintos em suas publicações. Portanto, o termo, unidade produtiva, se torna mais adequado para retratar a realidade em questão.

Já no terceiro capítulo apresentamos um histórico dos trabalhadores provenientes das questões abordadas nos capítulos anteriores (das injustiças históricas e da exploração em períodos recentes). O assentamento rural de Córrego Rico é o foco principal deste capítulo. Nele, aborda-se as lutas e conquistas, bem como se apresenta dados que indicam o potencial agrícola do que é produzido pelos assentados, mostrando que há viabilidade econômica e social em projetos de reforma agrária.

No quarto capítulo abordaremos, de maneira breve, a definição de associativismo e mobilizaremos considerações detalhadas a respeito da associação “A Terra Rica” e dos projetos desenvolvidos pelos assentados via essa organização coletiva. Discute-se também questões gerais que envolvem a dinâmica do assentamento, como o preconceito e as perspectivas dos assentados, em que as referências das informações se baseiam fundamentalmente nas entrevistas realizadas com os trabalhadores do assentamento rural de Córrego Rico.

Sendo assim, pretende-se que, esse trabalho sirva para suscitar reflexões e mostrar à sociedade que esses trabalhadores lutaram e lutam não apenas por um

pedaço de terra, mas buscam minimizar as disparidades históricas pelas quais passaram e passam desde a colonização do país.

Evidencia-se que, as conquistas desses trabalhadores são frutos históricos de manifestações, inquietações, insatisfações e lutas por melhores condições de vida, que fizeram com que os assentados possuíssem características de sujeitos empenhados em combater as injustiças a partir de determinados objetivos, dos quais se pode considerar como um dos principais, a busca por um território rural menos desigual.

1. ASPECTOS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA: CONCENTRAÇÃO DE TERRAS E EXPLORAÇÃO DO TRABALHO

Para entender o panorama da questão agrária, hoje, deve-se apreender antes de tudo que, ela é o resultado de diversos processos históricos desenvolvidos ao longo de cinco séculos, por meio de políticas engendradas com a finalidade de privilegiar uma determinada classe: os latifundiários, os empresários do campo, ou seja, uma classe dominante em detrimento da classe dos trabalhadores e dos pequenos agricultores.

O Brasil se tornara um vasto território partilhado e destinado ao interesse privado de Portugal. Dividido inicialmente a partir da quarta parte do século XVI, em quinze grandes capitanias hereditárias, designadas à representantes da nobreza lusitana., Um dos objetivos principais da divisão era o de evitar a invasão estrangeira e, dessa forma, permitir que quem as recebeu, as explorasse da maneira como lhes convinha e, dessa maneira, efetuar a ocupação do território (ANDRADE, 1995).

Os interesses da corte em doar e manter as terras da colônia sob o comando de pessoas de grande influência da Metrópole eram evidentes. Andrade (1995) coloca nesse sentido que, “o sistema colonial organizou o espaço de forma que nele se fizesse a exploração das áreas ricas em produtos de interesse no mercado europeu [...]” (ANDRADE, 1995, p. 35). Essa condição era mantida como um dos principais pilares da política colonizadora portuguesa.

A estrutura fundiária brasileira esteve basicamente atrelada à produção em grandes áreas – latifúndios - para exportação de produtos, evidenciada, essencialmente, pela monocultura da cana-de-açúcar no início da colonização e séculos depois marcada pela produção de café. Prado Júnior (2000, p. 48) colabora com essa discussão ao considerar que, “[...] a regra e elemento central e básico do sistema econômico da colonização [...] [era] o fortalecimento em larga escala de produtos primários ao mercado europeu”.

Os colonizadores foram tomando conta de grande parte do território recém-conquistado e praticando atividades econômicas com o propósito de gerar riquezas à Metrópole. Dentre as atividades econômicas desenvolvidas nesse período histórico, pode-se destacar a extração do pau-brasil e minerais preciosos, bem como a produção de cana-de-açúcar, principalmente em áreas litorâneas (ANDRADE, 1995)

Além desse panorama fundamental, também no que se refere à caracterização da história agrária brasileira, são as questões que envolvem a subordinação de determinadas populações aos interesses concentracionistas e exploratórios dos colonizadores portugueses. Assim, no caso dos nativos brasileiros, a tentativa de escravizá-los ocorreu por meio da utilização de extrema violência (GUIMARÃES, 1968).

Diante do grande contingente de população nativa, os colonizadores tentaram dominar os diversos grupos indígenas, a fim de torná-los seus operários e convertê-los em sujeitos subordinados sob suas determinações. Andrade (1995, p. 80) coloca que, “desde a conquista, os indígenas lutaram denodadamente contra os colonizadores que os expropriavam e lhes tiravam a liberdade”.

Assim, por meio da bravura indígena contra a exploração, os portugueses tiveram certa dificuldade em manipulá-los ao trabalho escravo em seus extensos domínios territoriais¹. Os índios tinham um vasto conhecimento sobre o território, o que facilitava a fuga em situação de perigo (PRADO JÚNIOR, 1998).

A escassez de trabalhadores foi se tornando um problema aos colonizadores. A importação de mão-de-obra, fundamentalmente africana, torna-se uma realidade no Brasil. Percebendo que a escravização indígena seria inviável, os portugueses deram início ao tráfico negreiro no país, haja vista que esses povos eram considerados uma potencial força de trabalho (PRADO JUNIOR, 1998).

Cabe salientar que esse processo de importação de mão-de-obra africana se deu de maneira cruel e desumana, pois , os trabalhadores escravos eram, “mal alimentados, acumulados de forma a haver um máximo de aproveitamento de espaço, suportando longas semanas de confinamento e as piores condições higiênicas [...]” (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 37). Tais condições eram extremamente inapropriadas e subumanas, tanto é que, o autor ainda indica que apenas 50% dos escravos desembarcavam com vida no Brasil (PRADO JÚNIOR, 1998).

Aos que chegavam vivos, lhes eram impostas duras condições de trabalho. Os escravos realizavam suas atividades nos latifúndios canavieiros do Nordeste e nas minas de ouro no interior do país. Estes eram tratados como mercadorias e as condições de vida em que estavam subordinados eram as piores possíveis. Para

¹Caio Prado Junior (1998) considera ainda que os índios não se adaptaram às condições impostas pelos colonizadores, já que tinham um estilo de vida próprio e característico, que se baseava numa agricultura de subsistência e em atividades de caça e pesca. Esses elementos serviram como um obstáculo à escravização indígena.

esclarecer certas condições, Graziano da Silva (1985) propõe algumas interpretações a respeito do contexto agrário da época, ao afirmar que,

o latifúndio escravista produzia para exportar [...]. O produto mudava de acordo com os interesses da metrópole: primeiro o açúcar e, no fim da escravidão, o café. A exportação da produção, aliada à importação de escravos, é que garantia a lucratividade dos capitais comerciais metropolitanos (GRAZIANO DA SILVA, 1985, p. 23).

Do século XVI ao XIX, o sistema de mão-de-obra escravista vigorou no país. Muito pressionado pelos ingleses, os governantes brasileiros naquele período se viram na obrigação de eliminar essa relação de trabalho e criaram uma legislação específica para lidar com tal situação. No ano de 1850 foi aprovado o fim do tráfico negreiro e a Lei de Terras e, posteriormente, em 1888, ocorreu a abolição da escravatura. Porém, observa-se que,

com a abolição legal da escravidão (precedida de um processo de substituição progressiva do trabalho escravo para o trabalho livre, desde a supressão do tráfico africano), era natural que as classes dominantes e senhores dos meios e fatores de produção, inclusive e sobretudo a terra, procurassem se aproveitar [...], para o fim de intensificarem a exploração do trabalhador (PRADO JR, 2000, p. 68).

Com a proibição da utilização da mão-de-obra escrava, os fazendeiros, alicerçados em políticas governamentais, conceberam uma forma de relação trabalhista distinta daquela utilizada até o momento da abolição. A entrada de uma grande massa de trabalhadores provenientes da Europa, principalmente da Itália, sobretudo a partir do ano de 1886, como característica de trabalho livre, se torna uma realidade. Essa relação de trabalho se deu, predominantemente, na região sudeste do Brasil e, essencialmente, no estado de São Paulo (CAPALBO, 1978).

No que se refere à apropriação até a criação da legislação específica, algumas parcelas de terras poderiam ser atribuídas por aqueles escravos que conseguiam fugir das fazendas, e por outros membros menos abastados da sociedade brasileira. Todavia, a fim de manter as condições necessárias à exploração do trabalhador e concentração fundiária,

se a escravidão terminasse, os trabalhadores fossem livres e a terra continuasse livre, a chamada grande lavoura [...] entraria em colapso e com ela os fazendeiros: provavelmente os trabalhadores optariam por trabalhar para si mesmos e não para os fazendeiros. Para que o trabalho livre se difundisse era necessário, portanto, instituir normais restritivas de acesso à terra, de forma a criar artificialmente

excedentes populacionais obrigados a trabalhar para os grandes fazendeiros como meio de sobreviver (MARTINS, 2000a, p. 138).

Ainda nesse contexto, Martins (2000a) destaca que a Lei de Terras (1850) foi engendrada e promulgada por um grupo de parlamentares constituídos basicamente por donos de escravos e latifundiários, sem contar com nenhum grupo organizado pelo próprio povo. Em suma, pode-se considerar que foi uma lei criada para auto beneficiá-los.

A Lei de Terras efetivaria cada vez mais o monopólio da terra, colocando o Estado ao lado do grande fazendeiro, complicando cada vez mais o ingresso à terra de trabalhadores sem recursos suficientes para adquiri-la. A terra com a efetivação dessa lei tornou-se acessível somente àqueles que possuíam condições financeiras para comprá-la, impossibilitando dar uma finalidade social. Sendo assim, nesse período, o capital tornou-se o interventor na compra de terras no Brasil (MARTINS, 1990).

Nesse contexto, cabe a reflexão de que o Brasil tinha duas opções para desenvolver-se: uma baseada no acesso democrático a terra e na constituição e uso do trabalho familiar nas propriedades, e outra que se pautava na continuação de um processo de concentração e exploração do trabalhador. A escolha foi aquela apoiada no modelo latifundiário-explorador, utilizado desde os primórdios da colonização na composição da estrutura agrária brasileira.

Concorda-se nesse aspecto com o pensamento de Prado Júnior (2000), indicando que todos os países desenvolvidos optaram por organizar sua estrutura agrária a partir de modos familiares de produção e divisão democrática da terra. Fator que no Brasil foi evidentemente desconsiderado, quando, desde o princípio, a questão agrária nacional esteve alicerçada nas intransigências das elites agrárias em difundir a popularização do uso da terra e basear a força de trabalho nas formas familiares de produção.

Para Martins (2000a, p. 94), “o modo como se deu o fim da escravidão foi, aliás, o responsável pela institucionalização de um direito fundiário que impossibilita desde então uma reformulação radical da nossa estrutura agrária”. Tal condição histórica se arrasta até os dias atuais fazendo aumentar as desigualdades no território rural.

Da concentração, exploração e violência, os latifundiários obtinham lucros consideráveis, sempre em detrimento de uma classe subjugada. Considera-se, em

relação à história agrária brasileira, que a divisão de terras não se constituiu na base de produção individual ou familiar e da ocupação parcelaria da terra, “[...] e sim se estruturou na grande exploração agrária voltada para o mercado” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 170), com relações de trabalho baseadas na exploração da mão-de-obra.

Na essência, o que se pode considerar é que a história do Brasil é marcada por uma estrutura fundiária concentradora, fortemente alicerçada na exploração dos trabalhadores e no cultivo de produtos para exportação.

Com essa breve discussão acerca da história agrária brasileira pretendeu-se apresentar as desigualdades como fatores presentes no contexto nacional desde o início da colonização. Sendo assim, o debate continuará a seguir levando em consideração a dinâmica da estrutura fundiária, da agricultura e das relações de trabalho desenvolvidas no âmbito da agricultura paulista.

Para tanto, apresentar-se-á as considerações acerca do trabalho livre caracterizado pelo regime de colonato (relação de trabalho tipicamente paulista), e os diversos momentos pelos quais passou a agricultura de Jaboticabal, desde a fundação do município. Essa apresentação é necessária para se reconhecer o panorama histórico que envolve esse contexto e permitir dessa maneira, a compreensão da dinâmica agrícola e das relações de trabalho em períodos recentes (questões que serão abordadas no segundo capítulo). Ou seja, são discussões que se tornam essenciais para o entendimento do foco principal da pesquisa.

1.1 Os imigrantes e o regime de colonato nas fazendas de café em São Paulo

Estudos realizados pelo IEA - Instituto de Economia Agrícola, órgão vinculado à Secretaria de Agricultura de São Paulo, apontam que o café chega ao território estadual trinta anos após o começo da produção no estado do Rio de Janeiro. Porém, cabe indicar que a cultura não obteve grande expressividade na produção agrícola paulista até o período que compreende a segunda metade do século XIX (SÃO PAULO, 1972).

Segundo a história do desenvolvimento da cafeicultura no estado de São Paulo é possível considerar, de acordo com o IEA que,

Na segunda metade do século XIX, com o depauperamento dos solos fluminenses, a construção de estradas de ferro e o movimento imigratório do fim desse período, acelerou-se o desenvolvimento da

cafeicultura em São Paulo e na esteira dessa expansão veio o progresso de toda infra-estrutura regional. Adensava-se a população, rasgavam-se estradas, fundavam-se novas povoações, desbravavam-se novas áreas, expandia-se o comércio, iniciava-se a industrialização e, enfim, eram incrementadas todas as atividades econômicas (SÃO PAULO, 1972, p. 10).

Para trabalhar nas lavouras de café eram necessários grandes contingentes de trabalhadores e a vinda de imigrantes ao Estado foi uma das condições importantes e, nesse sentido, considerando os italianos como força de trabalho cabe ressaltar que,

[...] desde 1870 a Itália vinha sendo conturbada pela desagregação de sua mão-de-obra e a emigração seria a solução mais viável para essa crise interna [...]. Assim a perspectiva de sobrevivência seria a de procurar outros países como esperança de trabalho. [...]. As famílias que saíam da Itália, pertenciam em grande parte, ao universo de meeiros, dos pequenos proprietários e arrendatários. Com a penetração capitalista no campo, houve a concentração, nas propriedades, de altas taxas de impostos sobre a terra, forçando o pequeno proprietário a empréstimos, provocando este fato o seu endividamento. Por outro lado, estes pequenos proprietários tiveram que enfrentar a concorrência de mercado, com aviltamento dos preços de seus produtos. O Brasil passou então a funcionar como receptor desses emigrantes que, no seu país de origem, não aguentavam mais viver [...] (CAPALBO, 1978, p. 431-432).

Uma das maneiras de incentivar e atrair os imigrantes para o Brasil foi a utilização de estímulos governamentais: o reembolso do valor gasto com a viagem do país de origem à nova nação e os dispêndios financeiros com a acomodação faziam parte do pacote de fomentos do governo brasileiro aos estrangeiros (VILLA, 2009).

O colonato pode ser entendido como uma forma de trabalho marcada pela transição do trabalho escravo para o trabalho livre, especialmente impresso nas fazendas de café do estado de São Paulo.

Segundo dados apresentados por Monbeig (1984), entre os anos de 1887 e 1900, o estado passa por uma primeira fase de recebimento desses trabalhadores estrangeiros, acolhendo 863 mil imigrantes, cerca de 30% do total das entradas - quando se considera o período que vai do ano de 1827 a 1936 (que resultou na entrada de 2.901.204 imigrantes). Já na primeira década do século XX, a diminuição dos preços de café no mercado internacional provoca uma queda na entrada de mão-de-obra estrangeira no país. O processo migratório retorna com bastante vigor

com a eclosão da Primeira Grande Guerra Mundial, e entre os anos de 1920 a 1940, o estado de São Paulo recebeu 1.431.786 estrangeiros, o que representou mais de 50% do total de imigrantes entre os anos de 1827 a 1936.

Villa (2009), quando considera o período que vai de 1890 a 1920, destaca que esses imigrantes eram provenientes essencialmente da região do Vêneto², na Itália, indicando também que é expressiva a entrada no estado de São Paulo de espanhóis, portugueses, japoneses, alemães, austríacos e em menor quantidade, os russos, poloneses, os dos países bálticos e dos Balcãs.

Os imigrantes, geralmente pequenos agricultores expropriados de seu país de origem pela expansão do capital no campo³, (CAPALBO, 1978) viram no Brasil, uma nova oportunidade de vida, uma chance de continuar seu modo de vida enquanto pequeno agricultor. Porém, quando chegaram ao novo país, encontraram uma situação bastante diferente daquilo que esperavam, desde a chegada ao Porto de Santos até a acomodação como colonos nas fazendas de café (CAPALBO, 1978).

Para apresentar a forma como era caracterizado esse regime de trabalho, Martins (1990, p. 19), o coloca como sendo constituído a partir de uma,

[...] combinação de três elementos: um pagamento fixo pelo trato do cafezal, um pagamento proporcional pela quantidade de café colhido e produção direta de alimentos como meios de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador. Além do que o colono não era um trabalhador individual, mas sim um trabalhador familiar.

Da mesma forma que o colono obtinha uma remuneração por meio do trabalho que era realizado, ele ainda possuía um pedaço de terra, em que poderia produzir alimentos para a sobrevivência dele e de sua família, e disponibilizar no mercado local o que restava do consumo familiar. Esse regime de trabalho era

²Capalbo (1978, p. 432) igualmente considera essa afirmação e indica que, “a primeira região a mandar para o Brasil contingente de emigrantes foi a de Vêneto. Essa região se caracteriza por possuir uma área de colinas e montanhas [...] e uma de planície [...]. As pequenas propriedades estavam localizadas nas regiões de montanhas e colinas, as grandes já com características capitalistas, [...] nas planícies”.

³É possível ainda, segundo Capalbo, (1978, p. 432) considerar que, “Além das causas ligadas a fatores econômicos, em muitas regiões, o relevo montanhoso e as condições climáticas adversas tornaram impossível a prática da agricultura e da pecuária competitivas, obrigando o [...] [pequeno proprietário] a abandonar o local, onde seus pais e antepassados sempre viveram. Na Itália, os economistas tentavam explicar que essa imigração estava mais ligada ao crescimento mundial do capitalismo do que propriamente aos problemas internos do país, sendo essa uma forma de ‘expulsão’, tentando mostrar ao mundo que essas saídas seriam temporárias e que o amor a terra natal estava profundamente arraigado no âmago de cada um deles” (CAPALBO, 1978, p. 432). Para saber mais em relação a essas questões, consultar: ALVIM, Zuleika Maria Forcioni. **Brava gente: os italianos em São Paulo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

qualificado por agregar o assalariamento e a parceria em sua composição. Assim, o colonato não deve ser caracterizado como uma forma plena de trabalho assalariado, já que além do dinheiro recebido – salário - o trabalhador também realizava atividades enquanto produtor individual.

De maneira geral, o contrato de trabalho efetivado entre fazendeiros e colonos se dava por empreiteira, em que trabalhadores e suas famílias se responsabilizavam por cuidar de uma determinada quantia de pés de café (que já haviam sido plantados) e manter limpas as leiras (ruas), podendo, como já citado anteriormente, consorciar produtos para a subsistência de sua família e comercializar os excedentes.

Sendo assim, segundo Villa (2009) os colonos preferiam trabalhar nos cafezais mais novos, pois a produtividade era bem maior e era facilitada a produção de alimentos básicos para o sustento da família. Por isso houve maior “concentração dos imigrantes nas áreas do chamado ‘Oeste Novo’ – como em Ribeirão Preto-, em detrimento das regiões mais antigas, como Campinas” (VILLA, 2009, p. 98).

Apresenta-se a seguir, algumas reflexões que envolvem o período do café e a agricultura no município de Jaboticabal.

1.2 O período do café e a agricultura em Jaboticabal-SP

No que se refere à presença da cultura cafeeira no contexto local, Capalbo (1978) considera que nem o café, por volta da década de 1860, e o imigrante (baseado em dados oficiais do ano de 1888) estavam presentes nas propriedades próximas à Vila de Jaboticabal. O café partiu das terras desgastadas da região do Vale do Paraíba, a partir de 1860, e dessa maneira, iniciou-se à expansão da cultura pelo interior do estado.

Capalbo (1978) indica que em 1868, diversos documentos locais registravam que na Vila de Jaboticabal a agricultura era praticada de maneira desordenada e quase não existiam dados estatísticos a respeito da atividade econômica. Mesmo assim, pesquisadores da época revelaram que a economia rural da Vila era baseada em esparsas plantações de algodão, bem como na presença de algumas culturas de subsistência, na existência de poucos engenhos para a fabricação do açúcar e isolados pés de café ao redor das fazendas.

A informação considerada pode ser pautada no que indica Andrade (1978), ao apresentar o perfil da agricultura na região de Jaboticabal. O autor mostra que, no período anterior à euforia do café, a produção de alimentos era voltada, principalmente, para a subsistência da população que ali vivia e a prática da pecuária era desenvolvida de forma extensiva. Ainda segundo o autor, no contexto agrícola da época as propriedades não tinham uma delimitação precisa e bem elaborada⁴ e o que era produzido não tinha como finalidade os mercados comerciais.

As estradas de ferro tiveram um papel importante em relação à expansão dos cafezais pelo interior do estado, bem como na chegada de imigrantes em Jaboticabal. Em relação a introdução da malha ferroviária na realidade regional, Capalbo (1978) coloca que os primeiros informes a esse respeito chegariam ao município no ano de 1889 e três anos após a primeira notícia, o trem já chegara à Jaboticabal. Assim, “[...] o café e a estrada de ferro que acompanhava a sua caminhada pelo interior paulista, onde se localizavam as grandes reservas de latossolo roxo [...], são abertas as portas de Jaboticabal para a imigração italiana [...]” (CAPALBO, 1978, p. 433).

Para efetuar todas as atividades pertinentes os milhares de pés de café que chegariam à realidade rural regional eram necessários trabalhadores. Não é de se questionar então que os municípios onde predominavam o latossolo roxo foram os que receberam um maior aporte de trabalhadores estrangeiros para a produção cafeeira (MONBEIG, 1984).

Por meio de registros oficiais, Capalbo (1978) conta que, já no ano de 1901, metade da população que vivia em Jaboticabal era composta por imigrantes, em especial os de origem italiana. Nesse contexto, em números reais, Monbeig (1984) traz a informação que no período que compreende os anos de 1898 a 1902, Jaboticabal concentrava um total de 5.089 trabalhadores estrangeiros distribuídos nas fazendas de café do município.

Compreende-se, portanto, que a

expansão da malha ferroviária viabilizou a ocupação de áreas no interior da província. Teve grande importância no transporte de passageiros e ideias. Através das ferrovias chegavam jornais, revistas

⁴O autor ainda coloca que, “as divisas e as demarcações das propriedades eram precárias, improvisadas e sem uma definição precisa que as regulamentasse” (CAPALBO, 1978, p. 430).

e livros, circulavam rapidamente as novas ideias políticas, econômicas e culturais. (VILLA, 2009, p. 81).

Monbeig (1984) revela ainda, dados em relação às proporções da produção cafeeira em Jaboticabal e destaca que,

o imenso município de Jaboticabal [sic], que então se estendia até o Rio Grande e Paraná, registrou 40.000 arrobas no primeiro recenseamento e [...] 2.464.788 no segundo (dos quais 1.011.850 só em Jaboticabal [sic], o restante provindo de 5 municípios [...]. (MONBEIG, 1984, p. 170).

Referindo-se à história geral de Jaboticabal, considera-se que,

[...] está profundamente entrelaçada à história do café no “Oeste Paulista”. [...] antes da chegada do café, Jaboticabal era uma região despovoada e de exploração extensiva. Essa fisionomia começa a se modificar [...] quando o café atinge a região e a estrada de ferro o acompanha [...] (CAPALBO, 1978, p. 434).

A cultura do café, devido a sua característica própria de produção, permitia que se desenvolvessem outras culturas paralelas. Devido ao período para a formação dos frutos e como a colheita de café não coincidia com a de outras culturas, utilizava-se aquela mão-de-obra imigrante “parada” para exercer atividades agrícolas com outros produtos, o que permitiu o desenvolvimento de diversas culturas no município.

Assim, quando o preço do café diminuía no mercado ou o de outras culturas aumentava, os produtores voltavam-se à produção daqueles produtos que lhes possibilitasse maiores rendimentos, permitindo a diversificação da produção nas regiões onde o café (SÃO PAULO, 1972) era a cultura dominante.

1.3 A crise do café e sua substituição na agricultura regional/local

Para compreender os motivos que levaram a produção cafeeira entrar em crise tanto no estado de São Paulo como em Jaboticabal, há necessidade de considerar o panorama internacional Tais condições podem ser observadas a partir de informações disponibilizadas pelo IEA (1972), que destacam a transformação pela qual passou agricultura do estado, devido a Grande Depressão Mundial de 1929.

Se no período que compreende a Primeira República (1889-1930), o café foi soberano frente às demais culturas (ANDRADE, 1995) no estado, diversos fatores contribuíram para sua substituição tanto no contexto estadual como na dinâmica agrícola local/regional.

A geada que ocorreu em 1918 e a crise da Bolsa de Nova York, onze anos depois, foram fatores determinantes para a substituição da produção cafeeira no município de Jaboticabal. Andrade (1978) e Capalbo (1978) convergem ao considerar que o algodão, como já participara do contexto agrícola regional em períodos anteriores assume um papel importante na economia agrícola de Jaboticabal.

Segundo o IEA (1972), a “diversificação” agrícola no estado, em substituição aos até então soberanos pés de café, ocorreu em um período anterior a Segunda Grande Guerra Mundial. No contexto de substituição dos cafezais, o algodão, como já observado, destaca-se nesse processo. Ainda segundo os autores, o estado caracterizou-se por uma produção significativa, que chegou a um período de nove anos a quase se igualar à produção de um dos países de maior expressividade mundial, o Egito. E, por meio dessa atividade, a produção da cultura pode compensar algumas perdas ocorridas com a crise do café.

Porém, o algodão como principal cultivo no município se deu num curto período e, outras culturas passaram a ser introduzidas no território rural de Jaboticabal e de São Paulo. O que se percebe é que, ao mesmo tempo em que se diversificavam as culturas agrícolas no estado e no município, devido aos fatores abordados, Andrade (1994) apresenta a produção canavieira já despontando como uma cultura que se expandia no território paulista no período que compreende as décadas de 1920 e 1930.

Poli (1986) destaca a presença da cultura canavieira no município de Jaboticabal desde o ano de 1904. Porém, a autora argumenta que a produção não tinha muito destaque, pois, conforme já exemplificado em momentos anteriores, o café era o produto de maior relevância no município e na região, e a cana-de-açúcar tinha como finalidade, principalmente, alimentar os animais e/ou a produção de açúcar e aguardente em alguns engenhos. Com os fatores que culminaram na crise cafeeira, os canaviais passaram a ser encontrados no território tanto municipal quanto regional com mais frequência, e com isso, usinas foram sendo introduzidas

na dinâmica municipal e regional. Dentre a instituição das usinas em Jaboticabal, tem-se a São Carlos fundada em 1947 e a Santa Adélia em 1958.

Capalbo (1978) explica que os produtos que vieram como substitutos ao café, não possuíram a mesma importância que exerceu a rubiácea na economia e na sociedade local/regional, por isso, não se firmaram como culturas importantes na agricultura, o que, segundo o autor, favoreceu a expansão da cana-de-açúcar.

Andrade (1994) indica que a partir de 1945 há uma considerável expansão da cultura canavieira pelo território nacional. Ele considera que no ano de 1950, o estado de São Paulo já ultrapassara a produção canavieira do até então maior produtor brasileiro, o estado de Pernambuco, devido à fatores, por exemplo, disponibilidade de capitais e maior proximidade do crescente mercado consumidor nacional.

No contexto geral do estado de São Paulo, cabe ressaltar que,

A expansão dos canaviais [...] se deu tanto pelo aumento da atividade agrícola das usinas como pela transformação de fazendeiros de café e pequenos sítiantes em plantadores e fornecedores de cana. As atividades agrícolas tradicionais foram desaparecendo ou se concentraram em determinadas áreas, enquanto o canavial se expandia por áreas anteriormente ocupadas por outras culturas. Quem viajava no início do século XX, pela região de Ribeirão Preto, entre estas cidades e cidades vizinhas ou próximas, como Jaboticabal, Sertãozinho ou Araraquara, fazia uma viagem no meio de cafezais [...] hoje, a mesma viagem é feita em um verdadeiro oceano de canaviais, ora de usinas, ora de fornecedores de cana (ANDRADE, 1994, p. 182).

Assim, podemos considerar uma política que contribuiu na transformação do uso da terra no estado e, por consequência, no município de Jaboticabal. O PROÁLCOOL⁵ (Programa Nacional do Álcool) foi uma das políticas instituídas pelas autoridades da época que potencializou profundas transformações⁶ no território rural

⁵A política do governo [...] veio provocar um crescimento exponencial da cultura de cana-de-açúcar em quase todos os estados do Brasil, em consequência de uma série de medidas legais, tais como: a existência de um Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional (1963-1964) que necessitava ser dinamizado, dando origem ao Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira (1971), ao Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (PLANALSÚCAR, 1971), ao Programa de Apoio à Agroindústria Açucareira (1973) e ao Programa Nacional do Álcool (1975), que procuravam modernizar e capitalizar o setor [...]” promovendo mudanças radicais no território.

⁶Nossa pretensão é de apresentar apenas algumas considerações em relação a esse programa para compreender os motivos que levaram à transformação do território rural paulista, já que foi também, a partir dele (PROÁLCOOL), que houve a expansão da cultura canavieira no estado. Para maiores informações a respeito dessa temática, verificar em: ANDRADE, Manuel Correia. **Modernização e pobreza**: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social. São Paulo: Editora da UNESP, 1994.

paulista, sendo a expansão dos canaviais no estado um dos principais resultados desse processo.

Andrade (1994) explica que, nesse momento da história agrária brasileira, o governo tinha como objetivo estimular o processo de modernização do campo sem levar em consideração mudanças de cunho social ou ambiental e, nesse sentido, cabe ressaltar que, a criação de programas como o já citado PROÁLCOOL e o PLANALSÚCAR (Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar), foram engendrados como políticas que visavam tornar a produção nacional competitiva nos mercados internacionais e criar alternativas para substituir a importação de petróleo.

Assim, a substituição dos cafezais pelos canaviais no estado de São Paulo, e em Jaboticabal, pode ser interpretada por meio de imposições do capital e a partir de políticas estabelecidas pelo Estado, discussão que será retratada no tópico seguinte. Transformações que se deram mais uma vez na história agrária brasileira, num contexto favorável às elites agrárias em detrimento da classe trabalhadora e do pequeno agricultor.

1.4 A expansão do capital no campo brasileiro e as evidências da desigualdade reforçadas no período militar

A partir das considerações estruturadas nos tópicos anteriores, parte-se da premissa que a expansão do capital no território rural potencializou diversas condições que prejudicaram os pequenos agricultores e os trabalhadores rurais e, a escolha do período militar para o enfoque nessa subseção é justamente por compreender que tais condições tenderam a reforçar-se no período em que os militares estiveram no poder (1964-1985).

Antes de dar início a discussão específica da expansão do capitalismo no período que engloba os governos autoritários, cabe salientar que a temática é caracterizada a partir de diversas peculiaridades e, seria difícil abranger sua plenitude. Trata-se aqui, de apresentar uma contextualização geral para identificar os principais processos ocorridos no tempo e no espaço.

Propõe-se assim, uma definição do que se entende por território, uma das categorias de análise fundamentais para a ciência geográfica. Utiliza-se o conceito de território nesse trabalho por considerar que o mesmo adquire as definições essenciais no que se refere à área de estudo pesquisada. Além do que, as referências ao objeto de pesquisa se dão em diversas situações como: o território rural, o território do assentamento, o território conquistado, o território monopolizado e o território da cana-de-açúcar, por exemplo.

Portanto, parte-se do entendimento básico de que, o território é produzido a partir de diversas relações estabelecidas (sociais, políticas, econômicas, culturais). Dessa maneira, utilizar-se-á as definições de Haesbart (2004) e Saquet (2004) a fim de compreender o termo.

Haesbart (2004) indica que o território deve ser compreendido a partir de algumas abordagens essenciais como: a política, a cultural, a econômica e a natural (que no caso deste trabalho serão consideradas apenas as três primeiras concepções). Sendo assim, o autor interpreta o território em abordagens,

-política [...] onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, muitas vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.

-cultural [...] o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

-econômica [...] o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho [...] (HAESBART, 2004, p. 91, grifo nosso).

Ainda no que se refere à conceituação do termo, Saquet (2004, p. 123) coloca que, os “territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social”. Essas definições se tornam fundamentais para apreender o quanto é significativa e relevante a compreensão dessa categoria analítica no contexto geral da Geografia, bem como desta pesquisa.

Essas são as definições de território mais apropriadas para o entendimento da área de estudo em questão. Ao assentirmos que o território adquire diversas concepções em sua composição teórica, damos maior flexibilidade para entender as dinâmicas que se manifestam na área pesquisada.

Vários autores contribuem para a discussão da temática agrária envolvendo o território rural no período militar, e dentre eles, destacam-se os trabalhos de Martins (1984; 2000a), Fernandes (1999), Graziano da Silva (1998).

Ao referir-se a esse período da história brasileira, Martins (2000a), indica que, “aqui, o grande capital se tornou proprietário de terra, especialmente com os incentivos fiscais durante a ditadura” (MARTINS, 2000a, p, 90). O autor ainda considera o período que vai de 1964 – 1985, caracterizado por promover políticas de cunho ditatorial e antipopulistas (MARTINS, 2000a).

Fernandes (1999) ao analisar também o contexto agrário nos governos militares, evidencia que a presença dos ditadores no poder nesse período fez crescer , a apropriação de grandes áreas de terra por grandes empresas, bem como o aumento no número das grandes propriedades e na extensão dos latifúndios . O autor coloca ainda que, os militares promoveram a “modernização da agricultura e a territorialização do capital no campo” (FERNANDES, 1999, p. 39). Essa época pode ser compreendida e caracterizada por mudanças expressivas nas relações sociais e de produção no território rural.

O processo de expansão do capital no campo⁷ deve ser entendido, paralelamente, a mundialização da economia brasileira. Oliveira (2001), em seus estudos aponta que esse processo de internacionalização da economia do país é marcado, no caso da agricultura, a partir do aumento das taxas de produtividade, e indica as transformações nas bases de produção e de trabalho como características para sua efetivação.

A questão central para se entender a presença dessas relações de produção é que a forma específica do desenvolvimento capitalista no Brasil reafirmou a grande propriedade como um dos seus baluartes. Ou seja, a história da agricultura brasileira revela uma sólida aliança entre o capital e a grande propriedade, sendo derrotada qualquer

⁷Um exemplo pode ser dado em relação ao processo de expansão do capital no campo e da exploração dos trabalhadores rurais: o Estatuto do Trabalhador Rural, lei promulgada no ano de 1963 no governo presidencial de João Goulart . Silva contribui (1981) para essa discussão ao colocar em xeque a função social desse estatuto. Para a autora, “[...] o Estatuto do Trabalhador Rural é [um] instrumento jurídico que consolidou a hegemonia do Modo de Produção capitalista Monopolista sobre a agricultura [...].Esta lei procurou assegurar a reprodução do capital, na medida em que ela remodelou ou reorganizou a produção agrícola, com a intensificação da produtividade do trabalho, e na medida em que ela reorganizou as relações de classe no seio do bloco no poder [...]” (SILVA, 1981, p. 21). A mesma ainda completa esse entendimento ao indicar que o Estatuto do Trabalhador Rural não trouxe melhorias nas condições de vida dos trabalhadores, já que intensificou o processo de exploração desses sujeitos, e foi produzido com a finalidade de beneficiar as classes dominantes.

proposta no sentido de democratizar a propriedade da terra. (GRAZIANO DA SILVA, 1981a, p. 36)

Os militares por meio de suas políticas governamentais efetivaram diversas mudanças no campo brasileiro. Porém, o que se viu foi que essas mudanças ocorreram favorecendo a classe latifundiária, sem fomentar uma transformação que visasse alterar a propriedade da terra e, que beneficiasse os trabalhadores: as políticas por eles produzidas tenderam a intensificar cada vez mais a problemática social no território rural.

Grzybowski (1987, p. 78), nesse contexto, evidencia a criação de “[...] condições econômicas, políticas, legais e institucionais que “reformaram” a estrutura agrária a favor das classes dominantes no campo, articulando as relações e a produção na agricultura com a expansão capitalista [...]”.

Ainda em relação às políticas engendradas pelos militares, é possível exemplificar o caso do Estatuto da Terra como posição do governo da época que reforçou a concentração de terras. Dessa maneira, para explicar essa política leve-se em conta as explicações de Martins (1984).

O pensamento de Martins (1984) elucidada como foi produzido o Estatuto da Terra e de que maneira influenciaria na estrutura fundiária. O autor coloca que,

pouco depois do golpe de 64, o governo do Marechal Castelo Branco enviou ao Congresso Nacional um projeto, elaborado meses antes por empresários e militares, destinado a concretizar uma reforma agrária que não representasse um confisco das terras dos grandes fazendeiros, mas que permitisse conciliar a ocupação e a utilização das terras com a preservação da propriedade capitalista e da empresa rural. Esse projeto, aprovado rapidamente, transformou-se no Estatuto da Terra. O Estatuto abria o acesso à terra quando se olha o assunto do ângulo dos proprietários, mas fechava o acesso à terra quando se olha o assunto do ângulo da grande massa de trabalhadores sem terra: a reforma agrária beneficiaria preferencialmente lavradores com vocação empresarial. Ao mesmo tempo, as desapropriações só ocorreriam no caso de conflitos ou de tensão social grave (MARTINS, 1984, p. 22).

O que se pode perceber é que ambas as leis “[...] foram feitas para garantir não só a reprodução do capital, como também a reprodução das relações políticas e ideológicas de dominação” (SILVA, 1981, p. 31),

Nesse contexto, o regime militar, instaurado no Brasil no ano de 1964, teve uma clara preocupação com a produção de políticas visando o crescimento

econômico, privilegiando a classe dominante em detrimento da grande massa popular, sem considerar mudanças de cunho social.

Os resultados das políticas engendradas pelos militares se tornaram benéfico para uma pequena parcela da população, propiciando um aumento considerável nas lutas de classes e, conseqüentemente, favorecendo o aumento das tensões sociais do campo.

O Estado brasileiro como já mencionado nesse texto, teve um papel primordial no processo de expansão modo de produção capitalista no campo e, assim, Graziano da Silva (1998, p. 35) declara que, a

[...] ação estatal [...], que ao mesmo tempo em que os viabilizava não proveu mecanismos compensatórios sobre seus efeitos sociais na estrutura agrária, nos recursos naturais, nos desequilíbrios do abastecimento alimentar, na concentração da renda, nas disparidades regionais, no êxodo rural. Assim, os resultados contraditórios da inserção da agricultura no novo padrão de acumulação manifestam-se com rapidez e intensidade alarmantes, agravando a crise agrária [...].

Ao analisar a conjuntura da expansão do capital no campo, Grzybowski, (p. 39, 1987), contribui com discussão ao mostrar, que as situações provocadas “[...] se manifestam sobre os [pequenos proprietários] na forma de seleção e exclusão: de um lado, modernização e integração de um importante segmento, de outro, pauperização e exclusão [...] de uma grande massa [...]” de trabalhadores.

Graziano da Silva (1985, p. 40), ao referir-se a expansão do capital território rural considera que o mesmo “[...] privilegia apenas algumas culturas e regiões assim como alguns tipos específicos de unidades produtivas (médias e grandes propriedades)”.

Andrade (1979, p. 72), por sua vez, caracteriza o modo de produção capitalista ao destacar que,

[...] procura-se montar todo um sistema que visa proteger e subvencionar a grande agricultura, estimulando-se o processo de mecanização [...], facilitando-se o crédito para a formação de plantio para implantação e modernização de instalações, assistência agrônômica etc, em favor da agricultura de exportação.

Essas transformações se dão num contexto em que o campo se industrializa, as culturas se mecanizam e o trabalho braçal é gradativamente substituído por máquinas; a propriedade de terra concentrar-se e valorizar-se ainda mais,

expropriando o pequeno agricultor, tornando-o um trabalhador rural assalariado, atrelado à exploração e ao aumento da produtividade, além do que, o assalariamento se torna uma característica principal nesse processo.

1.5 Efeitos da expansão do capital no campo brasileiro

Compreende-se a expansão do capital no campo por meio de seu caráter modernizante e seus resultados são entendidos a partir da expropriação; da industrialização do campo; da formação de um proletariado rural (principalmente, o temporário) caracterizado pela exploração; da mecanização das atividades e da (re)concentração da propriedade da terra, como principais efeitos desse processo.

Dentre as condições geradas pelas políticas modernizantes, é importante caracterizar o pensamento de Grzybowski, (1987), no que se refere à expropriação e a exploração. Para o autor, “a expropriação - separação dos trabalhadores rurais da terra e dos meios de produção; e a exploração – apropriação do sobre trabalho dos trabalhadores do campo” (GRZYBOWSKI, 1987, p. 51) se tornam características marcantes do processo de modernização.

Martins (1982), colabora com essa investigação ao esclarecer de forma nítida como ocorre o processo de expropriação. Segundo ele,

a instauração do divórcio entre o trabalhador e as coisas de que ele necessita para trabalhar – a terra, as ferramentas, as máquinas, as matérias-primas – é a primeira condição e o primeiro passo para que instaure, por sua vez, o reino do capital e a expansão do capitalismo. Essa separação, esse divórcio, é o que tecnicamente se chama de expropriação – o trabalhador perde o que lhe é próprio, perde a propriedade de seus instrumentos de trabalho. Para trabalhar, terá que vender a sua força de trabalho ao capitalista, que é quem tem agora esses instrumentos (MARTINS, 1982, p, 54-55).

Ainda contribuindo para o debate acerca da expropriação, Oliveira (1986), explica que,

as relações capitalistas de produção são relações baseadas no processo de separação dos trabalhadores do meio de produção, ou seja, os trabalhadores devem aparecer no mercado como trabalhadores livres de toda à propriedade, exceto de sua própria força de trabalho (OLIVEIRA, 1986, p. 59).

No processo de expropriação, já não é mais o trabalhador e sua família que julgam quanto, necessariamente, precisam ganhar para sobreviver. Após a expropriação, é o próprio capital que impõe o quanto irá lhe pagar, baseado em leis gerais de mercado (MARTINS, 1982).

E quais são as opções que restam aos expropriados? Utiliza-se o raciocínio de Santos (2000, p. 90) para argumentar que,

nas áreas onde tal fenômeno se verifica, registra-se uma tendência a um duplo desemprego: o dos agricultores e outros empregados e o dos proprietários; por isso, forma-se no mundo rural em processo de modernização uma [...] massa de emigrantes, que tanto se podem dirigir às cidades quanto participar da produção de novas frentes pioneiras, dentro do próprio país [...].

Dessa maneira, os expropriados tornam-se trabalhadores rurais assalariados que vivem nas periferias das zonas urbanas. E, é a partir dessa condição que ocorre uma mudança significativa na distribuição populacional do país. Entende-se que um dos motivos de tais transformações foi acarretado pela expansão do capital no campo, e tal panorama (mudança no local de residência da população – do campo para as cidades), pode ser observado a partir da tabela 1, a qual demonstra essa inversão.

Tabela 1 – Evolução da População Brasileira – por local de residência (1940-2010)

BRASIL	Urbana	%	Rural	%	Total
1940	12 880 182	31,3	28 356 133	68,7	41 236 315
1950	18 782 891	36,2	33 161 506	63,8	51 944 397
1960	32 004 817	45,1	38 987 526	54,9	70 992 343
1970	52 904 744	56	41 603 839	44	94 508 583
1980	82 013 375	67,7	39 137 198	32,3	121 150 573
1990	110 875 826	75,5	36 041 633	24,5	146 917 459
2000	137 755 550	81,3	31 835 143	18,7	169 590 693
2010	160 925 792	84,3	29 830 007	15,7	190 755 799

Fonte: IBGE, estatísticas do século XX; Sinopse Censo demográfico 2010.

Org: VERONEZZI, F, 2012.

Percebe-se claramente a partir dos dados organizados na tabela 1 que, até a década de 1960, a população brasileira era essencialmente rural, correspondendo a 68% (em 1940), 63% (em 1950) e 55% (em 1960) do total da população contabilizada nos Censos.

Entretanto, tal fato tende a mudar a partir da década de 1960- caracterizada pelos reflexos das políticas agrárias engendradas pelos militares - onde há uma inversão no local de residência da população: nesse momento, pela primeira vez na história do país, a população se torna predominantemente urbana, ou seja, 56 % do total da população do país. Assim, destaca-se a linha da tabela que compreende os dados do ano de 1970 para demonstrar o primeiro período em que ocorreu a inversão no local de residência da população brasileira.

Importante, também, é apresentar tais dados referindo-se a caracterização do local de residência da população paulista. Os dados estão organizados na tabela 2.

Tabela 2 – Evolução da População Paulista – por local de residência (1940-2010)

SÃO PAULO	Urbana		Rural		Total
		%		%	
1940	3 168 111	44,1	4 012 205	55,9	7 180 316
1950	4 804 211	52,6	4 330 212	47,4	9 134 423
1960	8 149 979	62,8	4 824 720	37,2	12 974 699
1970	14 432 244	80,4	3 526 449	19,6	17 958 693
1980	22 494 328	88,7	2 880 871	11,3	25 375 199
1990	29 272 927	92,8	2 273 546	7,2	31 546 473
2000	34 531 635	93,5	2 437 841	6,5	36 969 476
2010	39 585 251	96,0	1 676 948	4,0	41 262 199

Fonte: IBGE, estatísticas do século XX; Sinopse Censo demográfico 2010

Org: VERONEZZI, F, 2012.

No estado de São Paulo, a inversão no local de residência da população ocorreu duas décadas antes, quando comparada com os dados nacionais. Até a década de 1940 a população era predominantemente rural, representando 55,8% do total. A mudança no local de residência da população paulista (destacada na linha da tabela que compreende a década de 1950) pode ser associada ao fim do regime de colonato no estado, pela substituição dos cafezais por cana-de-açúcar e pela inserção do capital no território rural paulista, marcado pela migração em massa dos pequenos agricultores expropriados às áreas urbanas.

Conforme informações disponibilizadas pelo Censo realizado pelo IBGE (2010) têm-se que, o Brasil possuía naquele ano, 15% da população vivendo no campo, enquanto o estado de São Paulo tinha apenas 4% de sua população morando nas zonas rurais (IBGE, 2010).

Esses dados do local de residência da população brasileira e paulista reforçam os reflexos das políticas de Estado que promoveram a expulsão da

população do campo de seu território para favorecer os latifundiários e empresários do campo. Em São Paulo, elas se tornaram mais evidentes já na década de 1940, e em nível nacional, tais condições se tornaram visíveis duas décadas depois, ou seja, a partir dos anos de 1960.

Em suma, esse panorama populacional abordado, pode ser retratado a partir do pensamento de Andrade (1995, p. 87), “o êxodo rural acelerou-se em decorrência da falta de uma reforma agrária”.

Em relação à estrutura fundiária paulista, ao apontar alguns dados relevantes, Graziano da Silva (1981b), baseado no Censo Agropecuário de 1975, expõe que, as pequenas UP (unidades produtivas), com média de cinco (5) hectares, representavam naquele ano mais de 35% das unidades e contavam com uma área de exploração de 2%. No outro extremo, encontravam-se as grandes unidades produtivas (média de 265 hectares), sendo 12% delas e compreendendo 40% da área exploração, além das unidades muito grandes, com área média de mais de 2 mil hectares, representando 1% delas e cerca de 30% da área explorável no estado. Tais condições demonstram a tendência de diminuição das pequenas unidades, prevalecendo o aumento das grandes unidades produtivas.

Para complementar a informação, Graziano da Silva (1981a), sinaliza que as pequenas unidades produtivas em São Paulo diminuíram e houve uma redução dos produtos tradicionais. Essas reduções ocorreram em função da substituição das pequenas unidades pelas grandes unidades de produção capitalistas.

Foi no estado de São Paulo que o capital encontrou condições favoráveis para sua introdução no campo, provocando mudanças consideráveis na estrutura agrária estadual. Se até a década de 1940, pode-se considerar a maior parte da população vivendo no campo e a mão-de-obra baseada no regime de colonato nas fazendas de café, com a expansão do capital no território rural paulista as transformações vão além dos padrões dos locais de residência e da condição fundiária.

No contexto brasileiro, a estrutura fundiária pode ser observada a partir das informações organizadas na tabela 3. A tabela mostra a caracterização fundiária brasileira do ano de 1920 ao ano de 2006.

Tabela 3 – Estrutura Fundiária Brasileira 1920 a 2006, segundo o tamanho das unidades produtivas (em unidades) e área (em porcentagem)

BRASIL	Menos de 10 ha	Área em %	10 a menos de 100 ha	Área em %	100 a menos de 1000 ha	Área em %	1000 ha e mais	Área em %
1920	-	-	-	-	157959	27,65	26045	63,38
1940	654557	1,01	975441	16,75	243818	33,47	27822	48,32
1950	710934	1,3	1052557	15,31	268159	32,52	32628	50,86
1960	1495020	2,24	1491415	19,04	314831	34,43	32480	44,15
1970	2519630	3,09	1934392	20,42	414746	36,97	36874	39,52
1975	2601860	2,77	1898949	18,58	446170	35,79	41468	42,86
1980	2598019	2,47	2016774	17,68	488521	34,75	47841	45,1
1985	3064822	2,66	2160340	18,55	517431	35,06	50411	43,73
1996	2402374	2,23	1916487	17,73	469964	34,94	49358	45,1
2006	2477071	2,36	1971577	19,06	424906	34,16	46911	44,42

Fonte: IBGE - Séries Estatísticas e Séries Históricas (1920-2006)

Org: VERONEZZI, F. 2012.

Como pode ser observada a partir dos dados disponibilizados na tabela 3, a estrutura fundiária brasileira, assumiu um caráter concentrador no período que vai até o ano de 2006. Tomando-se como base a década de 1940, as unidades menores de 10 ha somavam um total de 654.557, porém representavam apenas 1% da área de exploração agrícola. Já quando se analisa as unidades com extensão superior a 1000 ha, essas eram 27.822 unidades, porém com área de exploração que representava quase 50% do total.

Quando se considera a sequência anual disposta na tabela (1920-2006), pode-se perceber que as unidades menores de 10 ha aumentaram com o passar dos anos, porém em números pouco expressivos: passaram de 1,1% em 1940, tendo sua maior representatividade no ano de 1970, quando chegaram a 3,09%, chegando a representar no ano de 2006, apenas 2,36% do total das unidades produtivas.

Nessa reflexão, as unidades produtivas com área superior à 1000 ha tiveram seu auge de representação no ano de 1920, quando chegaram a configurar os significativos 63,38% da área de exploração. As unidades produtivas menores de 10 ha e as que compreendem as unidades de 10 ha até 100 ha, em nenhum momento do período analisado representaram mais que um terço da área utilizada, chegando ao maior nível de expressividade na década de 1970 quando marcaram os 23,51% da área de exploração agrícola.

No outro extremo da tabela, as unidades produtivas que compreendem os 100 ha até as maiores de 1000 ha chegaram ao ápice de representatividade na década de 1920, quando utilizavam 91,03% da área agrícola. No ano de 2006, a área agrícola utilizada por essas unidades produtivas passava dos 78%.

De maneira geral, é possível considerar que o Brasil possui uma estrutura fundiária basicamente marcada pelo seu caráter concentrador. O processo de expansão do capital e a, conseqüente, modernização da agricultura se deram com base na alteração nas bases técnicas de produção que, além de propiciar o aumento da escala de exploração, concentrou terras e mudou as culturas até então produzidas (GRAZIANO DA SILVA, 1981b).

Porém, cabe salientar que as questões que envolvem a concentração e a exploração presentes na história agrária brasileira, apresentadas nesse texto, não anularam a luta dos sujeitos tanto por melhores condições enquanto categoria de trabalhadores como no ingresso à terra.

1.5.1 A modernização das técnicas de produção agrícola e a formação de sujeitos de luta

O pequeno proprietário desprovido de suas antigas condições, enquanto produtor individual se vê obrigado a vender sua força de trabalho aos latifundiários. Baseado no contexto histórico de apropriação do capital das atividades desenvolvidas no meio rural tem-se a formação de um proletariado no campo. Assim, o trabalhador rural assalariado é caracterizado como a principal relação de trabalho na agricultura capitalista modernizada (ALVES, 1993).

Essa discussão é importante uma vez que o contexto de proletário está intimamente ligado à essência dos sujeitos estudados nessa pesquisa, pois os atuais proprietários assentados do Córrego Rico possuem um passado associado às lutas e reivindicações intrínsecas à categoria dos trabalhadores rurais assalariados.

Além de concentrar a terra, promover a sua valorização⁸, transformar o pequeno proprietário em um assalariado, destaca-se a substituição da força do trabalho humano pelo trabalho mecanizado. Nesse panorama, as mudanças nas relações de trabalho, ocasionadas pela expansão do modo de produção capitalista

⁸Outro fator resultou “[...] da “política de modernização”. [...] a terra passa a servir como um meio de acesso a outras formas de riqueza, relegando a produção [...] a um plano secundário” (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p.19).

no campo, é evidenciado também por meio da mecanização das atividades agrícolas, no qual considerar-se que,

o trabalhador manual [...] é progressivamente substituído por instrumentos cada vez mais aperfeiçoados, até atingir níveis mais elevados de produtividade através da utilização de meios mecânicos de produção [...]. De modo semelhante ao processo evolutivo da indústria, a agricultura vai abandonando métodos de produção artesanais [...] até atingir um tipo superior de unidade produtiva - a empresa - nos moldes das grandes sociedades industriais (GUIMARÃES, 1979, p, 230).

A mecanização rural deve ser interpretada nesse sentido, a partir da adoção de um conjunto de mudanças -incorporação de um pacote tecnológico- ocorridas nas bases técnicas de produção bem como nas relações sociais. O caráter assumido por esse processo é explicado por Guimarães (1968, p, 35), assinala que,

à medida que o capitalismo penetra na agricultura, vão-se desenvolvendo, e aumentando sua proporção no conjunto, os demais meios de produção, isto é, os meios mecânicos de trabalho, as máquinas ou os instrumentos de produção, as construções, os elementos técnicos e científicos, etc, de tal maneira, que numa agricultura plenamente capitalista, estes passam a ser (e não mais a terra) os principais meios de produção.

As políticas produzidas pelos militares proporcionaram à intensificação da mecanização agrícola e conseqüentemente, o aumento da produtividade, causada principalmente pela centralização e concentração do capital (IANNI, 2004).

No que se refere às políticas de modernização do território rural, deve-se considerar ainda a industrialização da produção, e Graziano da Silva, (1981a, p. 27), revela que nos anos de 1967 a 1975 “[...] a utilização de fertilizantes aumentou mais de seis vezes, a de defensivos quase quatro vezes e a de tratores quase três vezes no período [...]”, elementos utilizados para contribuir com o aumento da produtividade.

O sistema capitalista de modernização conservadora, como denomina Graziano da Silva (1981a), fomentado pelos militares, não se fez no sentido de modificar a estrutura agrária do país, como já demonstrada anteriormente. Essas políticas se desenvolveram pautadas no apoio do capital internacional e da burguesia nacional (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

Assim, ao trabalhar com o elevado grau de capitalização da agricultura e os resultados das políticas modernizantes, é possível compreendê-los a partir do caráter “[...] de concentração da produção, de concentração da renda e de geração, [...] de miséria”. O desenvolvimento capitalista se fez gerando profundas riquezas, concentrando riquezas e concentrando, [...] miséria”. (GRAZIANO DA SILVA, 1994, p. 139).

Para ilustrar o pensamento estruturado nesse tópico, a figura 1 representa claramente os efeitos instituídos pela expansão do capital no território rural.



Figura 1 – Condições Emanadas pela Expansão do Capital no Território Rural
Org: VERONEZZI, F. 2012.

Obviamente, é importante ressaltar que essas condições produzidas pela expansão do capital no território rural não se deram de maneira dissociada uma da outra, e sim, aconteceram paralelamente, uma potencializando a produção da outra.

Assim, apresenta-se o que indica Mendonça (2006), a respeito da história agrária do Brasil. Para a autora, ela,

[...] tem sido marcada por sérias violações dos direitos dos trabalhadores/as rurais, em consequência da enorme concentração fundiária. O monopólio da terra gera pobreza, desemprego, exclusão social, além de manter o poder das oligarquias rurais que buscam perpetuar a estrutura colonial do país (MENDONÇA, 2006, p. 11).

Nada mais é do que privilegiar a grande agricultura, a classe dos latifundiários, as empresas multinacionais e permitir que a história agrária do país siga com seu caráter excludente e explorador, baseado em padrões economicistas em função de diversos prejuízos aos pequenos agricultores e trabalhadores rurais.

Portanto, as reivindicações dos trabalhadores rurais assalariados da lavoura canavieira e a formação de sujeitos engajados na luta por melhores condições de trabalho e terra serão abordadas no capítulo II dessa dissertação, sendo concebidos como aspectos fundamentais para a compreensão do assentamento rural de Córrego Rico.

Assim, os aspectos históricos abordados nesse capítulo demonstram nitidamente os processos instituídos na evolução agrária brasileira, entendidos como fatores que contribuíram na formação de sujeitos engajados em minimizar as desigualdades no território rural. Cabe ressaltar ainda, que os sujeitos da pesquisa, estão inseridos num contexto de formação histórica que perpassa por uma série de lutas travadas enquanto proletários (trabalhadores rurais assalariados temporários da lavoura canavieira) e de militantes em prol da reforma agrária. Ou seja, pode-se considerar que uma condição potencializou a formação da outra. As lutas desenvolvidas enquanto categoria de trabalho (proletários) serviu para constituir indivíduos empenhados na transformação de uma realidade.

Descontentes com as condições emanadas pelas políticas modernizadoras impostas pelo Estado, os trabalhadores rurais empenharam-se em desenvolver ações que visassem a busca por melhores condições. Nesse aspecto, cabe ressaltar as manifestações dos empregados rurais assalariados da lavoura canavieira do interior paulistana década de 1980, no qual destaca-se pelo seu potencial político-organizacional, bem como no que se refere à formação de agentes de luta por reforma agrária, a greve de Guariba de 1984, assunto que será abordado no capítulo II.

2. AS MANIFESTAÇÕES DOS CORTADORES DE CANA-DE-AÇÚCAR DA DÉCADA DE 1980: A GREVE DE GUARIBA – 1984 E A RELAÇÃO COM O ASSENTAMENTO RURAL DE CÓRREGO RICO

A discussão acerca da manifestação dos assalariados da cana-de-açúcar em Guariba é de suma importância nesse trabalho, uma vez que a grande maioria dos assentados do Córrego Rico participou efetivamente do movimento grevista e, portanto, o contexto de luta de Guariba está inserido no processo de constituição dos assentados. Deste modo, a greve é um marco importante no que se refere às inquietações dos sujeitos da pesquisa e, nesse sentido, tal situação merece ser destacada no trabalho.

Inicia-se a discussão dessa temática entendendo que,

Guariba [...] é uma pequena cidade [do] interior do Estado de São Paulo [situada na região de] Ribeirão Preto. É um município [...] rodeado de usinas de cana-de-açúcar, vivendo basicamente da monocultura da cana. Lá vivem muitos bóias-frias que a partir do mês de maio iniciam a safra que vai até meados de outubro ou novembro. **Os trabalhadores que cortam cana foram protagonistas de um grande levante que foi um verdadeiro divisor de águas.** Os trabalhadores iniciaram uma greve, que durou vários dias e que foi vitoriosa. Foi conseguido o primeiro contrato coletivo de trabalho com várias cláusulas [sic] que favoreceram [sic] os cortadores de cana. Até então, os salários eram baixos, havia roubo na balança que pesava a cana, eles eram transportados como gado nos caminhões juntamente com seus facões. De lá para cá a situação melhorou neste sentido, embora ainda eles sejam explorados (PASTORAL DO MIGRANTE, 2009, grifo nosso).

Conforme estudos realizados por Andrade (1994), a região de Ribeirão Preto, é uma das mais dinâmicas do país, no que se refere às atividades das agroindústrias, sendo caracterizada pela presença dos complexos agroindustriais mais modernos do setor canavieiro. Porém, os investimentos não se revertem em benefícios e melhoras nas condições de vida dos empregados rurais: a aplicação se dá, em maiores proporções, nas técnicas do que nas condições sociais e, muitas vezes, a utilização de aparatos tecnológicos fomenta mais a degradação social dos sujeitos do que revertem benefícios aos trabalhadores e à sociedade como um todo.

Silva (2008) contribui para essa discussão ao concordar com o pensamento de Andrade (1994), e complementa a ideia ao explicar que, pode-se,

[...] estabelecer uma relação entre, de um lado, o avanço científico, tecnológico, lucros exponenciais e, de outro, o rebaixamento do preço da força de trabalho, o aumento da precariedade das condições de trabalho e de moradia, dos níveis de intensificação da exploração e do aviltamento dos direitos trabalhistas e humanos (SILVA, 2008, p. 41).

Alves (1993) coloca que o crescente grau de modernização da agricultura paulista, em especial a da cultura canavieira na região em questão, está intimamente ligado às mudanças nas relações de trabalho. Com a modernização, a força de trabalho assalariada, seja ela temporária ou permanente, se constitui na principal relação empregatícia estabelecida no campo paulista.

Segundo Baccarin (1985), no caso da cultura da cana-de-açúcar são necessários muitos cortadores, que na grande maioria dos casos, são contratados sob o regime temporário, utilizados como força de trabalho, principalmente, nas épocas de colheita.

Ao considerar os perfis dos trabalhadores temporários da cana-de-açúcar, Graziano da Silva (1982) os define como sendo pessoas que prestam serviços em diversas fazendas e em períodos descontínuos, geralmente contratados nas safras. Indica também que, algumas vezes, alternam os trabalhos temporários no campo, com os das cidades.

Assim, esse sujeito é entendido por meio do,

processo de liberação de mão-de-obra, por efeito do sistema capitalista de produção no campo, ele é reabsorvido como mão-de-obra mais barata e conseqüentemente mais vantajosa para acumulação do capital. A sua participação no processo de produção se faz, portanto, através da depreciação dos salários ou do valor pago à força de trabalho. Este fato o leva a vivenciar uma situação de extrema miserabilidade que se reflete, no nível de seu subjetivo, como um estado de constante insatisfação com o **status quo** e expectativa permanente de melhores condições de vida (D'INCÃO e MELLO, 1976, p. 136, grifo da autora).

É na superexploração da força do trabalho, das imposições dos empresários da cana-de-açúcar e vários outros fatores que nascem os movimentos grevistas que se alastraram pelo interior do estado de São Paulo na década de 1980. Nesse caso, considera-se especificamente, a manifestação ocorrida no município de Guariba no ano de 1984. A partir dela, a sociedade pode evidenciar as duras condições de trabalho e de exploração às quais estavam submetidos os cortadores de cana-de-açúcar.

Alves (1993), ao referir-se ao período de greves que marca a década de 1980 no interior do estado de São Paulo, indica que além das reivindicações de cunho salarial, exigiam o controle do processo de trabalho, a fim de buscar eliminar os intermediários e colocar em questão, o próprio conteúdo do trabalho por eles realizado.

Oliveira (1999) explica os principais motivos que levaram os trabalhadores da cana-de-açúcar a se rebelarem. Para ele, a manifestação em Guariba nada mais foi do que um basta às explorações que lhes eram impostas pelos empresários canavieiros. Também considerou o papel do Estado que, segundo ele, inerte perante a situação, praticava a cobrança de impostos altíssimos nas contas de água⁹ e energia, o que culminou em revolta dos que recebiam míseros salários. Assim, o autor considera que a manifestação foi uma sublevação dos sujeitos contra os abusos por eles sofridos cotidianamente.

As insatisfações dos assalariados temporários da região de Guariba iniciaram-se em 1983. Nesse ano, os empresários da cana-de-açúcar, principalmente os da região de Jaboticabal, Araraquara e Ribeirão Preto, resolveram alterar o sistema de corte de cinco para sete leiras¹⁰. Esse novo sistema traria benefícios inegáveis aos usineiros, mas por outro lado, os prejuízos para os cortadores eram imensos (GEBARA; BACCARIN, 1984).

Ainda segundo os autores, a partir de aproximações efetuadas com diversos trabalhadores da época, destacam a queda na produtividade do trabalho com a inserção desse novo sistema. Para eles, na safra de 1982, cada sujeito chegava a cortar 150 metros de cana-de-açúcar durante um dia de trabalho e, na safra de 1983, a média de produtividade de cada pessoa não ultrapassava os 90 metros (GEBARA; BACCARIN, 1984).

⁹Cerca de dois mil trabalhadores em greve, saíram em passeata pela cidade de Guariba, no dia 15 de maio de 1984, protestando contra, além dos abusos dos empresários da cana-de-açúcar, as altas taxas cobradas pela SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), o que motivou, naquele mesmo dia a depredação do prédio da Companhia (PENTEADO, 2000).

¹⁰Gebara e Baccarin (1984) colocam que até a safra da lavoura canavieira do ano de 1982, cada trabalhador rural assalariado era responsável por cortar cinco ruas (faixas) de cana-de-açúcar e organizá-las em leiras contínuas (linhas) para que a máquina pudesse carregar o que foi colhido. Ou seja, cada trabalhador teve que cortar 2 linhas a mais e organizar os resultados na quarta rua (em pequenos montes) e não mais no sistema de leiras. Os autores ainda revelam que, “[...] de cima para baixo, as usinas organizadamente impuseram a mudança para sete ruas sem levar em conta os anseios e as necessidades da classe trabalhadora. Não se preocupavam com as consequências aos trabalhadores; chegaram mesmo a divulgar, contrariando todas as evidências, que o novo sistema de corte por 7 ruas aumentava o rendimento do trabalhador” (GEBARA; BACCARIN, 1984, p. 54).

Houve considerável diminuição do salário real dos cortadores com a introdução desse novo sistema. Penteado (2000) aponta que, a redução girou em torno de 20% a 25%, já que o salário era calculado com base na produção individual. Há que se pontuar também, o aumento do esforço físico e do tempo necessário para cortar a mesma quantidade de cana-de-açúcar (comparado o ano de 1982 com 1983).

Essa mudança no sistema de corte foi o ponto crucial que fez culminar a manifestação dos assalariados rurais de Guariba em 1984. E, em relação a esse contexto,

era previsível, pois a vida do trabalhador [...] [era] difícil demais, o ganho muito baixo [...], não [havia] fiscalização do Ministério do Trabalho.

[Havia] um esforço sobre-humano para trabalhar, sem comer. As condições do trabalho [eram] péssimas. E por cima, no ano passado as usinas impuseram um novo castigo: o eito de 7 ruas no corte de cana. Só faltava o estopim (JORNAL REALIDADE RURAL, 1984, *apud* OLIVEIRA, 1984)

Cabe ressaltar ainda, conforme Alves (1993), que a greve foi a principal forma empregada pelos assalariados rurais do corte da cana-de-açúcar a fim de buscar melhores condições e dignidade profissional.

Conforme consta nos documentos analisados (PENTEADO, 2000; GEBARA; BACCARIN, 1984 e OLIVEIRA, 1984), iniciou-se no dia 14 de maio de 1984, uma das maiores manifestações até então registradas: Guariba torna-se palco de uma greve que marca a história dessa categoria de trabalhadores.

Segundo Penteado (2000), a manifestação inicia-se com os cortadores da Fazenda São Bento, que fornecia matéria-prima à Usina São Martinho. Um trabalhador começou a gritar para que os outros parassem imediatamente de trabalhar e, que os mesmos só retornassem às atividades quando os patrões voltassem ao sistema do ano anterior, de 5 leiras, e pagassem melhores salários. Mulheres escreveram em seus aventais a frase: “queremos cinco ‘ruas’ e melhores salários” (PENTEADO, 2000, p. 28).

Alguns sujeitos partiram em busca de mais pessoas para aderirem ao movimento. Andaram pelos canaviais com o intuito de abarcar um maior número de pessoas aos protestos e efetuaram uma assembleia na própria lavoura: decidiram que não voltariam ao trabalho naquele dia e, que no dia seguinte, parariam um

número maior de “caminhões de turma” a fim de conseguirem o apoio da maioria da categoria (PENTEADO, 2000).

Os cortadores tinham como pauta para a realização da manifestação, 14 reivindicações¹¹ (PENTEADO, 2000). Colocaram na lista de reclamações a não utilização de máquinas em lugares e locais onde havia cana-de-açúcar boa, como no caso dos terrenos planos (já que era uma situação comum entre as usinas a utilização de máquinas nessas áreas), e o que lhes restavam eram os piores lugares para trabalhar, como os terrenos íngremes; recusaram-se também aceitar o sistema de sete leiras; buscaram resolver os problemas contra os altos preços dos serviços urbanos e da alimentação praticados na época (FERRANTE, 1994), colocando em questão também, os altos índices de produtividade em que estavam submetidos.

A manifestação (Foto 1) dos assalariados temporários da cultura canaveieira extrapolou o rural e se propagou para a área urbana. A cidade de Guariba tornou-se território para os manifestantes expressarem suas realidades e insatisfações.



Foto 1 - Manifestação da categoria na Cidade de Guariba (15 de maio de 1984)

Fonte: Pastoral do Migrante (2009)

Era perceptível o intuito do Estado em debelar a manifestação. A intensa movimentação militar por toda a cidade e nas principais vias de acesso ao município

¹¹Reivindicações estas que serão apontadas no desfecho da manifestação, disponibilizadas nas páginas 57e 58 deste capítulo.

era evidente, mas mesmo assim, os manifestantes não se acuaram perante a essa situação e os protestos continuaram. Houve confronto entre as duas forças, o que resultou em diversos trabalhadores rurais e militares feridos, bem como na morte de um aposentado¹² (PENTEADO, 2000).

A relação entre Estado¹³ e os manifestantes grevistas pode ser observada na citação a seguir:

[...] o medo de uma desordem social obrigou o governo recém empossado do Partido do Movimento Democrático Brasileiro a interferir no movimento, salvaguardando a propriedade privada.

[...]

A ação do governo peemedebista não se limitou à mediação entre capital e trabalho. [...] a violência da Polícia Militar do Estado de São Paulo contra os trabalhadores da cana foi uma forma encontrada pelas autoridades estaduais para preservar a propriedade privada. Na época dos conflitos, foi cunhada a expressão 'cassetete democrático', via pela qual o governo peemedebista tentou conter o movimento Grevista de maio de 1984 em Guariba e região (PENTEADO, 2000, p. 58).

Na difusão das manifestações pelo interior do estado de São Paulo, iniciou-se o processo de reconhecimento dos “[...] trabalhadores [que passaram] a ser o eco detonador da situação de miséria e exploração enfrentada pelos bóias-frias e a enunciar a possibilidade de gestão de um projeto político contestador [...]” (SILVA; FERRANTE, 1987, p. 34).

Vários meios de comunicação de nível regional, nacional e internacional, passaram a publicar a realidade vivida pela categoria. A manifestação de Guariba de 1984 pode ser analisada como uma demonstração social em que as reivindicações dos empregados rurais ganharam visibilidade pela sociedade como um todo, já que por meio dessa luta, esses sujeitos revelaram à população a difícil realidade de exploração do trabalho a que eram obrigados se dedicar.

As manifestações ocorridas nos canaviais se alastraram também pelos laranjais de Bebedouro (PENTEADO, 2000), município conhecido como “a Capital nacional da laranja”, situado aproximadamente 60 km de Guariba.

¹²Penteado (2000, p. 52) com base na documentação oficial por ela analisada indica que “[...] não há evidência de que o disparo que matou o trabalhador aposentado tenha partido de uma das armas dos policiais ou que ela tenha sido disparada por um dos sublevados. Conforme os relatos dos trabalhadores [...], poderemos apenas ter como certo que os policiais dispararam suas armas contra a multidão agitada [...]”.

¹³ O Estado de São Paulo era governado nesse período por André Franco Montoro e o secretário de Segurança Pública era Michel Temer, ambos do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

A figura 2 apresenta os diversos municípios para onde se propagaram as manifestações (não só os da cultura canavieira - inclui-se nas categorias, além dos cortadores de cana-de-açúcar, os apanhadores de laranja e demais culturas). A figura mostra igualmente, quais municípios paulistas foram foco de manifestações de trabalhadores rurais da cultura canavieira e dos laranjais, ocorridas em maio de 1984, destacando-se os acontecimentos de Guariba e Bebedouro.



Figura 2 – Greves dos Canaviais e Laranjais ocorridas no mês de maio de 1984 no interior do Estado de São Paulo
Fonte: Oliveira, 1984

Os movimentos dos assalariados rurais de Guariba e Bebedouro representaram um marco fundamental na luta da categoria na realidade paulista. Há de considerar que, na gestação das manifestações não houve a participação de entidades sindicais ou outras instituições. As demonstrações de insatisfação emanaram das próprias inquietações dos trabalhadores, no próprio canavial e a paralisação em Guariba teve grande abrangência, não só em nível regional. Além disso, destaca-se também que, a manifestação mostrou o poder de mobilização desses sujeitos (BACCARIN, 1985).

Ao revelar os dados proporcionais da manifestação, Penteado (2000) indica que no dia 16 de maio de 1984, dois dias após o início da paralisação, a produção da grande maioria das usinas da região de Ribeirão Preto cessou por falta de

matéria-prima, pois o apoio da categoria à greve era grande e chegou a congregar 10 mil manifestantes somente no município de Guariba.

Frente ao descontentamento dos manifestantes em relação ao posicionamento dos patrões para com suas reivindicações, no dia 15 de maio, alguns cortadores atearam fogo nos canaviais. Com essa atitude, conseguiram fazer com que os empresários se reunissem pela primeira vez a fim de discutir a situação (PENTEADO, 2000).

Até o ano de 1983 eram marcadas discussões entre Sindicatos e empresários do campo, porém, os patrões não compareciam nas mesas de negociações, conforme conta Nobukuni¹⁴ (2012).

Gebara e Baccarin (1984) destacam o poder de mobilização, a força da categoria em busca de melhoras e sintetizam os ganhos da manifestação de Guariba: os empresários tiveram que pensar sobre suas imposições em relação aos cortadores e firmar acordos .

Perante a situação, no dia 17 de maio de 1984, na sede do STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) de Jaboticabal, após um longo debate, ficou acordado o fim da paralisação e assinatura do acordo pelos representantes das diversas categorias.

Dentre os principais pontos contidos no acordo coletivo assinado entre as partes¹⁵, Oliveira (1984), destaca a volta do corte de cana para cinco (5) leiras; que a produção deveria ser medida por metro linear; finalizado o talhão, o empregado receberia um recibo com dados pessoais:, nome e número de identificação, bem como, dados referentes à sua produção; recebimento de um documento discriminando todos os descontos e o total da produção de cada funcionário; preços padronizados para as safras, diferenciando conforme a variedade de cana-de-açúcar, descanso semanal remunerado, décimo terceiro salário, indenização e férias

¹⁴O entrevistado possui amplo conhecimento à respeito das questões ligadas ao campo. Foi trabalhador rural parceiro e assalariado. Além disso, faz parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaboticabal desde 1983, naquela época como Secretário Geral. Atualmente desempenha a função de presidente do mesmo Sindicato.

¹⁵Estavam presentes na data, o Secretário de Relações de Trabalho do Governo do Estado de São Paulo, o presidente do STR de Jaboticabal, que congregava os municípios de Guariba, Monte Alto, Taiaçu e Taiúva, o presidente do STR de Barrinha, o presidente do STR de Cravinhos, o tesoureiro geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de São Paulo, 2 advogados da Federação, 6 trabalhadores rurais de Guariba, o presidente do Sindicato Rural de Jaboticabal, o advogado do SR, o presidente do SR de Guariba, 3 fornecedores de cana-de-açúcar, o advogado do Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado de São Paulo, além de outras testemunhas (OLIVEIRA, 1984, baseado no acordo coletivo).

(os três últimos benefícios deveriam ser pagos no final da safra); fornecimento de ferramentas de trabalho (facão, poda, etc.) e equipamentos de proteção individual (luvas, macacões, etc.) disponibilizados gratuitamente pelo próprio empregador; transporte de qualidade e gratuito; registro e inclusão de direitos trabalhistas; pagamento normal de salário em caso de acidentes de trabalho e doenças comprovadas por atestado médico; pagamento normal da diária quando ocorressem empecilhos alheios às vontades dos trabalhadores (estes deveriam ser pagos desde que os mesmos estivessem no ponto regular) e, disposição de remédios e produtos de primeiros socorros no local do trabalho (obrigação dos empregadores).

Cabe nesse momento fazer uma importante consideração: no que se refere à atuação do STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) de Jaboticabal, ele se envolveu apenas como mediador nas discussões finais, já na fase dos acordos. Como já dito anteriormente, a gestação e o desenrolar dessa manifestação foi emanada pela inquietação dos próprios cortadores (BACCARIN, 1985).

Além dos resultados indicados, a criação de novos sindicatos em municípios onde ainda não havia essa representatividade da categoria, como é o caso de Guariba, bem como o surgimento de representantes engajados na luta dos assalariados do campo, também estão entre as conquistas realizadas a partir da manifestação de Guariba.

Baseia-se nesse sentido nas palavras de Oliveira (1999), para compreender o desfecho da manifestação. Para o autor,

Os movimentos dos trabalhadores bóias-frias, sindicalizados ou não, ou mesmo via sindicatos, a questão de luta [...] está posta em termos de se obter melhores condições de trabalho compatíveis com a dignidade humana (a exploração é violenta), além de se preocupar obter níveis salariais mais elevados (OLIVEIRA, 1999, p. 78-79).

Grzybowski (1987, p.88), ao referir-se a esses movimentos e manifestações, assinala que, os assalariados rurais “[...] elaboram as suas diferentes identidades sociais, ampliam a sua presença na arena política e impõem para a sociedade o reconhecimento de sua existência e de sua cidadania”, a fim de que se reconheçam suas reais condições de trabalho e suas aspirações enquanto categoria de trabalho.

Importante ressaltar também, conforme relata Grzybowski (1987), outro elemento inserido nas demonstrações públicas das condições dos assalariados rurais da cana-de-açúcar e da laranja do interior do estado de São Paulo. O autor

destaca que os cortadores “[...] se transformaram em sujeitos da luta num processo em que passam de bóias-frias [...], a se auto identificarem como a categoria de cortadores de cana” (GRZYBOWSKI, 1987, p. 55). Ou seja, é possível considerar que, além da busca por melhores condições de vida, os assalariados buscaram a partir dessas demonstrações, serem reconhecidos pela identidade da categoria de trabalho que exerciam.

Assim, é possível entender que o desenrolar das manifestações em prol de melhores condições de trabalho emanadas pelos assalariados da cana-de-açúcar, essencialmente após 1984, se tornam elementos fundamentais no contexto de reestruturação da questão fundiária (FERRANTE; SILVA, 1987) regional.

Nesse sentido, é importante caracterizar o interior paulista a partir de Oliveira (2001) colocando-o como a região,

onde o desenvolvimento do capitalismo fincou sua mais espetacular expansão nas últimas décadas. Por isso mesmo é que parte dos trabalhadores proletarizados do campo [...] passaram a negar tal condição. E como produto desta negação, organizaram-se para lutar por um pedaço de terra, para poder reconquistar a perdida autonomia do trabalho [...] (OLIVEIRA, 2001, p. 195).

Dessa maneira, compreender como é caracterizada a região em questão é imprescindível. Apresenta-se na seção que segue a estrutura fundiária, a caracterização agrícola (enfocando principalmente os aspectos que envolvem a cultura canavieira) e populacional da região de Jaboticabal.

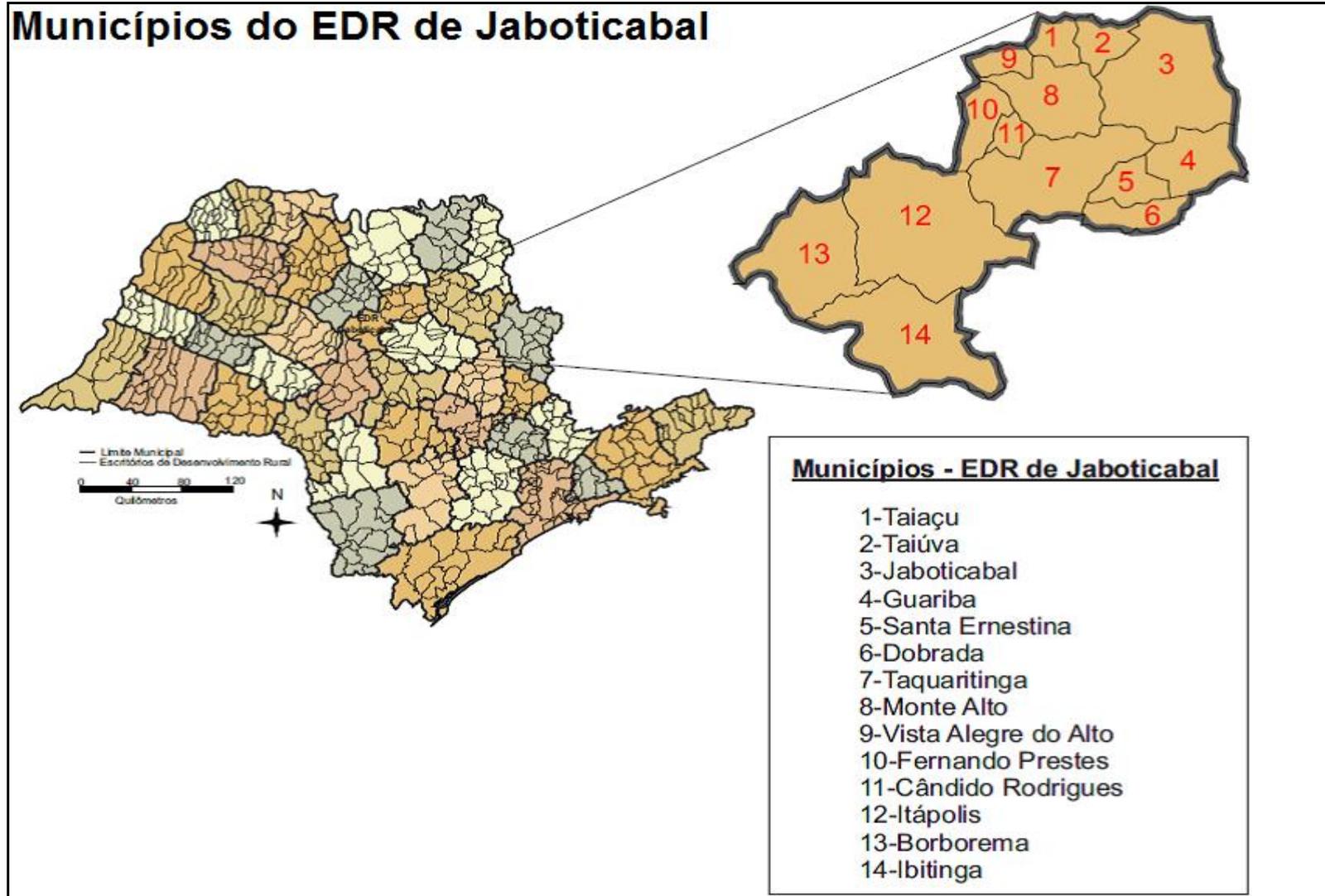
Para entender a dinâmica que envolve esses aspectos na região, leva-se em consideração a regionalização proposta pela CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral), órgão vinculado à Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo, que regionaliza o estado em 40 Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDR).

2.1 Perfil Agrário dos municípios que compõem o Escritório de Desenvolvimento rural (EDR) de Jaboticabal

A caracterização discutida nesse trabalho tem como finalidade entender a dinâmica agrícola, fundiária e populacional da região e do município de Jaboticabal, em que está inserido o assentamento rural de Córrego Rico.

O EDR de Jaboticabal (Mapa 1) é um dos 40 EDR's, institucionalizados pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada¹⁶ (CATI) no estado de São Paulo e, compreende os municípios de Borborema, Cândido Rodrigues, Dobrada, Fernando Prestes, Guariba, Ibitinga, Itápolis, Jaboticabal, Monte Alto, Santa Ernestina, Taiapu, Taiúva, Taquaritinga e Vista Alegre do Alto.

¹⁶Vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Governo do Estado de São Paulo, criada no ano de 1967, cuja principal missão é: "Promover o desenvolvimento rural sustentável, por meio de programas e ações participativas com o envolvimento da comunidade, de entidades parceiras e de todos os segmentos dos negócios agrícolas" (SÃO PAULO, 2012).



Mapa 1- Representação dos Escritórios de Desenvolvimento Rural do Estado de São Paulo e destaque para o de Jaboticabal
Fonte: SÃO PAULO, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE (2003). **Org.:** BUENO, K. 2012.

A cultura da cana-de-açúcar há muito tempo faz parte do perfil agrícola regional. Com base no projeto LUPA¹⁷ (1995-1996 e 2007-2008), é possível observar a evolução da área canavieira nos municípios do EDR de Jaboticabal, conforme apresentado na tabela 4.

Tabela 4- Evolução da Área plantada com Cana-de-açúcar nos municípios que compõem o Escritório de Desenvolvimento Rural de Jaboticabal no período de 1995-1996 e 2007-2008 (Em porcentagem)

Escritório de Desenvolvimento Rural de JABOTICABAL	1995/1996	2007/2008
MUNICÍPIOS	%	%
Borborema	75	94
Cândido Rodrigues	93	95
Dobrada	99	99
Fernando Prestes	94	98
Guariba	*	99
Ibitinga	74	94
Itápolis	92	95
Jaboticabal	93	*
Monte Alto	75	86
Santa Ernestina	98	99
Taiúva	95	98
Taiacu	80	90
Taquaritinga	95	97
Vista Alegre do Alto	91	97

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, Projeto LUPA (1995-1996 e 2007-2008)
Org: VERONEZZI, F, 2012.

*Dados não conferem, pois à área destinada à cultura da cana-de-açúcar é maior do que àquela plantada com culturas temporárias. Esse conflito em relação aos dados pode ter ocorrido a partir de duas interpretações. A primeira é aquela em que a Secretaria pode ter computado nas estatísticas dados que englobam áreas de outros municípios e incorporado na relação como se fosse apenas de um, ou ainda, ter contemplado dados das usinas que computaram dois cortes de cana no mesmo ano/safra .

Os dados apresentados na tabela 4 mostram o percentual do quanto representa a cultura canavieira, enquanto cultura temporária, nos municípios que compõem a regional agrícola. Percebe-se que, com base na tabela 4 que os municípios do EDR expandiram sua área de produção entre os anos que compreendem o levantamento (1995-1996 e 2007-2008).

¹⁷O projeto LUPA“é uma atualização cadastral das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (UPA), realizadas de 10 em 10 anos, denominada "Levantamento das Unidades de Produção Agropecuária (LUPA), instituído no âmbito da Secretaria de Agricultura” (SÃO PAULO, 2012). Cabe indicar também que, os dados do projeto LUPA utilizados nessa pesquisa são dos anos de 1995/1996 e 2007/2008.

Dos 263.365 ha destinados à produção de culturas temporárias no EDR de Jaboticabal, 255.477,7 ha são voltados à produção canavieira. Do total de hectares de culturas temporárias, a cana-de-açúcar toma conta de 97% da área destinada a essas culturas. Das 9.363 unidades produtivas do EDR, a cultura canavieira está presente em 4.520 delas, ou seja, em mais de 48% das unidades produtivas dos municípios do EDR (SÃO PAULO, 2008).

Em relação ao perfil natural regional e com base nas informações disponibilizadas pela ABAG/RP (2012) (Associação Brasileira do Agronegócio da região de Ribeirão Preto), observa-se que a cana-de-açúcar tem um melhor desenvolvimento em regiões que possuem duas estações bem distintas. A primeira é aquela de características quente e úmida, ideal para a germinação da planta e outra, seca e fria, que permite a maturação e o armazenamento de sacarose nos colmos da planta.

Quanto ao relevo do município de Jaboticabal, por exemplo, é possível compreendê-lo a partir das considerações do IBGE (1971), em que se apresenta grande extensão com suave-ondulado e ondulado, com altitude variando entre 465 e 685 m.

Nesse mesmo sentido, ainda considerando a ABAG/RP (2012), os melhores solos para a formação da cana-de-açúcar são aqueles profundos, férteis e com boa capacidade de retenção de água. Porém, ela pode se desenvolver também em solos menos férteis e arenosos, como aqueles encontrados nas regiões de cerrado, é o caso dos municípios que compõem o EDR em questão (situados em áreas de cerrado e mata atlântica).

Sendo assim, verifica-se que a região apresenta condições naturais essenciais para o desenvolvimento da cultura canavieira, fatores que favoreceram e potencializaram sua consolidação enquanto monocultura regional.

Avançando a discussão, o mapa 2 apresenta a área plantada de cana-de-açúcar (em ha) em todo o estado de São Paulo.

A partir da observação do mapa 2, tanto no contexto geral do estado de São Paulo, quanto no EDR, Jaboticabal é um município que possui uma representatividade grande no que se refere à área de produção de cana-de-açúcar. Tal informação fundamenta-se nos dados apresentados pelo LUPA (2008), que apresenta: Jaboticabal é um dos três municípios que compreendem as maiores áreas de produção canavieira (53.766 ha), ficando atrás apenas de Piracicaba (com 54.685 ha) e Morro Agudo (com 113.918 ha), ambos situados em outros EDR's. Dessa forma, Morro Agudo, Piracicaba e Jaboticabal eram os três municípios maiores produtores de cana no estado de São Paulo no ano de 2005.

No que se refere a outras culturas produzidas no recorte espacial aqui abordado, a tabela 5 mostra as principais culturas produzidas no EDR de Jaboticabal entre os anos de 1995-1996 e 2007-2008. Como se pode observar, no período apresentado houve evolução da cultura canavieira tanto em relação às unidades que a produziam quanto nas áreas dedicadas ao cultivo.

Tabela 5– Principais Culturas produzidas no Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Jaboticabal (1995-1996 e 2007-2008)

1995-1996	Total de UP	Total de ha	2007-2008	Total de UP	Total de ha
Cana	3.357	179.166,80	Cana	4.520	255.477,7
Laranja	4.203	99.956,50	Laranja	2.902	69.150,3
Milho	1.340	11.060,70	Gramas	1.934	13.020,7
Limão	1.535	7.377,30	Limão	1.518	7.850,1
Amendoim	200	6.322,40	Manga	1.068	6.778,8
Soja	104	5.980,20	Amendoim	237	6.120,8

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, Projeto LUPA (1995-1996 e 2007-2008)

Org.: VERONEZZI, F. 2012.

A cana-de-açúcar é a principal cultura praticada no EDR de Jaboticabal em ambos os anos agrícolas (1995-1996 e 2007-2008). A cultura passou dos 179.166,8 ha e 3.357 unidades produtivas nos anos de 1995-1996 para 255.477,7 ha, presente em 4.520 unidades produtivas. A lavoura canavieira foi introduzida em mais 1.163 unidades produtivas nos dez anos que separam os anos agrícolas e incorporou 76.310,9 hectares em área para sua produção. Ressalta-se, dessa maneira, ainda com base nos dados da tabela 5, o crescimento da área de produção canavieira superior as demais culturas elencadas na tabela.

Levando-se em conta o contexto da dominação da monocultura canavieira, expõe-se que nesse modelo agrícola, não há espaço para a diversificação da produção e a prática de uma agricultura de cunho familiar, conforme pode ser observado em Ferrante (2007).

Dados referentes à estrutura fundiária do EDR de Jaboticabal, disponibilizados na tabela 6 mostram claramente o poder de concentração de terras na regional em questão.

Tabela 6- Estrutura Fundiária do Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Jaboticabal – 2007-2008

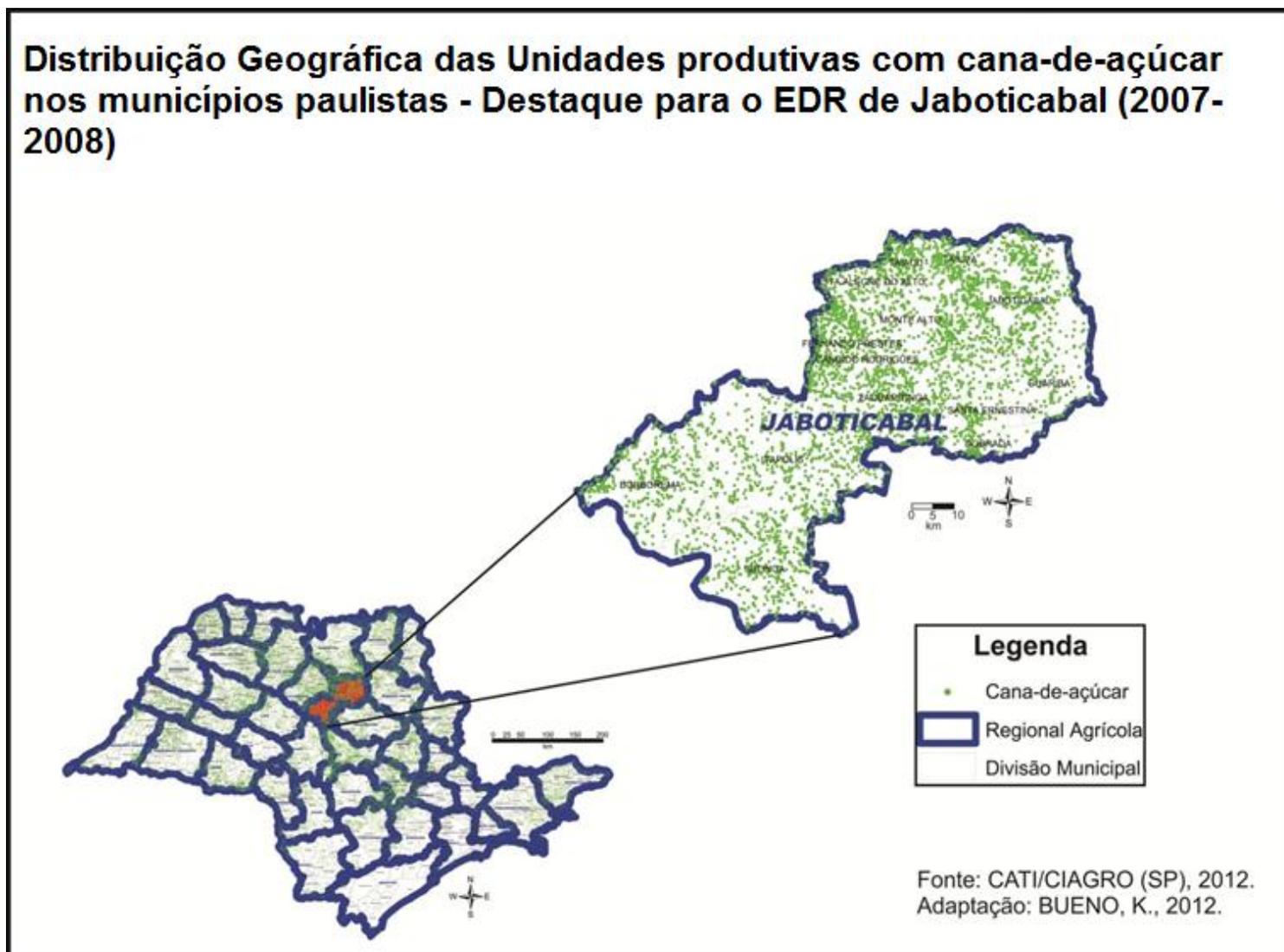
Escritório de Desenvolvimento Rural de Jaboticabal	N. DE UP	TOTAL (Ha)
Área das UP com (0,1] ha	31	21,1
Área das UP com (1, 2] ha	86	136,8
Área das UP com (2,5] ha	812	3.114,3
Área das UP com (5,10] ha	1.390	10.834,9
Área das UP com (10,20] ha	2.283	33.394,4
Área das UP com (20,50] ha	2.673	84.607,2
Área das UP com (50,100] ha	1.124	78.862,5
Área das UP com (100,200] ha	552	76.882,1
Área das UP com (200,500] ha	322	89.695,1
Área das UP com (500,1.000] ha	66	42.878,4
Área das UP com (1.000,2.000] ha	18	22.854,2
Área das UP com (2.000,5.000] ha	5	14.949,3
Área das UP com (5.000,10.000] ha	1	6.050,0
Área das UP acima de 10.000 ha	0	-

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, Projeto LUPA (2008)

Org.: VERONEZZI, F. 2012.

Segundo os dados da tabela 6, as unidades produtivas que compreendem de 0,1 ha a 100 ha, correspondem a 8.399 unidades produtivas e representam 210.990,8 ha da área explorável, enquanto que, as de grande extensão, consideradas as de 100 ha até as maiores de 10.000 ha, somam pouco mais de 960 unidades e ocupam 255.309 ha, uma área muito maior quando comparada com toda a extensão ocupada pelas pequenas unidades produtivas do EDR.

O mapa 3 nesse sentido, representa a distribuição geográfica das unidades produtivas com produção canavieira no Estado de São Paulo, com destaque para o EDR de Jaboticabal.



Mapa 3 - Distribuição Geográfica das unidades produtivas com cana-de-açúcar nos municípios paulistas - Destaque Escritório de Desenvolvimento Rural de (EDR) de Jaboticabal (2007/2008)

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, Projeto LUPA (2008). **Org:** BUENO, K. 2012.

A tabela 7 mostra igualmente a estrutura fundiária, porém nesse caso, considerando apenas do município sede do EDR.

Tabela 7- Estrutura Fundiária de Jaboticabal – 2007-2008

Município de Jaboticabal	N. DE UP	TOTAL (Ha)
Área das UP com (0,1] ha	6	4,7
Área das UP com (1, 2] ha	5	7,7
Área das UP com (2,5] ha	63	237,3
Área das UP com (5,10] ha	145	1.095,9
Área das UP com (10,20] ha	170	2.574,7
Área das UP com (20,50] ha	260	8.191,5
Área das UP com (50,100] ha	148	10.584,2
Área das UP com (100,200] ha	90	12.746,2
Área das UP com (200,500] ha	51	14.265,4
Área das UP com (500,1.000] ha	18	11.295,5
Área das UP com (1.000,2.000] ha	2	2.394,5
Área das UP com (2.000,5.000] ha	-	-
Área das UP com (5.000,10.000] ha	-	-
Área das UP acima de 10.000 ha	-	-

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, Projeto LUPA (2008)

Org.: VERONEZZI, F. 2012.

No contexto local, Jaboticabal possui uma estrutura fundiária desigual. As unidades produtivas que possuem extensão e variam de 0,1 ha a 100 ha, são em números reais 797 unidades e representam apenas 22.696 ha, ou seja, 36% da área agrícola do município. Já as unidades produtivas maiores de 100 ha somam 161 unidades que dominam 40.701,6 ha e correspondem a 64% da área agrícola do município.

Quando considera a relação entre extensas áreas de produção e a cultura canavieira, Graziano da Silva (1981a, p. 37) coloca que “esta pode ser considerada uma cultura típica de grandes unidades, tanto em termos de área como de renda bruta, em praticamente todos os Estados onde é cultivada”, o que pode ser associado também ao recorte espacial pesquisado.

Considera-se nesse aspecto também, o que indica Ferrante (2007, p. 67) sobre esse assunto. Nas explicações da autora, a “[...] cana-de-açúcar, cultura que comprovadamente, não tem rentabilidade econômica em pequenas unidades de produção”, o que também pode ser associado quando se observa a estrutura fundiária regional.

Thomaz Junior (1988) explica essas condições com base na dinâmica da propriedade fundiária e de produção. Ele coloca que os proprietários são obrigados a se sujeitarem às imposições da cultura dominante. Assim, o arrendamento e a parceira, tanto por grupos usineiros¹⁸ locais como por aqueles localizados em municípios vizinhos, se tornam características que predominam na região (THOMAZ JUNIOR, 1988).

Ainda no que se refere ao perfil fundiário local, a tabela 8 colabora para essa reflexão. Nela, estão expostos dados a respeito das unidades produtivas que possuem em seus domínios a presença da cultura canavieira no município de Jaboticabal.

Tabela 8– Total Geral de unidades produtivas (em quantidade e hectares) com a presença da cultura canavieira em Jaboticabal-SP

Jaboticabal	Total de UP	UP com cana-DE-AÇÚCAR
1995/1996	888	751
2007/2008	958	891

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, Projeto LUPA (2008)

Org.: VERONEZZI, F. 2012.

Nos anos de 1995 e 1996, das 888 unidades produtivas do município, a cana-de-açúcar estava presente em aproximadamente 85% delas. Decorrida mais de uma década, os números aumentaram ainda mais e saltaram para 93% das unidades produtivas com a cultura canavieira da safra 2007-2008.

O EDR de Jaboticabal apresenta uma estrutura fundiária concentrada. Tanto é fato que, conforme uma pesquisa realizada nos endereços eletrônicos do ITESP e do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) encontrou-se apenas um assentamento rural nos municípios que compreendem o EDR: o assentamento rural de Córrego Rico, em Jaboticabal.

A título de ilustração, porém, numa conjuntura mais ampla, conforme pode ser observada na figura 3, a região norte de São Paulo (onde os municípios representados, e que possuem assentamentos, estão situados em outros EDR's, como os de Araraquara, Barretos, Franca e Ribeirão Preto) conta com 17 assentamentos rurais, que beneficiam 1318 famílias.

¹⁸“Os usineiros formam a classe social dominante, aquilo que detém a propriedade da terra e explora o moderno setor industrial, ligado à produção do açúcar e do álcool” (ANDRADE, 1994, p. 153).

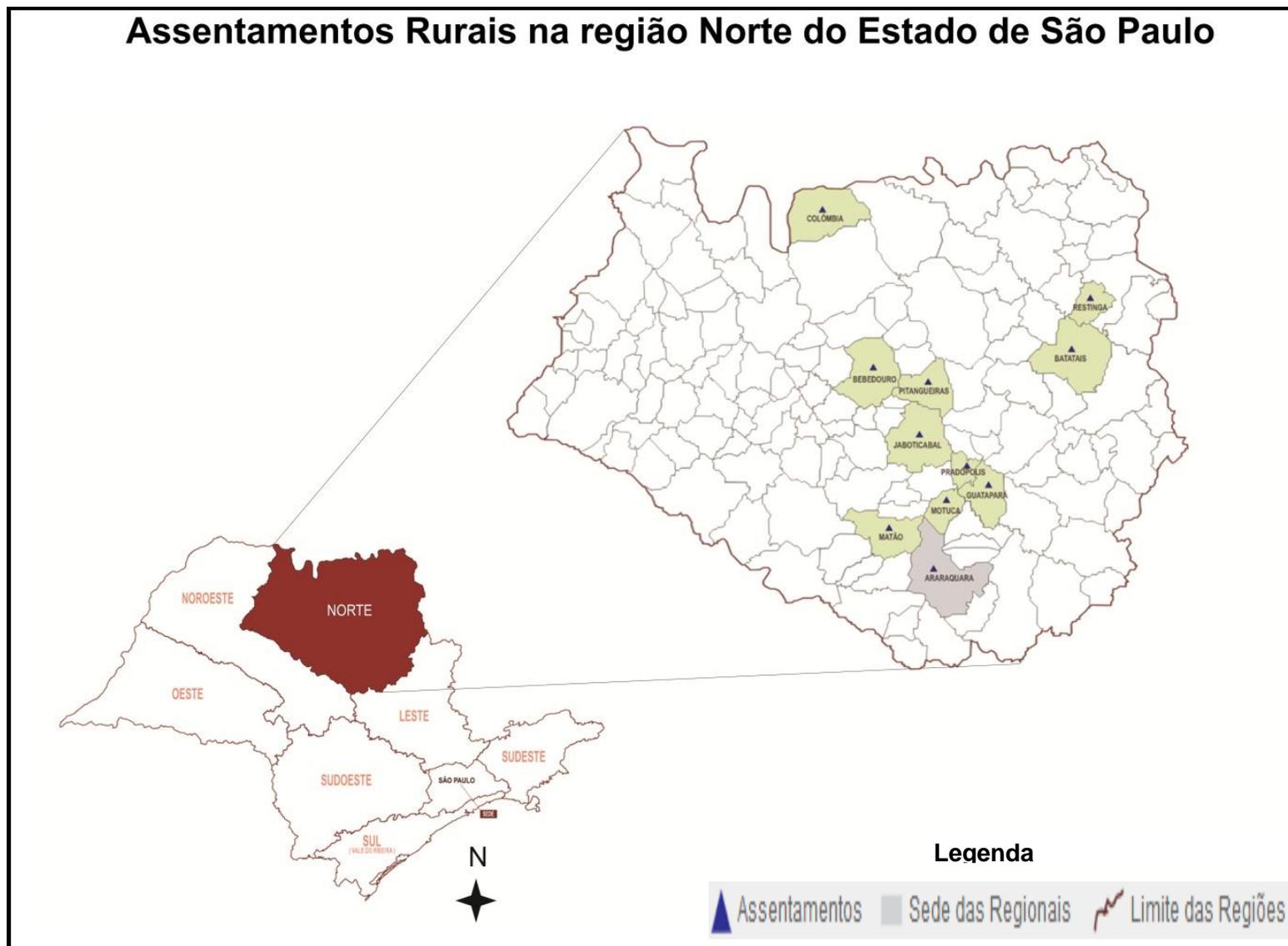


Figura 3 – Assentamentos rurais na região norte do Estado de São Paulo (2012)
Fonte: ITESP (2012) **Org.:** VERONEZZI, F.

Como se pode observar na figura 3, os 17 assentamentos rurais da região norte do estado de São Paulo estão localizados nos municípios representados em verde (subordinados à sede do ITESP, nesse caso, representada em cinza). Existem municípios que possuem mais de um assentamento em seus limites territoriais, como é o caso de Motuca e Araraquara com 4 assentamentos cada um e Colômbia com 2, um assentamento está situado entre Pradópolis, Guatapará e Batatais, Bebedouro, Jaboticabal, Matão, Pitangueiras e Restinga possuem um assentamento em seus limites (ITESP, 2012).

Novamente retornando a discussão para o contexto de Jaboticabal, Baccarin (1985) baseado em dados oficiais do IBGE (1980) apresenta que no ano de 1980, o município contava com 53% da área agrícola voltada à produção de cana-de-açúcar. O autor ainda destaca que entre os anos de 1937-1938, a área de produção canavieira no município era de apenas 0,8%.

No contexto da caracterização expansiva da cana-de-açúcar na dinâmica rural do EDR e do município de Jaboticabal, a concentração de terra é um dos elementos a associar-se à questão da disseminação da cultura canavieira. Baccarin (1985), atenta para essa informação ao destacar que,

o crescimento da área plantada com cana foi acompanhado de um processo de concentração da posse e da propriedade da terra, com os pequenos proprietários sendo pressionados a venderem ou cederem suas terras em arrendamento ou parceria para grandes fornecedores ou para as usinas (BACCARIN, 1985, p. 68).

O processo de expansão/consolidação da cultura canavieira no município de Jaboticabal, no contexto do EDR, fez com que o elemento concentração de terra fosse associado à monocultura. Como se sabe, a lavoura canavieira exige grandes áreas de produção para gerar lucros. Essa cultura não gera renda em pequenas áreas de produção, o que promoveu um processo de expulsão de pequenos e médios proprietários do campo e a baixa diversidade agrícola regional.

Há que se considerar ainda o arrendamento de terras para as usinas como uma realidade regional. Aqueles proprietários que não desfizeram de suas posses firmaram acordos com as agroindústrias canavieiras a fim de deixarem para essas empresas a gestão da terra.

Andrade (1978,), também colabora com essa discussão a respeito da concentração de terras devido à expansão canavieira ao relatar que, “com a entrada da cana-de-açúcar, nota-se [...] que a propriedade agrária sofreu uma concentração [...]” (ANDRADE, 1978, p.65).

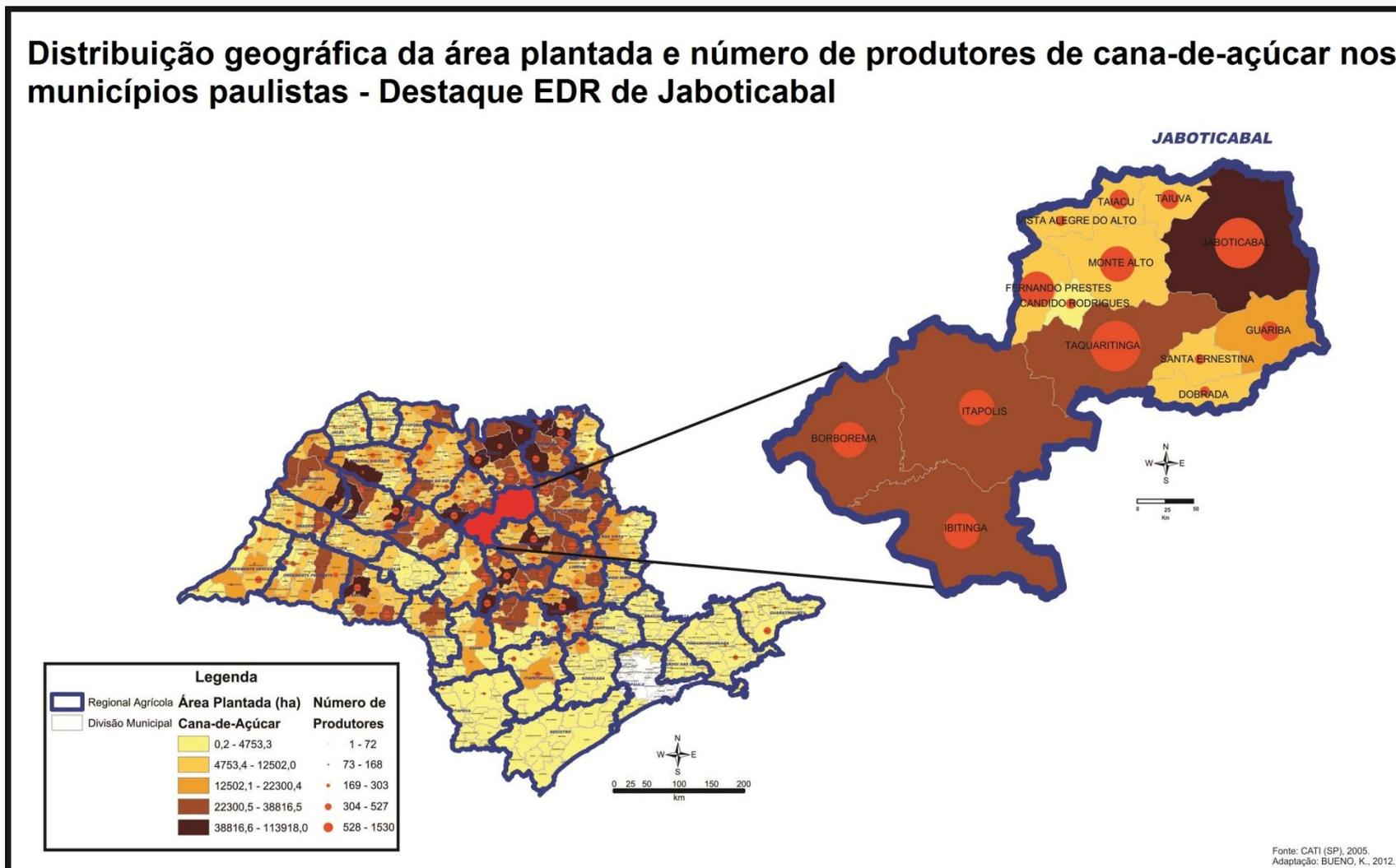
Igualmente, Thomaz Junior (1988) considera que na região, a produção canavieira se “materializa como monocultura, substituindo parcelas do território antes ocupadas com culturas de primeira necessidade [...]” (THOMAZ JUNIOR, 1988, p. 230).

Há de se considerar ainda que, quando a área de produção canavieira é grande, fica inviável o desenvolvimento da policultura, já que, a cultura é analisada como “uma lavoura absorvente e exclusivista” (SÃO PAULO, 1972, p. 10) e Andrade (1995, p. 60) ainda a considera como “profundamente ligada ao latifúndio [...]”.

Os elementos concentração e monocultura canavieira fazem com que haja certa homogeneização na configuração territorial da região, já que extensas áreas são dedicadas ao cultivo de uma exclusiva cultura e não há diversidade produtiva, gerando prejuízos de ordem social.

O mapa 4 mostra dessa maneira, a distribuição geográfica da área de produção e o número de produtores de cana-de-açúcar no EDR em questão. Observa-se mais uma vez que o município de Jaboticabal se destaca por possuir uma grande área de produção e um número elevado de produtores da cultura, quando considerado os anos de 2007-2008.

Distribuição geográfica da área plantada e número de produtores de cana-de-açúcar nos municípios paulistas - Destaque EDR de Jaboticabal



Mapa 4 – Distribuição Geográfica da Área Cultivada e Número de Produtores no Escritório de Desenvolvimento Rural de Jaboticabal

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, Projeto LUPA (2008) Org.: BUENO, K, 2012

Fonte: CATI (SP), 2005.
Adaptação: BUENO, K, 2012.

Outro fator a se observar nessa caracterização refere-se à dinâmica populacional. Consideráveis contingentes deixaram o campo para morar nas cidades. A tabela 9 traz uma evolução da população do EDR entre os anos de 1980 a 2010.

Tabela 9- Dinâmica Populacional nos Municípios que compõem o Escritório de Desenvolvimento Rural de Jaboticabal no período de 1980 a 2010

Municípios	Ano	1980	1990	2000	2010
Borborema	População Total	11.631	12.075	13.183	14.517
	População Urbana	6.325	8.493	10.842	13.084
	População Rural	5.306	3.582	2.341	1.433
Cândido Rodrigues	População Total	1.989	2.292	2.610	2.668
	População Urbana	954	1.540	1.944	2.153
	População Rural	1.035	752	666	515
Dobrada	População Total	4.354	6.596	7.006	7.931
	População Urbana	2.916	5.359	6.504	7.754
	População Rural	1.438	1.237	502	177
Fernando Prestes	População Total	4.400	5.093	5.431	5.533
	População Urbana	2.103	3.250	4.111	4.697
	População Rural	2.297	1.843	1.320	836
Guariba	População Total	18.769	27.576	31.061	35.447
	População Urbana	16.234	26.112	30.200	34.710
	População Rural	2.535	1.464	861	737
Ibitinga	População Total	29.014	37.197	46.534	53.100
	População Urbana	23.542	33.227	43.779	51.001
	População Rural	5.472	3.970	2.755	2.099
Itápolis	População Total	25.869	32.253	37.703	40.031
	População Urbana	15.232	24.404	32.100	36.307
	População Rural	10.637	7.849	5.603	3.724
Jaboticabal	População Total	46.812	57.784	67.325	71.625
	População Urbana	40.869	52.510	63.761	69.491
	População Rural	5.943	5.274	3.564	2.134
Monte Alto	População Total	31.101	38.791	43.574	46.616
	População Urbana	25.446	34.476	40.729	44.518
	População Rural	5.655	4.315	2.845	2.098
Santa Ernestina	População Total	3.477	5.342	5.739	5.569
	População Urbana	2.415	3.853	4.390	5.146
	População Rural	1.062	1.489	1.349	423
Taiúva	População Total	4.414	5.137	5.503	5.447
	População Urbana	3.154	4.100	4.755	4.967

	População Rural	1.260	1.037	748	480
Taiacu	População Total	3.474	4.832	5.613	5.892
	População Urbana	2.338	3.876	4.842	5.337
	População Rural	1.136	956	771	555
Taquaritinga	População Total	35.750	45.654	52.013	53.972
	População Urbana	29.098	39.280	47.544	51.153
	População Rural	6.652	6.374	4.469	2.819
Vista Alegre do Alto	População Total	2.719	3.515	4.742	6.865
	População Urbana	1.565	2.768	4.133	6.333
	População Rural	1.154	747	609	532

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE (2012)

Org.: VERONEZZI, F, 2012.

No período analisado houve uma considerável diminuição da população residente no campo em todos os municípios que compõem o EDR e, dentre os vários fatores que provocaram essa migração, considera-se a expansão da cultura canavieira como um dos principais processos. A expulsão do homem do campo é uma realidade que acompanha o contexto nacional e mundial, porém, no território regional em discussão, tal fato intensificou-se, evidentemente, pela expansão da monocultura.

Baccarin (1985, p. 51), contribui para essa discussão ao indicar que a concentração “[...] da propriedade da terra, que se associa à expansão acelerada da cultura de cana-de-açúcar após 1950”, se torna um fator evidente de expulsão da população do campo no contexto regional.

Estudos demográficos realizados pelo NEPO (Núcleo de estudos da população) da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) (1986), destacam que em 1970, por exemplo, o município sede do EDR, Jaboticabal, possuía uma população rural de 9.187 mil pessoas, o que representava 23% do total da população (dos 38.779 habitantes residentes no município). Esse número cai de maneira vertiginosa, representando 2.134 mil habitantes do campo no ano de 2010, de um total de 71.625, o que representa menos de 3% do total da população residente no município.

Por meio das considerações discutidas nesse tópico, fica evidente que a reivindicação por terra em um território caracterizado pela monocultura canavieira, pela concentração da propriedade da terra e dinâmica populacional marcada por forte migração do campo para as cidades é essencial. Os sujeitos prejudicados por

esse processo se tornam agentes fundamentais no que se refere à luta por terra na região em questão.

Logo, compreender de que maneira ocorreu uma experiência específica de luta de trabalhadores rurais assalariados nessa região se torna primordial. Assim, o contexto de luta pela conquista do território do assentamento rural de Córrego Rico é apresentado nesse trabalho, porém, antes de abordá-lo, é importante tecer algumas considerações acerca da questão agrária em seu conjunto.

2.2 O papel desempenhado pelos trabalhadores na luta pela Reforma Agrária

Ao mesmo tempo em que o capital concentra, valoriza, explora, proletariza, expropria, mecaniza e industrializa, ele também cria condições para (re)produzir novas lutas, novos sujeitos em busca de minimizar os efeitos desses processos (como pode ser observado na figura 1 apresentada no primeiro capítulo). Sujeitos esses, que são (re)criados a partir do desenvolvimento contraditório do capital: agentes que lutam para que ocorra uma reforma agrária de fato no país.

Assim, conforme salienta Oliveira (1999, p. 54), “no seio dos movimentos sociais no campo brasileiro várias são as frentes de organização de luta contra a expropriação, subordinação e exploração”.

Há que se admitir o papel fundamental exercido pelas organizações populares em buscar condições mais justas de acesso à terra e, Martins (1984, p. 23) ao explicar a atuação dessas organizações, principalmente no contexto do período militar, indica que foi uma época “[...] de redefinição da política fundiária em favor das grandes empresas capitalistas, geralmente empresas industriais, comerciais e bancárias, correspondeu também a um grande crescimento da luta dos trabalhadores rurais [...]”, por condições democráticas de acesso à terra.

Ianni (2004, p. 177) contribui para esse debate quando argumenta que, “desde que entrou em nova fase o desenvolvimento [...] do capitalismo no campo, em especial a partir da instalação da ditadura militar em 1964, reativaram-se [...] [as] lutas e multiplicaram-se novas”.

É a partir do fim da ditadura militar, que se instaura no país o clima de liberdade, baseado no poder histórico da atuação de movimentos sociais e organizações populares (MARTINS, 2000b). Considera ainda Martins (1982, p. 19) que, “as lutas dos lavradores do campo repõem continuamente como projeto e tarefa

política a restauração da autonomia do [...] [pequeno proprietário], a sua independência”.

Não podemos deixar de considerar nesse contexto, a atuação de um dos principais movimentos sociais do campo. Nesse sentido Oliveira (2002, p. 97-98) argumenta que, “as transformações profundas pelas quais tem passado o campo brasileiro nas últimas décadas têm gerado um aumento significativo dos movimentos sociais rurais, em luta pela terra ou por melhores condições de trabalho”. E sendo assim, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) possui um papel fundamental no que se refere às questões pertinentes à luta por terra no país, em que o movimento

[...] teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Hoje o MST [...] segue com os mesmos objetivos definidos neste Encontro de 84 e ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, em 1985, também no Paraná: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa [...] (CALDART, 2001, s.p).

Considera-se, portanto, que, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, é fruto dos contrastes existentes em relação à expansão/consolidação capitalista no campo brasileiro (OLIVEIRA, 1994), e surge num contexto de lutas históricas contra as condições desiguais encontradas no território rural (como pode ser visto no resgate histórico apresentado no capítulo I), sendo entendido, como o movimento social do campo que mais representa o cotidiano da marcha e da luta pela terra no Brasil (OLIVEIRA, 2001).

Assim, se finda essa discussão indicando que mesmo o assentamento rural de Córrego Rico não levantando bandeira do MST (assunto que será abordado no capítulo III), a apresentação sucinta da concepção desse movimento se faz importante uma vez que, atualmente, é considerado o movimento social do campo que possui maior expressividade no Brasil e contribui efetivamente para promover a Reforma Agrária no país.

Tanto é importante a atuação desses sujeitos que lutam por uma estrutura agrária menos concentradora e exploradora, e que possuem histórias características de lutas e conquistas, que serão apresentados elementos para que se possam

reconhecer no decorrer dessa dissertação, as especificidades dos sujeitos que compõem o assentamento rural de Córrego Rico.

Assim, vale salientar que a discussão proposta nos capítulos anteriores teve como finalidade reunir subsídios que permitissem a compreensão do processo histórico de formação dos sujeitos que constituem o assentamento de trabalhadores rurais de Córrego Rico.

3. A CONQUISTA DO ASSENTAMENTO RURAL DE CÓRREGO RICO (1998-2012)

A luta dos trabalhadores rurais assalariados é constante. Alguns buscam melhores condições para desenvolver de maneira digna o trabalho no corte da cana-de-açúcar. Outros reivindicam um pedaço de terra, a fim de tornarem-se proprietários, donos do seu próprio território e da sua força de trabalho.

A questão que envolve a luta por terras pelos trabalhadores rurais da cana-de-açúcar pode ser exemplificada a partir do que indica Graziano da Silva (1982, p.31), que considera , “a reivindicação por um pedaço de terra para plantar pode ser entendida como decorrentes das dificuldades no processo de ajustamento à condição de proletário”.

Reforça tal pensamento, a ideia de que a luta por terra dos assalariados da cultura canavieira “[...] não implica, imediatamente, idealizar a volta a uma situação passada, mas pode ser a busca de uma saída diante de um presente de privações” (FERRANTE, 1994, p. 103).

A conscientização dos sujeitos acerca da exploração que passavam diariamente em seu trabalho tem como marco principal, a greve de Guariba de 1984, discutida no capítulo anterior. A partir da mobilização emanada naquela manifestação, muitos líderes surgiram no bojo das lutas, a fim de suscitar a reflexão aos trabalhadores sobre as condições exploratórias a que eram submetidos no trabalho com a lavoura canavieira.

No caso dos trabalhadores do assentamento, eles podem ser entendidos como sujeitos de luta, criados pelas condições de exploração do trabalho degradante na cultura da cana-de-açúcar, que buscaram uma nova perspectiva de vida, a de tornarem-se proprietários de terras, donos de sua própria força de trabalho.

Os assentados contam que diversas foram as lutas ocorridas: várias manifestações e ocupações aconteceram durante o período que se estende do fim da greve de Guariba (1984), até a ocupação e conquista do Horto Florestal de Córrego Rico (1998) – atual assentamento rural de Córrego Rico em Jaboticabal.

Segundo narra a assentada 2¹⁹ (2012), durante esse longo período de lutas, que vai do fim da greve até a conquista do assentamento (de 1984 a 1998), alguns trabalhadores sem ter uma ocupação para manter suas famílias, voltaram a trabalhar no corte da cana-de-açúcar ou em outras culturas. Alguns migraram para outras regiões do estado, outros sem condições de permanecer no trabalho no corte (por estarem “queimados” conforme conta a assentada), foram exercer trabalhos temporários nas cidades, ou seja, criaram alternativas para sobreviver durante esse tempo.

Pode-se entender, conforme percebido nos relatos dos assentados que o período que compreende a transformação desses sujeitos de trabalhadores rurais assalariados para assentados foi turbulento e difícil. Mas, é evidente considerar que na essência, a inquietação gerada pelo movimento grevista de Guariba na década de 1980 continuava presente no ideal desses trabalhadores.

Das entrevistas realizadas com os assentados, ex-cortadores de cana-de-açúcar das usinas da região, em todos os casos, argumentaram a respeito das condições dos trabalhadores manifestantes pós-Guariba 1984. A assentada 2(2012) quando questionada sobre esse contexto, indica que,

O cortador de cana [...] se fosse por greve não conseguia arrumá emprego na região. Da greve de 84 assim, **quem participou daquela greve era queimado, não arrumava serviço em outra usina** e se eles sabiam só cuidar da terra né, só sabia cortar cana, não tinha estudo, não tinha curso [...]. Então, a única solução era lutá por terra porque ele já tava queimado, não arrumava emprego em usina nenhuma da região aqui (ASSENTADA 2, 2012, grifo nosso).

Baseada em entrevistas realizadas com um gato²⁰, Ferrante (1994), também considera esse contexto e destaca que, o trabalhador que havia participado da manifestação em Guariba (1984), não fazia mais parte de nenhuma “turma”. Ela ainda comenta que era comum circular uma “lista negra” (citada também por dois assentados entrevistados) entre os gatos e empreiteiros, que servia como meio de controle para frear o movimento e punir os trabalhadores participantes da manifestação de 1984.

¹⁹ Optou-se por trabalhar com a identificação dos sujeitos da pesquisa a partir de números a fim de preservar a identidade dos mesmos.

²⁰ Gato é um agenciador de trabalhadores e nesse caso, tem como papel, reunir um grupo de pessoas para trabalhar como força de trabalho temporária na lavoura canavieira.

Descontentes com a situação, lutar por terra se tornou essencial para esses sujeitos. Diante do desemprego ou emprego temporário, a oportunidade de trabalhar no seu próprio pedaço de terra, repararia os prejuízos históricos perpassados pela categoria. A perspectiva de não ter que pagar aluguel (FERRANTE e SILVA, 1987), ficar preso ao tempo do relógio e as amarras dos patrões (FERRANTE, 1994), se tornam elementos que fomentaram a luta desses trabalhadores.

De acordo com as entrevistas realizadas com representantes do assentamento, os membros do grupo que deram início à luta para a formação do assentamento rural de Córrego Rico possuíam um grau de organização interna bastante elevada. Por meio de discussões acerca da realidade que passavam, obtiveram progresso em diversas ações das quais se propuseram, e dentre elas, evidentemente, destaca-se a conquista do assentamento.

A assentada 2 (2012) indica que, organizados por sindicatos ligados à FERAESP²¹ (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo), os trabalhadores deram início ao processo de lutas para fins de acesso à terra. Nesse sentido, é válido ressaltar o importante papel dessas instituições no que se refere à conquista de diversas áreas para Reforma Agrária por trabalhadores rurais na região.

Dessa forma, o acesso à terra é visto pelos trabalhadores rurais assalariados como, “[...] um misto de esperanças, sonhos, lutas e investimento no futuro” (FERRANTE, 1994, p. 102), em que,

[...] a garantia de um trabalho constante com alimentação e moradia [estão] garantidas. ‘Ter terra e casa’, ‘não continuar enchendo a barriga do usineiro’, ‘viver menos obrigado, menos sujeito’, ‘não ter patrão’, ‘não ter fiscal atrás’, ‘evitar o desemprego’, são algumas das representações que podem dar conta de como vivenciaram as novas condições de existência (FERRANTE; SILVA, 1987, p. 36).

Tais considerações observadas pelas autoras foram ressaltadas com frequência no discurso dos assentados do Córrego Rico. A história dos trabalhadores assentados está intimamente ligada com outras lutas. Por meio do

²¹Nesse sentido é válido ressaltar conforme pode ser observado nas entrevistas realizadas com os assentados que, os sindicatos ligados à FERAESP organizaram vários trabalhadores a fim de reivindicar terra na região de Ribeirão Preto e assim, eles podem ser entendidos como os principais agentes potencializadores da luta por terra na região em questão.

contato realizado com os assentados, verificou-se que, alguns trabalhadores haviam participado de experiências anteriores, em outras áreas da região²².

Os assentados contam que era a partir do contato com lideranças sindicais, que membros do grupo de trabalhadores que participaram dessas outras ocupações eram informados a respeito dos momentos mais propícios para a ocupação de áreas públicas ociosas na região (no caso específico de Jaboticabal, o Horto Florestal do distrito de Córrego Rico).

Sabendo da disponibilidade das terras do Horto Florestal do Córrego Rico²³, os líderes do grupo que posteriormente iriam dar origem ao assentamento rural de Córrego Rico²⁴, propõem para algumas famílias, oriundas principalmente do município de Guariba, e que haviam lutado conjuntamente na greve dos canaviais no ano de 1984, que ocupassem aquela área para fins de reforma agrária, fato apreendido por meio do relato da assentada 3 (2012).

Os assentados revelaram ainda que, os mesmos se organizaram e, no dia 29 de maio de 1998, acamparam na área do Horto Florestal do Córrego Rico. Cerca de 60 famílias (número que cai para 47 devido às desistências durante o período de acampamento), mantiveram-se acampadas nas proximidades da rodovia SP-253 (Deputado Cunha Bueno), vivendo em barracos feitos de lonas e sem infraestrutura sanitária alguma.

Os trabalhadores narram também que, o processo de ocupação, negociação e transformação da área de acampamento em assentamento²⁵ durou cerca de seis meses e destacam que na época das negociações não houve confronto com a

²²Como é o caso da ocupação do Horto Monte Alegre em Araraquara no ano de 1985 e Horto Guarany em Pradópolis em 1992, por exemplo, conforme contam os assentados participantes dessas ações.

²³Os Hortos florestais do estado de São Paulo foram implantados com a finalidade de fornecer madeira para as ferrovias paulistas. Nesses Hortos, eram plantadas árvores de eucaliptos. No caso do Horto Florestal de Córrego Rico, considera-se que o mesmo foi criado pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro no ano de 1935. Conforme relatado pelos assentados, a madeira retirada da área foi dividida entre os assentados e utilizada para a construção de casas e cercas nos lotes do assentamento.

²⁴“O assentamento dos lavradores sem terra foi incorporado à política fundiária do Governo de São Paulo a partir, principalmente, de 1984, com o objetivo ‘senão de resolver, pelo menos de atenuar os efeitos sociais mais nocivos das distorções da estrutura agrária’. Foi proposto, através da Secretaria de Agricultura, do Instituto de Assuntos Fundiários, um levantamento das áreas – terras públicas – potencialmente disponíveis à produção de alimentos – através do qual deveria ser elaborado um Plano de Aproveitamento Agrícola de Terras Públicas, no qual dar-se-ia prioridade à implementação de assentamento. A proposta incide, portanto, na escolha de terras públicas cuja utilização, ainda que não substitua a desapropriação por interesse social, se constitui em um complemento do processo de Reforma Agrária” (SILVA; FERRANTE, 1987, p. 33).

²⁵A transformação da área do Horto Florestal do Córrego Rico para fins de Reforma Agrária se deu no governo de Mario Covas, do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira).

polícia e ordem de despejo das famílias. Segundo eles, todo o processo ocorreu de maneira pacífica.

A foto 2, do arquivo pessoal da assentada 2 (2012) mostra a vista parcial da área do Horto (com a cobertura vegetal já retirada pelos trabalhadores) no ano de 1998, antes da oficialização do assentamento. Nesse período os trabalhadores ainda estavam acampados, pois a situação legal não havia sido regularizada pelo estado.



Foto 2 – Área do Horto Florestal do Córrego Rico sem a cobertura vegetal dos eucaliptos (1998)
Fonte: Arquivo pessoal Assentada 2 – Trabalhos de Campo

Nas considerações dos assentados, o Córrego Rico é um assentamento que não está ligado essencialmente aos movimentos sociais do campo. Informações obtidas por meio das entrevistas, os assentados informaram que possuem lutas em conjunto com os movimentos e/ou organizações de luta por reforma agrária. A conquista do território onde se situa o assentamento rural de Córrego Rico ocorreu devido à atuação basicamente de trabalhadores membros de sindicatos ligados à FERAESP.

3.1. A localização geográfica e o processo de instalação das famílias no Assentamento Rural de Córrego Rico

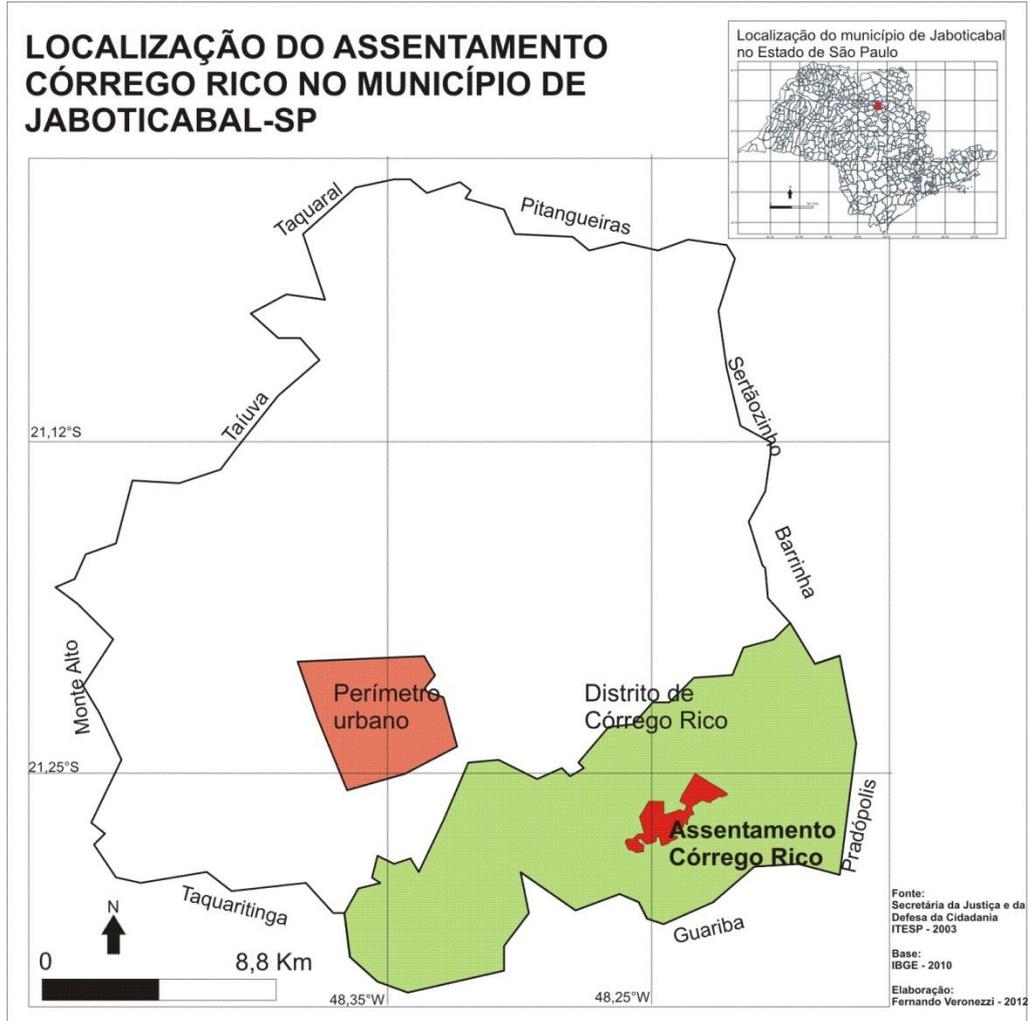
O assentamento de trabalhadores rurais de Córrego Rico deve ser observado a partir de diversas histórias de luta. Percebe-se nitidamente a partir dos contatos efetuados com os indivíduos, que vários foram os ganhos, principalmente, aqueles que se referem à qualidade de vida e à liberdade dos trabalhadores.

É nesse sentido que a explicação de Oliveira (1999, p. 14), colabora para com esse contexto ao considerar que, “[...] assentamentos são novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e do trabalho liberto”.

O assentamento rural de Córrego Rico, conforme pode ser observado a partir da placa de identificação (Foto 3), é composto por 47 famílias instaladas em lotes individuais, e sua estruturação pode ser compreendida a partir da representação do mapa 5²⁶. Além das famílias beneficiárias, o assentamento conta ainda com 16 agregados²⁷, totalizando 63 famílias, ou ainda, em números gerais, 255 pessoas.

²⁶O mapa disponibilizado do assentamento rural de Córrego Rico foi elaborado pelo ITESP (2003) e o uso da terra está representado no mesmo a partir do conhecimento prévio dos próprios assentados.

²⁷Os agregados do assentamento são entendidos nesse trabalho como os filhos dos assentados beneficiários que se casaram e continuaram e/ou voltaram a morar com os pais no assentamento. Para classificá-los como tal, foi levado em consideração àqueles que possuíam uma casa secundária no mesmo lote.



MAPA 5 – Localização do Assentamento Córrego Rico no município de Jaboticabal

Fonte: Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania – ITESP 2003

Base: IBGE - 2010 **Org.:** VERONEZZI, F. 2012.



Foto 3 – Placa de Identificação do Assentamento

Fonte: VERONEZZI, F, 2012. Trabalhos de campo (Janeiro de 2012)

A divisão dos lotes aconteceu pelo esforço dos próprios trabalhadores. Como já estavam acostumados a medir as áreas das plantações de cana-de-açúcar (a partir das experiências anteriores como assalariados rurais), eles mesmos efetuaram o parcelamento da terra antes da chegada do órgão responsável. Quando o ITESP chegou para a divisão, os beneficiários já haviam delimitado as áreas dos lotes. Assim, a foto 3 ilustra a identificação de um dos lotes do assentamento.

Segundo descreve a assentada 2 (2012), o ITESP e os assentados consentiram em relação à divisão dos lotes. Não houve problemas nesse aspecto, já que o órgão governamental respeitou e concordou com o que havia sido delimitado pelos assentados e a organização/distribuição dos lotes se deu de maneira equilibrada, conforme o empenho de cada trabalhador no que se referiu ao trabalho de limpeza (corte dos eucaliptos) e medição dos lotes.

Houve consenso na escolha dos lotes, conforme contam os assentados: os que ficaram com os mais privilegiados como os próximos a um curso d'água ou em áreas mais planas, instalaram-se em lotes com área menor, enquanto que os que ficaram com os lotes mais distantes da rodovia, sem cursos d'água ou em terrenos

irregulares, eram contemplados com lotes que possuíam uma área maior. Em suma, a fragmentação da terra do antigo Horto e a distribuição dos lotes aconteceu sem problemas entre os assentados.

Para a instalação das famílias nos terrenos foram levados também em consideração outros quesitos, como por exemplo, quem possuía uma família maior ou que havia contribuído de maneira mais intensiva na medição e no preparo da área para a divisão, ficaria com um determinado lote, com uma extensão um pouco maior do que aqueles que não participaram desse processo de organização inicial do território do assentamento.

A média individual dos lotes é de 7.5 ha e, em relação aos dados gerais do assentamento, o mesmo é organizado da seguinte maneira, conforme observado nos dados organizados pelo ITESP (2003):

- Área total do assentamento:** 473,2683 ha (100%);
- Área dos lotes (47):** 353,9 ha (74,7%);
- Áreas comunitárias:** 1,63 ha (0,3%);
- Reservas:** 108,02 ha (22,8%)
- Estradas:** 10,07 ha (2,1%)

O assentamento possui água encanada e energia elétrica em todos os lotes e esses serviços permitem que os assentados possuam condições de realizar uma produção de cunho comercial (situação que será abordada no item 3.2 desse capítulo).

Uma das primeiras decisões importantes tomadas pelos integrantes após a instalação do assentamento foi em relação à quantidade de famílias que deveriam ser instaladas naquela área. O Estado apresentava um número de famílias menor do que aquelas que haviam participado da ocupação e, os assentados negavam a proposta do Governo. Sobre a dificuldade da tomada de tal decisão, evidencia-se o relato da assentada 2 (2012):

[...] uma decisão importante que a gente teve que tomá que eu lembro, é que aqui, pelo módulo né, pelo módulo fiscal, precisaria ficar 32 famílias só, porque os órgãos do governo né, o ITESP já veio e falou olha, aqui só cabe 32. Então a gente fez uma assembleia, conversamo tudo, e preferimo ficá com um módulo menor, mas que coubesse todo mundo, que ninguém fosse embora. E o que aconteceu? Ai foi uma luta, foi uma luta, porque a gente queria que todo mundo ficasse. E

fomo fazendo assembleia e fomo falando que desse jeito não, que se for desse jeito a gente não qué, e acabou acontecendo isso, né, colocô todo mundo (ASSENTADA 2, 2012).

Após a instalação de todas as famílias que participaram do processo de luta, ainda houve outra questão importante a se considerar e que diz respeito às responsabilidades administrativas legais que envolvem a atual área do assentamento.

Tal situação não ocorre exclusivamente na área do antigo Horto Florestal do Córrego Rico (atual assentamento rural de Córrego Rico) e, assim, expõe-se o relato de José Amarante, técnico do ITESP (2012) para entender esse contexto:

Em 2009 a Superintendência do INCRA de São Paulo iniciou internamente o processo denominado como “federalização dos hortos”, reivindicando da União o direito dominial sobre os imóveis onde estão implantados os assentamentos estaduais das regiões de Araraquara e Araras. Embora constasse nesse rol a quantidade de 13 hortos (assentamentos rurais) registrados em cartórios como pertencentes à FEPASA – Ferrovias Paulistas S.A, sendo, portanto, alegado pelo descrito órgão público federal, passíveis de serem federalizados, naquele mesmo ano a Gerência de Patrimônio da União emitiu dois **Termos de Guarda Provisória (para os hortos florestais de Córrego Rico e Guarani)**, passando ao INCRA a responsabilidade administrativa sobre as descritas áreas. A Fundação ITESP, na época, contestou (sic) administrativamente a emissão dos descritos termos, alegando que as áreas, objeto de reivindicação por parte do órgão federal, era parte integrante de um processo de transferência de patrimônio, iniciado em 1998, que não tinha sido concluído pelo Governo do Estado de São Paulo até aquele presente momento. A FEPASA foi incorporada ao patrimônio da RFFSA – Rede Ferroviária Federal, sendo essa extinta em 2007, com a decisão de que os bens imóveis dessa empresa pública fossem incorporados aos patrimônios da União, com publicação dessa decisão em Diário Oficial da União. Desde 2008, são realizadas reuniões pelos movimentos sociais agrários, com personalidades políticas nacionais, procurando definir as reais possibilidades da “federalização” das ações da reforma agrária em âmbito estadual e “federalização dos assentamentos rurais implantados em áreas de hortos”. Consta que, na época, a Diretoria Executiva da Fundação ITESP, encaminhou ofício à Gerência de Patrimônio da União requerendo os direitos dominiais sobre as áreas e dialogou com alguns agentes envolvidos com tal situação. (AFITESP, 2011, grifo nosso).

Percebe-se por meio da citação anterior que, ainda não há uma definição concreta sobre quem de fato detém a responsabilidade administrativa dos antigos Hortos Florestais que se tornaram assentamentos na região. No *site* da Fundação

ITESP, a área do assentamento rural de Córrego Rico consta como um território cuja responsabilidade administrativa é de âmbito estadual.

A situação que envolve essa questão continua incerta e perdura até os dias atuais. As atividades de assistência técnica no assentamento são exercidas tanto por técnicos do ITESP quanto do INCRA, conforme contam os assentados.

As dificuldades enfrentadas pelos assentados no dia-a-dia são diversas. Nesse contexto há que se considerar as inexperiências dos sujeitos enquanto donos da terra. O trabalho é executado pelos próprios membros da família.

Assim, a fim de minimizar as dificuldades do cotidiano, os assentados se organizam coletivamente através da Associação de Produtores de Agricultura Familiar de Córrego Rico “A Terra Rica” (que será abordada no capítulo 4 dessa dissertação). Por meio dela, os assentados associados se inserem de maneira mais fácil em projetos governamentais que facilitam financiamentos, equipamentos para a produção e o escoamento do que é produzido em seus lotes. Discussões acerca das dificuldades do trabalho no dia-a-dia das propriedades, questões políticas e culturais, além de reuniões com fins diversos são realizadas com frequência entre os associados no barracão da associação.

Assim, “a busca de recriar as condições de vida e trabalho num espaço novo e, muitas vezes, numa ocupação diferenciada é importante fator no processo de constituição no processo de constituição da identidade dos assentados” (FERRANTE, 2007, p. 65). Percebeu-se por meio dos depoimentos, a dificuldade de alguns trabalhadores com o trato com a terra, e tal situação pode ser observada no seguinte relato de um dos assentados:

Até hoje tem [...] dificuldade [...]. Hoje, ainda, tem 14 anos depois, ainda tem gente que não sabe o que fazê. São esses que não dá certo no assentamento. Ele é tão viciado a se mandado, que ele não consegue sobrevivê sem se mandado. [...]. Então tem gente que tá acostumado a ser mandado, e quando ele consegue a liberdade, ele não consegue se virá. (ASSENTADO 1, 2012).

Nas palavras do entrevistado, destaca-se a dificuldade de alguns assentados de se acostumarem com a nova vida, com a liberdade na realização do trabalho no assentamento. Para ele, alguns não se adaptaram facilmente com a condição de proprietários rurais, bem como no desenvolvimento dos trabalhos na sua própria terra e na execução das atividades sem subordinação, fatores que se tornaram

empecilhos para a manutenção de algumas famílias, que desistiram de continuar nos lotes.

Essa situação é comprovada a partir do que explica Ferrante (2007), que, para os assentados, a área do assentamento é um território que ainda deve ser “domesticado”. Um território composto por diferentes dificuldades, que assume múltiplas práticas e experiências e que incorpora ao mesmo tempo, um espírito de esperança. Para ela,

as trajetórias desses sujeitos ora os individualizam, ora os aproximam. A gestão do território do assentamento e seus projetos de desenvolvimento do ponto de vista da constituição de um novo modo de vida envolve um conjunto complexo de relações (FERRANTE, 2007, p. 64).

Mesmo após a conquista do território do assentamento, a maioria dos sujeitos da luta não deixou de participar e contribuir com outras ocupações e mobilizações. Tal situação pode ser observada na foto 4, que demonstra a participação dos assentados em uma manifestação na cidade de Ribeirão Preto em prol da luta por Reforma Agrária no ano de 1998.



Foto 4- Manifestação dos Assentados de Córrego Rico em Ribeirão Preto-SP (1999)

Fonte: Arquivo pessoal Assentada 2

De acordo com o que descrevem os assentados, vários membros do assentamento participam de organizações e entidades sociais, das quais pode-se citar a OMAQUESP (Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo), a FERAESP, o STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) de Jaboticabal e, inclusive, possuem lutas em conjunto com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

3.2 A produção agrícola do Assentamento Rural de Córrego Rico

Estando o assentamento localizado em um território monopolizado pela cultura da cana-de-açúcar (como visto no capítulo 2), prezar pela diversidade na produção é essencial. Sendo assim, o que é produzido pelos assentados possui um caráter importante para a economia local/regional.

Além disso, como as unidades de produção são pequenas, cerca de 7.5 ha cada lote, diversificar as culturas produzidas em cada terreno se faz mais que necessário. Dessa maneira, o consorciamento é uma alternativa encontrada pelos assentados para lidar com essa questão.

O consorciamento é uma atividade comumente praticada no assentamento. Nessa modalidade de produção, o assentado alterna, intercala o que é produzido, plantando entre uma determinada cultura, outra de um gênero variado, como por exemplo: mandioca e feijão, ou ainda milho e feijão. Após a colheita de uma determinada cultura, espera-se um tempo para que a terra “descanse” e, posteriormente, planta-se outra cultura da época. As fotos 5 e 6 mostram a plantação em forma de consorciamento.



Foto 5- Consórcio de Feijão e Mandioca

Fonte: VERONEZZI, F, 2012. Trabalhos de campo (Fevereiro de 2012)



Foto 6- Consórcio de Milho e Mandioca

Fonte: VERONEZZI, F, 2012. Trabalhos de campo (Fevereiro de 2012)

Em relação a essa modalidade de produção, tal situação pode ser observada no relato de um assentado, quando o mesmo destaca que em seu lote, “eu posso prantá mandioca, mais no meio eu pranto abóbora, maxixe baiano, caxi, então, eu encho ela de mandioca, mais eu deixo espaço pra fazê outra coisa no meio... eu faço meu consórcio e então eu tô variando” (ASSENTADO 1, 2012).

Tratando-se da diversidade da produção do assentamento, essa situação pode ser considerada pelo relato da assentada 3 (2012). Quando questionada a

respeito dos produtos que possui em seu lote, indica a questão da produção consorciada, destacado em seu relato, e revela que em sua propriedade possui,

[...] goiaba, abóbora, milho, feijão de corda para o sustento da família e galinha. Eu tinha porco, cheguei a ter muita vaca aqui, mas ai pra pasto já fica meio complicado. Você pode ter, mas em pequena quantidade. Tenho frango, plantei um pouquinho de eucalipto [...], e [...] com o tempo, isso aí pode ser usado dentro do lote né [...]. Eu posso usar essa madeira não só pra fazê cerca, mas pra fazê um monte de coisa também, eu tenho um pouco, mas a minha pretensão é fazê [...] associá o gado e o eucalipto, porque você pode fazê esse manejo né, você pode... cercá esse eucalipto, você vai tirando ele conforme sua necessidade, e dentro daquele mesmo lugar você coloca as vacas. **É consorciamento, você tem duas coisas no mesmo lugar.** Como é pequeno o espaço, você tem que diversificar, e tem algumas culturas que você pode prantá ela junto, que é o caso da mandioca, que dá pra prantá abóbora... Então isso te dá um rendimento (ASSENTADA 3, 2012).

Com o que foi apresentado até então, não significa dizer que são apenas essas as culturas presentes no assentamento. Muito pelo contrário. Existe uma diversidade na produção, porém muitas vezes, a finalidade é a de alimentar a própria família ou os animais de pequeno porte, e não destiná-los aos mercados comerciais. Tal fato acontece com a cultura do feijão, de hortaliças e algumas frutas.

Além de ser fundamental para compor a renda das famílias, a diversificação da produção é regimentada em legislação específica. Um dos assentados, quando se refere à diversidade da produção do assentamento destaca que,

[...] você não pode enchê seu terreno 100% de um produto só. [...] [a] lei [...] impede, maisentão existe a lei, 50% do produto. Uma vez a gente tentô plantá cana. O estado entrô falando, vocês tem sim direito de plantá, mais em meio terreno. Se prantá em terreno inteiro você burlô a lei e vai dá pobrema. Você planta o que quisé, desde que não seja 100% do terreno, tem que variá (ASSENTADO 1, 2012).

A lei que o assentado se refere é a Portaria 077/2004, da Fundação ITESP, que define critérios para a produção e venda de culturas destinadas às agroindústrias em assentamentos de trabalhadores rurais do Estado. Segundo a portaria, especificamente o artigo 2, é permitido a produção de culturas destinadas ao processamento industrial em 50% dos lotes, daqueles que a área não ultrapasse 15 hectares (ITESP, 2004).

A intervenção do Estado na organização da produção dos assentamentos paulistas, por meio da portaria do ITESP cria condições legais para que os

assentados diversifiquem a produção e assim, consigam obter renda das mais variadas culturas nas diversas épocas do ano.

Dessa maneira, milho, mandioca, manga, abóbora, abobrinha, goiaba, laranja, limão, quiabo, maxixe baiano, café, banana, berinjela e palmito pupunha estão entre as principais culturas do assentamento de Córrego Rico, conforme pode ser observado a partir dos trabalhos de campo.

Nesse sentido, apresentam-se dados da produção das principais culturas praticadas no assentamento. As informações estão organizadas na forma de tabelas, a fim de demonstrar a importância de cada uma delas para a constituição da renda dos assentados.

Cabe ressaltar ainda que os dados de produção aqui apresentados, são aqueles sistematizados pelo ITESP a fim de conhecer o potencial comercial da produção do assentamento, excluindo assim, aquelas culturas produzidas nos lotes e que tem como finalidade a alimentação dos animais ou membros das famílias.

As informações expostas dizem respeito à produção do assentamento no ano de 2010. Os dados disponibilizados nesse trabalho referentes à produção foram cedidos pelo técnico de desenvolvimento agrário do ITESP, entrevistado pelo pesquisador no mês de janeiro de 2012.

As informações apresentadas a seguir foram organizadas considerando-se a presença de determinada cultura na maior quantidade dos lotes do assentamento e, dessa forma, como observado nos dados obtidos com o técnico do ITESP, bem como durante a execução dos trabalhos de campo, pode-se verificar que o milho é a cultura predominante no assentamento.

Milho

Com base no relatório de campo do ITESP, o milho é a cultura que possui maior expressividade na produção do assentamento, presente em quase 70% dos lotes. Na safra de 2010, proporcionou para as famílias das 32 propriedades que o produzem, um total de 530.571 kg e valor geral da produção de R\$ 265.280,00, uma média de R\$ 8.290,00 por lote.

Tabela 10 - Produção de Milho- Ano de 2010 (em Kg)

Assentado 1	9.000,00
Assentado 2	15.750,00
Assentado 3	7.500,00
Assentado 4	16.740,00
Assentado 5	21.000,00
Assentado 6	12.000,00
Assentado 7	10.000,00
Assentado 8	14.400,00
Assentado 9	24.000,00
Assentado 10	6.000,00
Assentado 11	18.000,00
Assentado 12	7.200,00
Assentado 13	30.000,00
Assentado 14	11.000,00
Assentado 15	24.000,00
Assentado 16	4.200,00
Assentado 17	8.400,00
Assentado 18	12.000,00
Assentado 19	23.940,00
Assentado 20	12.000,00
Assentado 21	9.000,00
Assentado 22	18.000,00
Assentado 23	10.000,00
Assentado 24	21.000,00
Assentado 25	30.000,00
Assentado 26	21.600,00
Assentado 27	27.045,00
Assentado 28	18.000,00
Assentado 29	23.400,00
Assentado 30	27.000,10
Assentado 31	19.200,00
Assentado 32	19.200,00
TOTAL	530.575,10

Fonte: ITESP, Fundação. Relatórios de campo, 2011.

Org: VERONEZZI, F. 2012.

Segundo o técnico do ITESP (2012), e conforme observado durante os trabalhos de campo, a grande maioria das famílias trabalham em suas propriedades com várias culturas e, o milho, é a cultura que predomina no assentamento, uma vez que, é de fácil manejo e não precisa de muita tecnologia ou insumos para produzi-la,

destaca o técnico. Além de comercializar a produção, os assentados também alimentam animais de pequeno porte (aves e suínos) com o milho que ali é produzido. A foto 7 mostra áreas de produção de milho no assentamento em dois estágios distintos.



Foto 7 – Plantação de Milho em dois estágios de produção

Fonte: VERONEZZI, F, 2012. Trabalhos de campo (Fevereiro de 2012)

No primeiro momento, foto da esquerda, o milho já está quase pronto para a colheita, enquanto que na foto da direita ainda está em fase de crescimento. O milho que é destinado à alimentação dos animais, geralmente, é produzido de maneira mais rústica, sem ter muito cuidado na sua produção. Já aquele que tem como destino o mercado, na maioria dos casos do assentamento, a cultura tem um processo de produção mais elaborado, aplicando alguns insumos ou ainda fazendo o consorciamento com mucuna²⁸.

Mandioca

Conforme relatório do ITESP, a mandioca é a segunda cultura com maior representatividade no assentamento e é praticada em 38,29% dos lotes. Produziu no ano de 2010, 195.340 kg e disponibilizou a partir de sua produção um total de R\$ 107.000, o que gerou uma renda média de R\$ 5.900,00 por família que a produz. A cultura também é indicada em casos de agricultura que se desenvolve com base no trabalho familiar, pois é considerada de fácil manejo.

²⁸A mucuna é uma leguminosa utilizada como adubo verde em algumas propriedades do assentamento. Segundo informações do técnico do ITESP (2012), ela fornece nutrientes necessários para o desenvolvimento de algumas culturas sem a necessidade de utilizar insumos químicos.

Tabela 11 - Produção de Mandioca- Ano de 2010 (em Kg)

Assentado 1	12.000,0
Assentado 2	8.000,0
Assentado 3	10.000,0
Assentado 4	10.000,0
Assentado 5	5.000,0
Assentado 6	40.000,0
Assentado 7	10.000,0
Assentado 8	1.500,0
Assentado 9	4.000,0
Assentado 10	5.000,0
Assentado 11	4.800,0
Assentado 12	15.000,0
Assentado 13	3.000,0
Assentado 14	5.000,0
Assentado 15	4.500,0
Assentado 16	44.990,0
Assentado 17	10.050,0
Assentado 18	2.500,0
TOTAL	195.340,0

Fonte: ITESP, Fundação. Relatórios de campo, 2011.

Org: VERONEZZI, F. 2012.

Por ser um produto de fácil execução e por ter obtido um preço consideravelmente alto no ano de 2010, cerca de R\$ 0,40 centavos (podendo variar para mais ou para menos) por quilo do produto (buscado no próprio lote), a produção da mandioca esteve aquecida no assentamento nesse período e, a tendência de crescimento da produção é ainda maior. Os principais compradores são a CEASA (Centrais de Abastecimento) e supermercados locais. Segundo as informações obtidas pelas narrativas, os assentados destacam que a produção no assentamento se dissemina de maneira ordenada, evitando assim, uma superprodução, o que poderia prejudicar a comercialização do produto (ASSENTADA 4).

Durante a realização de uma das entrevistas, com um assentado que baseia sua renda principalmente na produção de mandioca, precisamos interromper duas vezes, porque compradores vieram até seu lote buscar o produto. Segundo o assentado, é sempre assim: os compradores constantemente vêm até os lotes em busca do que é produzido no assentamento. Ele destaca que, quem vem comprar mandioca, não leva apenas esse vegetal. Os compradores já sabem da diversidade existente nos lotes e acabam levando também galinhas, frutas e milho, por exemplo.

Abóbora

Os dados organizados no relatório do ITESP indicam a abóbora como a terceira cultura mais praticada no assentamento e é cultivada em 21,2 % dos lotes ou em 10 propriedades.

Tabela 12 - Produção de Abóbora- Ano de 2010 (em Kg)

Assentado 1	4.000,0
Assentado 2	10.000,0
Assentado 3	4.500,0
Assentado 4	6.000,0
Assentado 5	5.000,0
Assentado 6	6.000,0
Assentado 7	3.750,0
Assentado 8	12.000,0
Assentado 9	2.500,0
Assentado 10	4.000,0
TOTAL	57.750,0

Fonte: ITESP, Fundação. Relatórios de campo, 2011.

Org: VERONEZZI, F. 2012.

A cultura gerou no ano de 2010, um saldo de R\$ 57.750,00, com uma produção total de 57.750 kg, e um valor médio de R\$ 5.750,00 por família.

Goiaba

Os assentados relataram que, inicialmente, a produção de goiaba no assentamento se deu com 15 lotes, denominados de “o grupo da goiaba”, apoiados pelo ITESP, Associação a Terra Rica e da UNESP (Universidade Estadual Paulista), campus de Jaboticabal. Esse grupo passou por um treinamento de como produzir a fruta, ofertado pela universidade e realizaram uma visita técnica aos pequenos fruticultores da região de Taquaritinga - localizada cerca de 25 km do município de Jaboticabal - a fim de reconhecer às práticas por eles utilizadas.

A assentada 3 (2012) expõe que o projeto da goiaba e a formação do “grupo” se deu inicialmente devido ao crédito disponibilizado através do financiamento do PRONAF Mulher (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que é uma linha de crédito específica para as mulheres agricultoras. Cada uma das 15 produtoras plantou inicialmente 100 pés da fruta com o objetivo de processá-la e comercializar a produção na forma de doces e compotas.

Tabela 13 - Produção de Goiaba- Ano de 2010 (em Kg)

Assentado 1	2.250,0
Assentado 2	2.500,0
Assentado 3	7.500,0
Assentado 4	1.800,0
Assentado 5	2.800,0
Assentado 6	500,0
Assentado 7	3.000,0
Assentado 8	7.000,0
TOTAL	27.350,0

Fonte: ITESP, Fundação. Relatórios de campo, 2011.

Org: VERONEZZI, F. 2012.

A mesma assentada ainda coloca que, a produção da fruta foi decaindo gradativamente e, atualmente, a produção é desenvolvida em oito lotes, representando 17% do total. Grande parte da produção é destinada a uma fábrica de doces localizada no município de São Lourenço do Turvo, que vem com transporte próprio e carrega a produção. O restante da produção ainda é comercializado em feiras e mercados locais/regionais. A cultura no ano de 2010 teve uma produção de 27.350 Kg, e gerou uma renda de R\$ 47.274, 95, o que dá em média um pouco mais de R\$ 5.000,00 para cada família que produz a fruta.

Manga

A cultura da manga é praticada em sete propriedades, ou seja, em 15% dos lotes.

Tabela 14 -Produção de Manga- Ano de 2010 (em Kg)

Assentado 1	3.000,0
Assentado 2	2.500,0
Assentado 3	1.600,0
Assentado 4	400,0
Assentado 5	1.000,0
Assentado 6	6.000,0
Assentado 7	2.600,0
TOTAL	17.100,0

Fonte: ITESP, Fundação. Relatórios de campo, 2011.

Org: VERONEZZI, F. 2012.

Segundo dados da Fundação ITESP, o valor total da produção no ano de 2010 foi de R\$ 23.837,40, sendo produzidos 17.100 kg da fruta, gerando um valor

médio de R\$ 3.400,00 para cada uma das sete famílias que a produzem. Seu destino final são os supermercados, frutarias e feiras locais/regionais.

Laranja

A produção de laranja no assentamento está concentrada em 4 lotes, ou ainda, em 8,5% das propriedades. A fruta produziu mais de 16.000 kg na safra de 2010 e gerou uma renda de R\$ 12.619,50 para os produtores. Individualmente, a produção de laranja proporcionou para cada família cerca de R\$ 3.000,00 no ano, conforme apresentado no relatório do Instituto.

Tabela 15 -Produção de Laranja- Ano de 2010 (em Kg)

Assentado 1	2.400,00
Assentado 2	350,00
Assentado 3	1.836,00
Assentado 4	12.240,00
TOTAL	16.826,0

Fonte: ITESP, Fundação. Relatórios de campo, 2011.

Org: VERONEZZI, F. 2012.

Além da produção das culturas apresentadas nas tabelas anteriores, ainda é possível destacar outras que possuem uma importância secundária no que se refere à produção geral do assentamento. De acordo com o relatório do ITESP essas culturas são:

- **Quiabo:** representa 4,25% dos lotes, ou seja, 2 propriedades, com uma produção total de 5.500 kg durante o ano de 2010 e um valor agregado de R\$ 9.900,00;

- **Limão:** representa 4,25% dos lotes, 2 propriedades, obteve uma produção geral no mesmo período de 1.500 kg, e gerou uma renda de pouco mais de R\$ 2.000,00;

- **Maxixe baiano:** Hortaliça típica da região nordeste do Brasil e presente em 2 lotes, ou 4,25% das propriedades, a hortaliça tipicamente nordestina, produziu no ano de 2010 um total de 3.000 kg e gerou renda de R\$ 3840,00;

- **Banana nanica:** encontrada em 2,12% dos lotes, produziu no ano destacado, um total de 3.500 kg e gerou renda total no valor de R\$ 2.800,00;

- **Café:** produzido comercialmente em apenas um lote, a cultura gerou em 2010 R\$ 12.600,00, numa produção que totalizou os 3.600 kg;

- **Berinjela:** produzida comercialmente em um lote, o vegetal produziu um total de 560 kg e gerou uma renda um pouco maior que R\$ 400,00;

- **Abobrinha:** o legume é produzido comercialmente em um dos lotes do assentamento e gerou R\$ 660,00 a partir dos 1.000 kg que foram produzidos naquele ano;

- **Palmito pupunha:** presente em um lote, a palmeira produziu um pouco mais que 900 kg e rendeu o equivalente a R\$ 2.800,00 para o assentado que a produziu.

Em síntese, a produção do assentamento no ano de 2010 pode ser observada conforme informações organizadas no Gráfico 1.

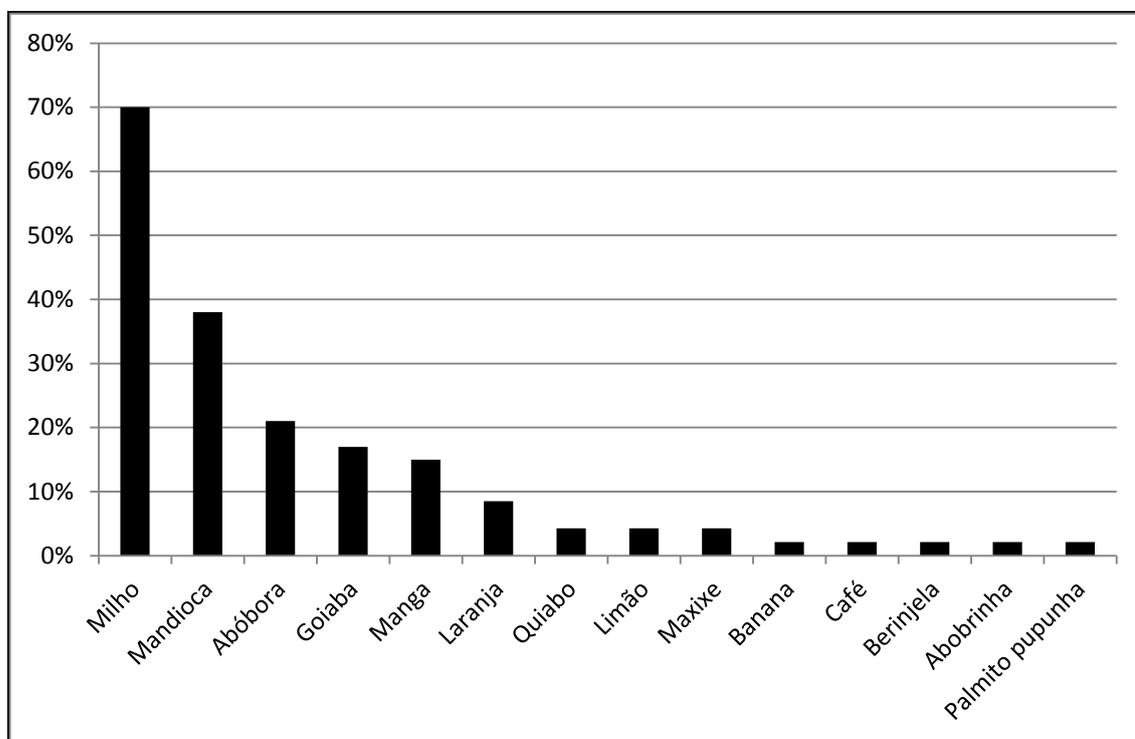


Gráfico 1 – Presença das Culturas nos lotes do Assentamento Rural de Córrego Rico no ano de 2010.

Fonte: ITESP, Fundação. Relatórios de campo, 2011.

Org.: VERONEZZI, F. 2012.

Há que se reconhecer também as dificuldades encontradas no que se refere à produção dos assentados e, dentre elas, destaca-se a proximidade com as lavouras canavieiras. A pulverização de agrotóxicos na monocultura se dissemina pelo ambiente e prejudica aqueles agricultores próximos que se arriscam a efetuar uma produção orgânica, relatam os assentados.

Como se pode perceber, a partir da representação (Figura 4), a área que circunda o assentamento é envolta pela cultura canavieira. A imagem reforça o que

diz a assentada 3 (2012) em seu depoimento. As duas tonalidades de verde e marrom observadas na figura são as variedades de cana-de-açúcar²⁹ e a área destacada em vermelho, é a área do assentamento de Córrego Rico.

²⁹ Verde escuro, cana soca; verde claro cana reformada e marrom, área em reforma.



Figura 4 – Área de Produção de Cana-de-açúcar ao redor do Assentamento (área destacada)

Fonte: CANASAT/INPE, 2012.

Org: BUENO, K. 2012.

Destaca-se dessa maneira, o que menciona a assentada 3 (2012) em seu relato a respeito da dificuldade da manutenção da lavoura orgânica e da proximidade do assentamento com as plantações de cana-de-açúcar,

[...] eu faço um questionamento: como você vai ter orgânico, plantá orgânico, certifica teu produto como orgânico, se você vive rodeado de cana e o avião começa a passa o veneno e a gente acha um monte de pomba morta? [...] a área do assentamento é toda rodeada de cana. Tem uma época, que passa um veneno, que a gente sente um cheiro terrível [...], e ai como que você vai ter orgânico desse jeito? (ASSENTADA 3, 2012)

Assim, a produção no assentamento não se desenvolve de maneira orgânica. Segundo observado no cotidiano das famílias e por meio dos relatos obtidos com os assentados e com o técnico do ITESP (2012), considera-se que há uma transição do convencional para o orgânico no que se refere à produção do assentamento.

Porém, se reconhece o esforço dos assentados em praticar uma agricultura menos impactante ao ambiente. Dentre as experiências praticadas pelos agricultores do assentamento está a utilização da mucuna como adubo orgânico – geralmente produzida consorciada com outro produto; o ensacamento de frutos – no caso da goiaba, por exemplo- e; a utilização de métodos empíricos, “caseiros”, para o afastamento de pragas.

Para os assentados, a utilização desses artifícios diminuíramos gastos com a utilização de insumos químicos, que são caros e inacessíveis para os produtores do assentamento. Também há de se considerar os benefícios de ordem ambiental e social ocasionado por meio da transição da agricultura convencional para a orgânica.

Pelas entrevistas realizadas, alguns assentados informaram ainda que, para complementar a renda, geralmente, exercem atividades remuneradas nas cidades vizinhas, em cargos da construção civil e na prestação de serviços gerais, considerando também os benefícios sociais como a aposentadoria, em situações que suplementam os ganhos das famílias do assentamento.

Assim sendo, é plausível o esforço realizado pelas famílias a fim de impactar minimamente o ambiente e na busca por alternativas para compor a renda . Reuniões são realizadas frequentemente entre os assentados com a finalidade de conscientizar cada vez mais as famílias para a conversão do plantio e à obtenção e execução de projetos que potencializem meios práticos para compor as receitas das

famílias, e nesse sentido, a instituição da Associação de Produtores de Agricultura Familiar de Córrego Rico “A Terra Rica” possui um papel fundamental.

4. A ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE AGRICULTURA FAMILIAR DE CÓRREGO RICO “A TERRA RICA” E AS PERSPECTIVAS DO ASSENTAMENTO E DOS ASSENTADOS

O associativismo é analisado como uma alternativa utilizada pelos assentados para superar os dilemas cotidianos. A partir de esforços em conjunto e do compartilhamento de problemas, o associativismo reforça os laços do coletivismo, muitas vezes perdido durante o processo de adaptação ao território conquistado do assentamento. Além disso, é observado como um instrumento de emancipação, uma vez que essa prática articula e movimenta ações importantes para a conquista da autonomia por parte dos assentados.

Para entender o conceito de associativismo, utiliza-se o SEBRAE (2009) como base, na qual a agência define o termo como sendo, “[...] qualquer iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas ou outras sociedades jurídicas com objetivos comuns, visando superar dificuldades e gerar benefícios para os seus associados” (SEBRAE, 2009, p. 8).

Portanto, podemos considerá-lo como práticas desempenhadas por um grupo de pessoas que, a partir da organização coletiva, buscam a obtenção de resultados positivos em suas ações. Nesse contexto, entender o que é uma associação enquanto instituição se faz necessário e, novamente o SEBRAE (2009) é tomado como base para a compreensão do conceito. Uma associação é entendida como,

[...] uma forma jurídica de legalizar a união de pessoas em torno de seus interesses. Sua constituição permite a construção de melhores condições do que aquelas que os indivíduos teriam isoladamente para a realização dos seus objetivos (SEBRAE, 2009, p. 8).

No caso da associação dos assentados do Córrego Rico, a constituição da mesma ocorreu no dia 24 de junho de 2001 e contou naquele ano com 39 associados fundadores, o que representava 82% dos assentados (A TERRA RICA, 2001). Na renovação do estatuto social no ano de 2011, o número de associados aumenta para 46, representando mais de 97% das famílias assentadas (A TERRA RICA, 2011).

A Associação “A Terra Rica” possui estatuto social próprio e está cadastrada junto ao Cartório Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de Jaboticabal.

Consta na primeira versão do estatuto da associação que, outros produtores poderiam fazer parte da instituição, mesmo não sendo assentados. A autorização para a entrada desses novos membros seria dada desde que fosse aprovada pela diretoria e, necessariamente, os produtores deveriam se enquadrar nas características e no perfil de pequenos proprietários com utilização de mão-de-obra familiar em suas propriedades (A TERRA RICA, 2001).

Segundo o estatuto social, os objetivos da Associação de produtores de agricultura familiar de Córrego Rico são a prestação de serviços que possam contribuir com o fomento e racionalização das atividades agropecuárias e a defesa das atividades econômicas, sociais, ambientais e culturais de seus associados (A TERRA RICA, 2011).

Portanto, pode-se observar “A Terra Rica” como uma associação civil sem fins lucrativos, que tem como sede um barracão no Lote 43 do assentamento, conforme apresentado na foto 8.



Foto 8 – Associação “A Terra Rica” – Parte Externa e Interna (Lote 43)
Fonte: VERONEZZI, F. 2012. Trabalhos de Campo (Janeiro de 2012)

Alguns assentados em suas entrevistas apontaram que a associação “[...] tem um grande poder de mobilizar, de buscar recursos, porque a medida que os anos foi passando, ela [...] vai abrindo [dando] mais condições pra fazê projetos, pra várias coisas [...]” (ASSENTADA 3, 2012).

O assentado 1 (2012) ainda complementa a narrativa da assentada 3 (2012) ao indicar que, “[...] a associação, ela foi criada no intuito de desenvolvê projetos, procurá recursos, e organizá a produção do assentamento” (ASSENTADO 1, 2012). Ainda de acordo com o entrevistado 1 (2012), a associação potencializa ações de cunho social visando o bem comum de seus associados.

A associação “A Terra Rica” possui um papel importante aos assentados. É a partir dela que ocorrem discussões, reuniões e assembleias, elaboração de planos e projetos coletivos, além de cursos (Foto 9) que envolvem questões pertinentes à

realidade do assentamento e dos assentados. Tem ainda como função, representar politicamente os trabalhadores.



Foto 9 - Curso Associativismo Rural – Barracão da Associação “A Terra Rica”
Fonte: VERONEZZI, F. Trabalhos de campo, 2012 (Janeiro de 2012).

Em um curso³⁰ ministrado por técnicos do INCRA (Foto 9), realizado em janeiro de 2012, no qual o pesquisador teve a oportunidade de participar, os ministrantes deixaram evidente que o assentamento de Córrego Rico se destaca na questão regional quando o assunto é associativismo, pois, segundo eles, poucos assentados da região se organizam por meio de associações.

Dessa forma, pode-se entender a organização dos trabalhadores por meio da associação a partir do que indica Vainer (2002). Para o autor, “[...] a constituição de sujeitos coletivos expressando interesses, segmentares e gerais, das classes e grupos sociais explorados e oprimidos” (VAINER, 2002, p. 29) (re)cria condições fundamentais na formação de sujeitos de luta.

³⁰O curso (Foto 9) abordou questões referentes à dificuldade de manutenção e os benefícios da organização de produtores por meio de associações e pontuou questões gerais a respeito do PAA (Programa de Aquisição de alimentos).

Todavia, há de se considerar que o associativismo no assentamento ainda possui alguns impasses e problemas, principalmente no que se refere ao envolvimento dos associados em cursos e reuniões propostas por entidades como INCRA e ITESP.

Conforme foi observado durante o curso, bem como durante as entrevistas com os assentados, existe uma preocupação em aproximar mais as pessoas para as reuniões, fundamentalmente os jovens. O interesse dos trabalhadores é evidenciar aos associados o potencial da associação e promover um maior envolvimento da comunidade assentada, atraindo mais participantes.

Indicam os assentados que há certa dificuldade em trazer as pessoas para a associação porque alguns ainda não entenderam seu papel. O assentado 1 relata (2012) que algumas estratégias devem ser pensadas a fim de que essas reuniões possam envolver os assentados de maneira mais intensa.

Segundo alguns assentados, a baixa adesão dos associados³¹ em determinados cursos se dá pela falta de eficiência. Para o assentado 1 (2012), muito do que se fala nos cursos são coisas que os assentados já sabem e eles não tem vontade de participar. Argumenta que se os técnicos viessem com propostas novas, que funcionassem na prática e interessassem aos assentados, a participação seria maior.

Mesmo com os dilemas cotidianos, a associação de produtores de agricultura familiar de Córrego Rico “A Terra Rica” é essencial no que se refere à dinâmica dos assentados e do assentamento. Assim, as considerações apontadas nesse tópico são válidas já que, a maioria dos projetos desenvolvidos no assentamento se deu fundamentalmente por meio dessa instituição.

4.1 Os projetos desenvolvidos no assentamento entre os anos de 2001 e 2012

Por meio da Associação “A Terra Rica”, várias discussões foram construídas a fim de unir o grupo dos assentados, reforçar a identidade dos mesmos e buscar recursos para desenvolvimento de projetos essenciais para dinamizar as atividades

³¹Conforme pode ser observado na Foto 9, a maioria dos assentados presentes na reunião era do gênero feminino. No que se refere ao quadro administrativo da Associação “A Terra Rica”, a grande maioria dos cargos como a presidência, a tesouraria e as funções de secretárias, também é composto em sua grande maioria pelas mulheres. De acordo com alguns depoimentos, os homens participam mais de reuniões que visam a captação de recursos para o desenvolvimento de projetos. Assim, é possível compreender que as mulheres possuem um papel fundamental na gestão dos negócios do assentamento e nos projetos executados via associação.

do assentamento. Pontua-se a seguir, alguns dos principais projetos realizados pelos assentados do Córrego Rico nos onze (11) anos de constituição da associação (2001-2012). Obviamente que nesse caso, aborda-se apenas alguns projetos selecionados, uma vez que seria difícil apresentar a totalidade dos projetos executados durante o período mencionado.

Os projetos serão elencados em ordem cronológica, nos quais estão organizados os que envolvem a produção de ervas medicinais, a produção orgânica de jambu, o de exportação de pimenta e quiabo, os projetos desenvolvidos por meio do programa estadual Microbacias I e II, e o do programa de aquisição de alimentos. Vale ressaltar novamente que, todos esses projetos foram executados por meio da organização dos assentados a partir da associação “A Terra Rica”.

4.1.1 A Produção de ervas medicinais

Os trabalhadores contam que esse projeto foi desenvolvido a partir de uma parceria entre os assentados e a FIOCRUZ (Fundação Oswaldo Cruz), que tinha como objetivo a produção de ervas medicinais para a fabricação de remédios homeopáticos. Os assentados comentaram que, esse convênio foi firmado por meio do programa Farmácias Verde, no ano de 2002.

A assentada 2 (2012) declarou em sua entrevista que já existiam algumas esparsas plantações de ervas em alguns lotes do assentamento, mas que não possuíam uma finalidade comercial, a utilização se dava apenas pelos membros das famílias. Segundo ela, as pessoas usavam as ervas para fazer chás e tratar de simples enfermidades.

A partir dos recursos financeiros disponibilizados por meio do convênio houve a possibilidade da compra de diversos equipamentos para uso coletivo dos assentados, como por exemplo, uma roçadeira e um trator, bem como possibilitou a construção de um barracão, que seria utilizado como espaço para manipular às ervas, caso o projeto desse certo, indica a assentada 2 (2012).

Inicialmente dez famílias se interessaram em participar desse convênio, mas a assentada destaca que não haveria problemas caso outros assentados se interessassem em participar, mesmo que as atividades já estivessem em andamento.

Todavia, devido à inexperiência dos assentados em lidar com a proposta, esse foi um projeto que fracassou, conta a assentada 2 (2012). Se tivesse ocorrido conforme o planejado, os assentados indicaram que a FIOCRUZ tinha intenções de criar um laboratório no distrito de Córrego Rico, a fim de realizar pesquisas e potencializar a produção de remédios homeopáticos.

Tanto os equipamentos, bem como o barracão, conquistados por meio desse acordo se tornaram propriedade da associação e ambos podem ser utilizados por todos os assentados.

4.1.2 A Exportação de produtos para a Europa (2004-2005);

O projeto iniciou-se devido a efetivação de um contato entre um empresário europeu e os assentados do Córrego Rico no final do ano de 2004, em que ficou estabelecido naquela ocasião que o comprador europeu se responsabilizaria pela doação de sementes e pela compra do que seria produzido. Os assentados entrariam nesse acordo com a força de trabalho e a parcela da terra em que seriam cultivados os produtos. Dessa maneira, começou a parceria para produzir quiabo, cuja finalidade seriam os mercados consumidores da Espanha, Portugal e França, conforme menciona a assentada 2 (2012).

No início do ano de 2005, estando aquecida a relação comercial entre os assentados e o empresário europeu, a pimenta malagueta, que já era produzida pelos assentados, também entrou na pauta de exportação. De acordo com informações dos assentados, a produção dessas culturas foi desenvolvida inicialmente em 15 lotes do assentamento. O comprador adquiria mensalmente dois mil quilos de quiabo e trezentos quilos de pimenta da produção dos trabalhadores.

Porém, o projeto não avançou e, de acordo com o que contam os assentados, o empresário europeu depois de um ano de parceria não os procurou mais e os pés de quiabo e pimenta tiveram que ser arrancados, já que esses produtos não tinham uma boa aceitação no comércio local/regional.

No entanto, a assentada 2 (2012) referindo-se ao projeto de exportação de quiabo e pimenta, deixa evidente que, “[...] era uma coisa que podia tê dado muito certo, a gente tava super animado, só não deu certo porque não continuou [...]”.

4.1.3 A produção orgânica de Jambu (2005);

Outra experiência praticada no assentamento e que merece ser destacada nessa pesquisa foi a plantação de jambu, uma espécie vegetal natural da região amazônica, cujo extrato é utilizado para a produção de cosméticos.

A assentada 2 (2012) conta que algumas famílias do assentamento, incentivadas a realizar a produção dessa cultura, iniciaram o cultivo, que se tivesse sido desenvolvido sem problema algum, poderia gerar uma renda líquida considerável aos assentados.

Conforme contam os trabalhadores, foi efetuado um contrato com uma indústria de cosméticos nacional e os assentados seriam responsáveis por entregar toda a produção, que deveria ser orgânica, para a empresa. Essa parceria entre a indústria de cosméticos e assentados também foi efetivada com outro assentamento rural, conta a assentada 2 (2012).

Porém, esse projeto não durou mais de seis meses, pois não houve preparação das famílias para a produção dessa espécie e novamente, a problemática que envolve a proximidade das lavouras canavieiras com o assentamento foi apontada como prejudicial à produção da cultura (ASSENTADA 2, 2012). Vale reforçar mais uma vez essa situação já que, segundo observado no depoimento dos entrevistados, são frequentes os problemas causados por essa proximidade (conforme pode ser observado nas informações contidas no capítulo III).

Essa situação pode ser observada no relato da assentada 2 (2012), a qual coloca que, a pulverização de agrotóxicos nas plantações de cana-de-açúcar das unidades produtivas vizinhas do assentamento, foi um dos motivos que levou ao fracasso do projeto do jambu. Segundo ela, os assentados percebiam que “[...] [depois] que passava [os] avião, amarelava tudo e secava. Então, sempre alguma coisa com o vento vinha, mesmo que não tava passando no assentamento, e ai acabou” (ASSENTADA 2, 2012).

4.1.4 O projeto estadual Microbacias I e II no Assentamento Córrego Rico

Outro projeto importante para os assentados do Córrego Rico, que foi, e vem sendo desenvolvido de maneira eficaz, é o projeto estadual Microbacias.

O Microbacias paulista foi concebido a partir de uma cooperação estabelecida entre o governo de São Paulo e o Banco Mundial, o qual iniciou sua execução no estado no ano 2000. Segundo Hespanhol (2005), o Microbacias paulista nasceu com base em projetos já desenvolvidos com sucesso nos estados de Santa Catarina e do Paraná.

Levando-se em conta o caso do Microbacias (tanto o I quanto o II) paulista, o projeto tem como objetivo geral,

[...] promover o desenvolvimento rural sustentável no Estado de São Paulo, ampliando as oportunidades de emprego e renda, a inclusão social, a preservação dos recursos naturais e o bem-estar da comunidade. Busca fortalecer a posição dos agricultores familiares nas cadeias produtivas e reforçar sua capacidade de negociação coletiva com os operadores do mercado, para aumentar a competitividade da agricultura familiar paulista, melhorando simultaneamente a sustentabilidade ambiental (CATI, 2012).

Por meio do Microbacias I, um dos exemplos dos benefícios obtidos a partir da execução desse projeto no contexto do assentamento em questão, foi a construção das fossas sépticas biodigestoras (Foto 10), que se destacou tanto no contexto regional quanto nacional, sendo tema principal de uma reportagem jornalística do programa “Globo Rural” no ano de 2011.



Foto 10 – Fossas Sépticas Biodigestoras em um dos lotes do assentamento
Fonte: VERONEZZI, F. 2012. Trabalhos de Campo (Janeiro de 2012)

As fossas sépticas biodigestoras promoveram uma melhora na saúde dos assentados. Uma das assentadas conta que, antes da implantação desse sistema, quando ainda eram utilizadas as fossas negras (fossas comuns), era frequente as crianças ficarem doentes, pois os dejetos eram despejados de qualquer maneira no solo (ASSENTADA 2, 2012). Ainda segundo a assentada, com a implantação das biodigestoras, além de melhorar a saúde das famílias, é possível utilizar os efluentes do processo para adubar algumas culturas (não indicado apenas para aquelas de consumo direto como as hortaliças).

Outra ação de sucesso desenvolvida a partir do projeto estadual de Microbacias I foi a contenção da erosão nos lotes do assentamento a partir do nivelamento por curvas. O assentado 1 (2012) conta que, antes desse trabalho, existiam em alguns lotes, sulcos que chegavam a medir um metro de profundidade, o que impossibilitava a plantação.

Além disso, o Microbacias I também contemplou os assentados com a calcareação do solo, alguns equipamentos comunitários básicos e mudas de plantas para recompor a área de preservação permanente do assentamento.

Por meio das entrevistas com os assentados, percebeu-se que o Microbacias I permitiu o desenvolvimento de ações que contribuíram para a melhora nas condições de vida dos assentados (fossas sépticas biodigestoras), bem como na adequação da área dos lotes para a produção das culturas (contenção da erosão do solo).

Destaca-se nesse momento também, a expectativa de muitas famílias do assentamento para o início do projeto Microbacias II – Acesso aos mercados³². Os assentados têm interesse, com o projeto Microbacias II, em efetuar por meio da associação, a compra de um caminhão para facilitar o escoamento da produção. Ainda em relação aos projetos que serão encaminhados para essa nova etapa do programa (todos via associação), a assentada 2 (2012), comenta que,

[...] tem um grupo bom, [...] que tá plantando mandioca. A gente tá num projeto da CATI, onde a associação pede ajuda desse projeto Microbacias pra comprar um caminhão pra transportar, e a gente tem uma cozinha ali³³, que é uma cozinha comunitária, que a gente

³² O Microbacias II deve ser executado durante um período de cinco anos (de 2011 a 2015), conforme destacado pela CATI (2012).

³³ A assentada refere-se à cozinha localizada na associação, em que o entrevistador e a entrevistada estavam próximos quando da execução da entrevista.

pretende, é... descascar a mandioca e entregar descascada pra vendê (ASSENTADA 2, 2012).

Em relação à comercialização dos produtos do assentamento, a assentada 3 (2012) destaca que essa questão sempre foi um entrave para os assentados. Indica que existe uma dificuldade muito grande por não possuírem um meio de transporte para auxiliar no escoamento da produção. Segundo ela, com a submissão do projeto a fim de conseguirem o caminhão, há uma grande expectativa dos trabalhadores, a qual acredita que serão contemplados nessa etapa do Microbacias, pois houve muita discussão para a construção do projeto e a elaboração se deu por meio da participação de um número considerável de assentados associados.

4.1.5 O PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

O programa de aquisição de alimentos do governo federal, criado no ano de 2003, durante o governo Lula tem como objetivos contribuir para o abastecimento de alimentos às escolas, creches e hospitais, fortalecendo a produção de agricultores familiares no Brasil. Ele foi criado no âmbito das políticas do programa Fome Zero (MST, 2012)

Segundo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (2010), por meio desse programa, o governo federal potencializa ações na busca de soluções de problemas daqueles que estão em situação de risco alimentar e nutricional, bem como auxilia na comercialização de produtos produzidos por pequenos agricultores, agricultores familiares e assentados.

Para compreender como o programa funciona, destaca-se a explicação do MST (2010), o qual indica que,

por meio de convênios firmados via editais públicos, o programa compra alimentos de pequenos agricultores ou assentados. Esses alimentos, em geral, são doados para restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, creches, asilos, instituições filantrópicas, além de outros.

No caso da execução do programa no assentamento de Córrego Rico, os trabalhadores entregam seus produtos às entidades uma vez por semana e em dois locais diferenciados do assentamento: no barracão da Associação e na casa de um dos assentados. Segundo o relato de uma das assentadas durante o curso dado

pelos técnicos do INCRA, esses dois pontos são estratégicos e facilitam a entrega da produção de todos aqueles que participam do programa.

Para a participação no PAA, obrigatoriamente os assentados devem estar associados, pois no final de cada mês, a associação, por meio de seus diretores e presidentes, deve prestar contas, sobre tudo o que foi comercializado pelos assentados.

Segundo entrevista de Egidio Brunetto³⁴, integrante da Coordenação Nacional do MST e que milita no estado do Mato Grosso do Sul, o PAA de modo geral é um programa bastante importante que,

distribui renda e aumenta os recursos dos assentados. Também garante a venda da plantação, por exemplo, de feijão, de milho, que vai ter um preço razoável e vai ter a garantia da compra. E garante o desenvolvimento local e garante que as famílias recebam renda. [...] com ele você come, com o PAA se investe, produz, vai melhorando a estrutura produtiva e vai sendo remunerado por ela. Essa sim é uma distribuição de renda que fortalece o desenvolvimento dos assentamentos (MST, 2010).

Há de se considerar o quão necessário é esse programa para o desenvolvimento das famílias assentadas. Porém, alguns problemas são detectados e apresentados pelos assentados, dentre eles, o pequeno valor anual pago para cada participante, total de R\$ 4.500,00 reais (colocações efetuadas por três assentados entrevistados do Córrego Rico), além de ser considerado como um programa que atende um número ainda pequeno de participantes.

Nesse sentido, a assentada 4 (2012) contribui para essa discussão ao destacar,

O PAA eu vejo ele como um projeto surpreendente, embora o recurso seja pouco né, apenas R\$ 4.500,00 por família. Eles não pagam mais que isso por ano. Então, ai é um recursinho ali por mês, a partir daquilo que a gente pranta, mas se eu quisé uma renda maior, tenho ir vendendo aos poucos. Dá muito pouco. Ajuda sim, é um programa muito bom, mas é um extra, apenas. (ASSENTADA 4, 2012).

Assim, pode-se entender esse programa como uma forma de intervenção do Estado no que se refere à compra da produção dos pequenos agricultores, assentados e agricultores familiares, valorizando o trabalho desempenhado por esses sujeitos e permitindo que eles se livrem de atravessadores.

³⁴Entrevista cedida ao site do MST, disponível em: <<http://www.mst.org.br/As-perspectivas-e-problemas-do-Programa-de-Aquisicao-de-Alimentos-entrevista-egidio-brunetto>>. Acesso em: 15 de setembro de 2012.

Todos os assentados entrevistados disseram que os valores pagos pela CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) no PAA são atrativos e que, garantem uma renda adequada pela produção. Porém, como já destacado, o grande problema em relação a esse programa é o limite pago por família, fator frequentemente mencionado nas entrevistas.

O que se pode considerar nesse contexto é que diversos foram os projetos executados pelos assentados ao longo dos onze anos de constituição da associação. Alguns tiveram representatividade significativa nos ganhos dos assentados e contribuíram efetivamente para o progresso das famílias. Já outros, durante sua execução, passaram por alguns obstáculos e de uma maneira ou de outra foram fadados ao fracasso.

Para encerrar essa discussão, é possível avaliar a partir dos relatos dos assentados e das práticas observadas em campo que, a falta de comprometimento tanto de algumas famílias em desenvolver um trabalho sério (como no caso da produção de ervas medicinais), quanto daqueles que procuram o assentamento para propor alguns projetos, em dar continuidade aos acordos (exportação da pimenta e quiabo), são condições que prejudicam o encaminhamento de algumas propostas. Tal situação pode ser observada e reforçada a partir da declaração da assenta 3 (2012), que afirma:

[...] vem pessoas e monta o projeto [...] é uma coisa séria, sabe. Ele tem que ser bastante discutido, porque acaba acontecendo o que aconteceu, e acaba também, ele vai e...desmotiva! Se o projeto não dá certo, entendeu, deu certo pra você, você foi lá, prantô e tá bonito, os outros parceiros não cumprem com os seus também, dá problema. Quem perde é a família, é quem prantô, porque não dá segmento, acontece de você fica com toda a produção na terra, onde você poderia ter plantado outra coisa e aí vai desmotivando as famílias. Aí quando aparece projetos realmente sérios, projetos que poderiam até dar certo as famílias tá desanimada porque elas trabalharam, tiraram até do bolso alguma coisa, e aí...ele vai falar assim: "Eu vou entrar em mais um projeto furado?" (ASSENTADA 3, 2012).

A desmotivação dos assentados em aderirem alguns projetos é um fato a se admitir quando referimo-nos ao assentamento de Córrego Rico. A afirmação da assentada 3 (2012) é incisiva a essa questão e ilustra de maneira clara os motivos que levam os assentados a não aceitarem alguns projetos.

Além disso, há de se considerar a problemática que envolve a proximidade do assentamento com as lavouras de cana-de-açúcar, o que prejudica àqueles que se

interessam em uma produção orgânica (como o que foi descrito no caso do projeto do jambu).

Obviamente há de se mencionar que, todo o processo de perdas e fracasso na realização de alguns projetos, fizeram com que os assentados criassem alternativas para reverter a situação e, a criação de uma identidade coletiva (reforçada pela criação da Associação) foi importante fator.

A discussão conjunta dos problemas foi uma das soluções à resolução dos problemas, tanto é que, pode-se observar tanto o PAA, quanto o Microbacias I e II, como projetos de sucesso desenvolvidos pelos assentados de Córrego Rico.

4.2 Perspectivas dos assentados e do assentamento

Esse subitem do capítulo aborda considerações fundamentais para a compreensão que envolve o assentamento e os assentados. Aqui são contemplados temas como o preconceito e o papel desempenhado pelos jovens no assentamento, além de apresentar, segundo a visão dos assentados, as perspectivas para o assentamento de Córrego Rico para os próximos anos.

4.2.1 O desconhecimento da realidade e o preconceito da sociedade local com os assentados

Um fato que chamou a atenção e merece ser destacado é do preconceito com os assentados. Uma das questões do roteiro de entrevista contemplava esse assunto e em todos os depoimentos, os assentados foram incisivos em suas falas. Segundo contam, existia muito preconceito da população local por serem assentados.

A assentada 3 (2012) comenta que quando chegava em um determinado lugar de Jaboticabal e dizia que era do assentamento de Córrego Rico, as pessoas desconfiavam e passavam a tratá-la de maneira diferente. Conta ainda que, muitos tinham medo de entrar no assentamento, pois observavam os assentados como pessoas perigosas e criavam pensamentos equivocados a respeito do lugar e de seus moradores. Essa situação pode ser observada no relato da assentada 3 (2012), que revela em relação ao preconceito,

Já sofri e já vi vários sofre. Porque é assim, pra gente que já sabe...só um olhar já é diferente já. Eu sempre faço questão de que todo lugar

que eu vô eu falo que eu sô assentada, porque a melhor forma de acabar com isso, de quebrar isso, é as pessoas te conhecerem, saber da tua história né, porque pode ser que não tem interesse, mas acaba surgindo. Existe preconceito mais eu vejo que hoje vem mais gente no assentamento, e já não é que nem era antes, no começo. As pessoa não entrava aqui, falavam: não vai lá no sem terra não. Até falavam que tinha uma porteira aqui na entrada, perto do primero lote e que ali entrava quem nós autorizava. Sabe, então eu me sentia super mal, mas hoje nada disso, o pessoal vem conhecendo (ASSENTADA 3, 2012).

Considerando igualmente os relatos dos assentados, evidenciou-se que o fato de se reunirem em assembleias para discutir assuntos pertinentes ao assentamento ou participarem de reuniões de outras organizações e/ou movimentos sociais, já se tornava um motivo para o preconceito. O assentado 1 (2012) comenta: “Ah, só pelo fato da gente se reuni aqui e discuti, já tem gente que olha torto. Uma veiz nós abrigamo uns companheiro que tinham sido despejado de um acampamento e deu maior confusão [...]”.

Assim, reproduzido o depoimento da assentada 4 (2012) em relação à essa questão ela considera que,

existe uma deficiência de informação e as pessoas acreditam muito no que a mídia passa, e você sabe bem a ideia da mídia sobre agricultura familiar, assentamento e reforma agrária. E ai eu sempre as convido para que venha conhecer e retirar suas próprias conclusões sobre o que é o assentamento e agricultura familiar. Muitas pessoas em Jaboticabal não sabem que existe um assentamento aqui. Existe uma falta de informação bem grande da sociedade e, o preconceito é muito grande. Na Universidade, por exemplo, eu era um bichinho em exposição. Eles queriam até me tocar. Ah, como que é lá? Tem água? Tem luz? Moram em barraca? Mas isso tem em todos os lugares sabe. Eu fui me expondo, me posicionando e muitas pessoas mudaram suas concepções (ASSENTADA 4, 2012).

Assim, no que se refere ao papel da mídia quando o assunto é reforma agrária, Martins (2000, p. 20) afirma que “[...] a mídia, [...], no geral, representa interesses contrários à luta pela terra e a propriedade social e política da questão agrária”. E em relação aos movimentos sociais de luta por terra, o autor os coloca como “[...] vítima[s] do maniqueísmo demonizador que empobrece e reduz sua competência política e sua oportunidade histórica”.

O que indica Martins (2000) em seu pensamento, pode ser evidenciado claramente no discurso da assentada 4 (2012). A mídia quando se refere à questão agrária reforça o pensamento do latifúndio e do agronegócio e desqualifica a luta por terra. As informações que são veiculadas de maneira distorcida da realidade fazem com que a sociedade não (re)conheça de fato os verdadeiros princípios e pautas que norteiam a luta por terra e os movimentos sociais, (re)produzindo um ideário burguês e perpetuando o preconceito para com essas organizações sociais.

Ainda há de se considerar o perfil agrário regional. Conforme pode ser observado no capítulo II, a região, bem como o município de Jaboticabal são caracterizados por grandes propriedades de terra e por extensas áreas dedicadas à produção da monocultura canavieira. Assim, pequenas unidades de produção e diversidade produtiva, como é o caso do assentamento, se tornam irreal para a população local/regional, fatores que devem ser considerados para entender o desconhecimento da sociedade local acerca da presença do assentamento e da realidade dos assentados.

Entende-se, portanto, que essas situações de preconceito que passaram os assentados serviram para reforçar o processo de construção da identidade desses trabalhadores enquanto assentados, e mostrar à sociedade seus propósitos.

4.2.2 O envelhecimento dos assentados e o papel dos jovens

Uma preocupação que paira nas discussões dos assentados é o envelhecimento dos trabalhadores. De acordo com o relato da assentada 3 (2012), os trabalhadores que lutaram para a conquista do assentamento estão envelhecendo e os órgãos como o ITESP e INCRA deveriam analisar bem essa questão, que segundo ela, não acontece apenas no caso do Córrego Rico. Para ela, a criação de políticas públicas que fixem os jovens nos assentamentos é fundamental. Esse pensamento também é evidenciado na narrativa da assentada 2 (2012).

É nesse contexto que a assentada 2 (2012) indaga: “[...] qual a perspectiva para os nossos jovens? É necessário que esses órgãos pensem bem nessa questão já que nós aqui, já tamo velho” (ASSENTADA 2, 2012).

A assentada 4 (2012), complementa essa informação quando compara o assentamento com outros dos quais possui relações e declara: “tem assentamento

que é envelhecido né, não tem jovens, é só o casal. Não é que nem aqui, que o pessoal jovem que casa, estão voltando como agregados”.

No caso do assentamento, a questão dos jovens é bastante importante. A assentada 2 (2012) coloca que os jovens, filhos dos assentados, geralmente saem da casa dos pais e vão morar na sede urbana do município de Jaboticabal ou em municípios vizinhos. Porém, ela destaca que a relação que possuem com a terra e com a histórias dos pais é grande e na maioria dos casos, mesmo depois de casados, esses jovens retornam ao assentamento e constroem casas nos lotes dos seus pais (agregados), auxiliando-os no trabalho cotidiano da terra.

O problema é que, como os lotes são pequenos, como observou-se no capítulo III, em média de 7.5 ha, fica praticamente inviável mais de uma família sustentar-se com o que é produzido nessa área, assim, a necessidade de políticas que contemplem essa realidade são indispensáveis.

4.2.3 Dificuldades e perspectivas do Assentamento Rural de Córrego Rico

Mesmo com todos os problemas mencionados, os assentados possuem perspectivas positivas para os próximos anos em relação ao assentamento de Córrego Rico.

O assentado 1 (2012) conta que já tiveram a visita de pesquisadores e repórteres de várias nacionalidades no assentamento, interessados em conhecer a dinâmica do espaço. Ele coloca que essa procura é consequência do reconhecimento do árduo trabalho realizado pelos trabalhadores (ASSENTADO 1, 2012).

O assentado ainda acrescenta que é importante receber esses interessados e contar para eles as diversas etapas pelas quais passaram para adquirirem a área do assentamento. Segundo ele, somente dessa forma a história de luta ficará registrada em diversos meios e não se perderá, o que poderá servir como incentivo para outras manifestações/conquistas.

Assim, quando questionado sobre as perspectivas do assentamento, o assentado 1 (2012) revela que já teve vários prejuízos com safras, com projetos que não foram realizados de maneira correta e, por não saber lidar com certas situações. Mas, é enfático ao pontuar que não se arrepende de maneira alguma de ter brigado pelo território onde hoje está instalado e de ter se tornado um assentado. Reforça a

ideia debatida no início do capítulo III ao afirmar que é mais importante ter autonomia e possuir liberdade sobre sua força de trabalho do que estar sujeito à dominação dos usineiros (lembrando as dificuldades vividas quando da realização do trabalho em sua antiga profissão de cortador de cana-de-açúcar).

Referindo-se ao trabalho no corte e ao tempo em que vivia com sua família na cidade (pós greve de Guariba 1984), o assentado lembra das dificuldades pelas quais passavam:

eu não dormia direito pensano no amanhã, onde é que eu ia trabaia, o que é que eu ia fazê. Hoje é ao contrario. Hoje eu durmo pensano no que eu vô fazê, tenho liberdade e aqui no assentamento ninguém manda no meu trabaio (ASSENTADO 1, 2012).

Ele termina sua fala indicando que ainda há um longo caminho a se percorrer e que a história não termina por aqui. Conta que se sente realizado por saber que deixará como herança para seus filhos um pedaço de terra fruto de suas próprias lutas, fato que segundo ele, jamais aconteceria se ele tivesse desistido no meio do processo ou continuasse exercendo de maneira passiva o trabalho como cortador de cana-de-açúcar.

Considerações Finais

A história agrária brasileira, como abordada nesse trabalho, é marcada essencialmente por meio da concentração de terras, da produção de monoculturas em grandes áreas e da exploração dos trabalhadores rurais. É importante considerar nesse momento que, não pretendeu-se de maneira alguma minimizar toda a complexidade desses processos históricos. O objetivo ao qual nos propusemos foi o de considerar o contexto histórico como elemento fundamental para compreender o presente de um determinado objeto/sujeito de estudo, nesse caso, o assentamento rural de Córrego Rico.

A partir da contextualização geral das características que envolvem as relações de trabalho, a estrutura fundiária, a instituição/predomínio de determinadas culturas e a expansão do capital no campo brasileiro, paulista e do município de Jaboticabal, levando-se em conta os primórdios da colonização portuguesa, perpassando pela escravidão e colonato e organizando informações de períodos mais recentes, foi possível ter um panorama geral no que refere à questão agrária.

O interior do estado de São Paulo é observado como a região onde o capital encontrou as condições mais favoráveis ao seu desenvolvimento. A inserção do capital no campo provocou diversos efeitos que tenderam a se intensificar pelas políticas produzidas no período militar: expropriação, concentração, industrialização, mecanização, proletarização e exploração, estão entre os principais fatores encontrados no campo brasileiro a partir da década de 1960, elementos que potencializaram a criação de sujeitos de luta por Reforma Agrária.

Dessa maneira, há que se mencionar as várias lutas realizadas por sujeitos a fim de minimizar os efeitos históricos gerados pela concentração e exploração, fatores reforçados pelo modo de produção capitalista. Assim, a década de 1980 é marcada pela insatisfação de trabalhadores rurais assalariados no território da cana-de-açúcar e, o interior de São Paulo torna-se palco de grandes manifestações dessa categoria de trabalho.

Guariba é assim, caracterizada por ser um município cuja economia baseava-se, e ainda se sustenta, principalmente por atividades ligadas ao setor canavieiro, tornou-se território de embate entre usineiros, trabalhadores e o Estado. A greve de 1984 é evidenciada como um marco essencial nas lutas dos assalariados da lavoura

canavieira e dos laranjais no interior paulista, ações desenvolvidas no sentido de enfrentar os mandos dos empresários do campo.

Diante das conquistas efetivadas por meio dessas manifestações, considera-se a produção de sujeitos engajados na luta por Reforma Agrária na região em questão como um dos principais resultados. É a partir disso que nascem os desejos dos trabalhadores em tornarem-se donos de seu próprio território e de sua força de trabalho. Os trabalhadores do assentamento rural de Córrego Rico são exemplos claros desse resultado.

Em um território monopolizado pela cultura canavieira e caracterizado a partir de grandes e médias unidades produtivas, numa região onde o êxodo ocorreu de maneira intensa, os assentados se destacam como sujeitos que buscaram fazer o caminho inverso, ou seja, por meio das ações efetivadas por esse grupo de pessoas criadas pela insatisfação de Guariba (1984), buscaram maneiras de fixar-se no campo.

A terra é vislumbrada pelos trabalhadores como garantia de sobrevivência e de liberdade, território em que podem desenvolver suas atividades sem estarem presos às amarras dos empregadores ou empresários do campo. O trabalho no território do assentamento é realizado de forma livre e com autonomia.

O assentamento de Córrego Rico é caracterizado dessa maneira como um território que possui um papel significativo, tanto no contexto local como regional, pois, a partir do desenvolvimento de práticas sociais e produtivas diferenciadas em uma região dominada pela cultura canavieira e por grandes propriedades, fatores amplamente debatidos nessa dissertação, potencializa a partir de suas especificidades, condições para a execução de novos projetos de Reforma Agrária na região.

A organização dos assentados a partir da associação “A Terra Rica” reforça os aspectos da coletividade, principalmente no que se refere à constituição/preservação da identidade dos trabalhadores enquanto assentados. Dessa forma, considera-se a associação como uma instituição importante tanto na dinâmica do assentamento de Córrego Rico, quanto em ações que possibilitam estratégias de desenvolvimento local/regional.

Com as reflexões aqui elencadas, é possível demonstrar dentre algumas considerações, que mesmo com os percalços em relação à história agrária brasileira, há a viabilidade na execução de projetos de Reforma Agrária,

principalmente quando a análise do objeto de estudo se dá em regiões caracterizadas pelo latifúndio e monocultura, como é o caso da área de pesquisa apresentada nesse estudo.

Cabe salientar também que, a aproximação durante os dois anos de realização da pesquisa, com sujeitos que lutam de maneira singular por um território rural mais justo, serviu como uma grande experiência de vida, no qual é considerado um aprendizado essencial para a formação profissional e pessoal do pesquisador.

Assim, findam-se as discussões aqui contempladas enfatizando a ideia de que novas pesquisas, reflexões e considerações são de suma importância, pois a temática é atraente e instigante e, possibilita vários olhares e interpretações.

Portanto, como avaliação final, admite-se que os sujeitos do assentamento Córrego Rico ainda possuem um longo trabalho para que de fato consigam sucesso em suas ações. O trabalho é contínuo e a luta não terminou com a conquista do território do assentamento. As dificuldades são as mais variadas e, é importante que os assentados trabalhem no desenvolvimento de ações que visem a melhoria da realidade dos mesmos continuamente.

REFERÊNCIAS

A TERRA RICA, Associação dos produtores de agricultura familiar de Córrego Rico. **Estatuto Social**. Jaboticabal, 2001.

A TERRA RICA, Associação dos produtores de agricultura familiar de Córrego Rico. **Estatuto Social**. Jaboticabal, 2011.

ABAG/RP, Associação Brasileira do Agronegócio da região de Ribeirão Preto. **Sistema de gestão territorial da ABAG/RP**: Agricultura, 2012.

AFITESP, Associação dos Funcionários da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo. **Governo Federal avança no processo de federalização da reforma agrária em São Paulo**. Acontece. 2012. Disponível em: <<http://www.afitesp.com.br/>>. Acesso em: 20 de abril de 2012.

ALVES, Francisco. Greves nos canaviais e agricultura modernizada, novos desafios. **São Paulo em Perspectiva**, ano 7, n.3, p. 133-137, jul-set. 1993.

ANDRADE, Dorival Martins de. **Jaboticabal-São Paulo, Brasil – Edição do Sesquicentenário**. São Paulo: Edições Populares, 1978.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Agricultura e capitalismo**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

ANDRADE, Manuel Correia. **Modernização e pobreza**: a expansão da agroindústria canieira e seu impacto ecológico e social. São Paulo: Editora da UNESP, 1994.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

BACCARIN, José Giacomo. **Trabalhadores rurais volantes da região de Jaboticabal: crescimento, características e aspectos organizacionais**. 1985. Dissertação (Mestrado em Economia Agrária), Universidade de São Paulo, Piracicaba.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.15, n.43, p.207-224. 2001.

CANASAT, INPE **Monitoramento da cana-de-açúcar** – Mapa do cultivo. 2012. Disponível em: <<http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/cultivo.html>>. Acesso em: 02 de junho de 2012.

CAPALBO, Clovis. **A História de Jaboticabal – 1828-1978**. Jaboticabal: edição do autor, 1978.

COLOGNESE, Silvio Antonio; MÉLO, José Luiz Bica de. A técnica da entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v.9, p. 143-159. 1998.

D'INCÃO E MELLO, Maria Conceição. 3 edição. **O "bóia-fria":** acumulação e miséria. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST:** formação e territorialização em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1999.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Os herdeiros da modernização: grillhões e lutas dos bóias-frias. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.8, n. 3, p. 93-104. 1994.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Assentamentos no território da cana: controvérsias em cena. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 10, n. 11, p. 61-80, jul-dez. 2007.

GEBARA, José Jorge; BACCARIN, Jose Giacomo. Alteração no corte de cana, de 5 para 7 ruas: implicações para produtores e trabalhadores. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.60, p. 47-57, 2 sem. 1983-1º sem. 1984.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981a.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura.** São Paulo: Editora Hucitec, 1981b.

GRAZIANO DA SILVA, José. O "bóia-fria": entre aspas e com os pingos nos is. In: DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL/UNESP (org.). **Mão-de-obra volante na agricultura.** São Paulo: Polis, p. 137-177, 1982

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é questão agrária.** 11 edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

GRAZIANO DA SILVA, José. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, João. Pedro. **A questão agrária hoje.** 2º Edição. Editora da UFRGS, 1994. p. 137-143

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** 2 edição revista. Campinas:UNICAMP/IE, 1998.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo.** Petrópolis: Vozes, 1987

GUIMARÃES. Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio.** São Paulo: Paz e Terra, 1968.

GUIMARÃES. Alberto Passos. **A crise agrária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HAESBART, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marco Aurélio (Orgs.). **Território e desenvolvimento:** diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004, p. 87-119.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo . O Programa de Microbacias Hidrográficas e a questão do desenvolvimento de territórios rurais no Estado de São Paulo - Brasil. In: Quartas Jornadas Internacionais de Estudios Agrarios y agroindustriales, 2005, Buenos Aires. **Anais das 4tas Jornadas Internacionais de Estudios Agrarios e Agroindustriales**. Buenos Aires: Universidade de Buenos Aires - UBA, 2005. p. 1-20.

IANNI, Octavio. **Origens Agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Carta do Brasil**. Folha SF22-X-III-3. Escala 1:50.000, 1971.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Séries Estatísticas e Séries Históricas**. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=AGRO02>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2012.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do Censo demográfico de 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse/sinopse_tab_brasil_pdf.shtm>. Acesso em: 20 de abril de 2012.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística **Estatísticas do século XXI**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_xls/palavra_chave/populacao/rural.shtm>. Acesso em 02 de maio de 2012.

ITESP, Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo. **Mapa do Assentamento**, 2003.

ITESP. Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo. **Legislação**, 2004. Disponível em: <<http://www.itesp.sp.gov.br/br/legislacao.aspx>>. Acesso em: 10 de maio de 2012.

ITESP. Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo. **Localização dos Assentamentos em São Paulo**. Disponível em: <<http://www.itesp.sp.gov.br/itesp/mapa.aspx>>. Acesso em: 23 de novembro de 2012.

MARCOS, Valéria de. Trabalho de campo em Geografia: reflexões acerca de uma experiência participante. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.84, p. 105-136, jul. 2006.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**, 2 edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

MARTINS, José de Souza. **Militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 4 edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: EDUSP, 2000a.

MARTINS, José de Souza. As mudanças nas relações entre a sociedade e a Estado e a tendência de anomia nos movimentos sociais e nas organizações populares. **Estudos Avançados**, v.14, n. 38, jan-abr. 2000b.

MENDONÇA, Maria Luisa. **A OMC e os efeitos destrutivos da indústria da cana no Brasil**. São Paulo: Cadernos de Formação 2, 2006. Disponível em: http://www.social.org.br/cartilha_rede_omc_novo_formato.pdf. Acesso em: 20 mai. 2011.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Editora Hucitec/Polis, 1984.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Análise do Programa de Aquisição de Alimentos. 2010**. Disponível em: <http://www.mst.org.br/As-perspectivas-e-problemas-do-Programa-de-Aquisicao-de-Alimentos-entrevista-egidio-brunetto>. Acesso em: 15 de setembro de 2012.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **"Governo precisa dobrar valor anual do PAA", diz dirigente do MST**. 2012. Disponível em: <http://www.mst.org.br/PAA-tem-que-reorganizar-estrutura-e-se-tornar-politica-governamental>. Acesso em: 15 de setembro de 2012.

NEPO. Núcleo de Estudos da População. **Evolução da população urbana, rural e total**. UNICAMP. Disponível em: www.nepo.unicamp.br. Acesso em: 20 de abril de 2012.

PASTORAL DO MIGRANTE. **Guariba foi o divisor de águas**, 2009. Disponível em: http://www.pastoraldomigrante.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=402%3Aguariba-foi-o-divisor-de-aguas&catid=47%3Amemoria&Itemid=38. Acesso em: 20 de abril de 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Aos trabalhadores nem o bagaço ou a revolta dos trabalhadores dos canaviais e dos laranjais. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.60, p. 153-226, 2 sem. 1983-1º sem. 1984.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, João. P. **A questão agrária hoje**. 2º Edição. Editora da UFRGS, 1994. 45-67.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das lutas no campo**. 9 edição. São Paulo: Contexto, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura camponesa no Brasil**. 4 edição. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Revista Estudos Avançados**. Vol. 15 n. 43, São Paulo, set./dez. 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana F. A (Org). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

PENTEADO, Maria Antonieta Gomes. **Trabalhadores da cana: protesto social em Guariba – maio de 1984**. Maringá: EDUEM, 2000.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 43 edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

PRADO JUNIOR, Caio. **A questão agrária**. 5 edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

POLI, Fabiana Naxara. **Listagem dos bens culturais básicos de Jaboticabal. Ribeirão Preto**: Editora Moura Lacerda, 1988

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Introdução- Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: QUEIROZ, MARIA Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991, p. 1-25.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria de Agricultura. **Desenvolvimento da agricultura paulista**. 1 edição. São Paulo: Instituto de Economia Agrícola, 1972.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. **Projeto LUPA- 2007/08 - Comunicação e Divulgação de Resultados do Projeto LUPA - LUPA 2007/2008**. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 1996. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/divulgacaolupa.php>>. Acesso em: 15 de abril de 2012.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008**. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 1996. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: 03 de março de 2012.

SÃO PAULO (Estado). Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Anuário Estatístico do Estado de São Paulo 2003**. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/anuario/2003/car/car2003_m04.pdf>. Acesso em: 25 de abril de 2012.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008**. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: 03 de março de 2012.

SÃO PAULO (Estado). Instituto de Cooperativismo e Associativismo. **Organização de associações de produtores rurais de acordo com o Código Civil (Lei nº 10.406, de 10-01-2012)**. São Paulo, 2006.

SÃO PAULO (Estado). Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Informações dos Municípios Paulistas**. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/imp/index.php?page=consulta&action=var_list&tabs=1&aba=tabela3&redir=&busca=Popula%E7%E3o>. Acesso em 04 de março de 2012.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. **Institucional**. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/new/institucional.php>>. Acesso em: 10 de março de 2012.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. **Manual Operacional**. Projeto de desenvolvimento rural sustentável Microbacias II - Acesso aos mercados. 2012. São Paulo. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/arquivos/Microbacias2-ManualOperacional_17-09-2012.pdf>. Acesso em: 19 de setembro de 2012.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola **Sobre o Projeto**. 2012. São Paulo. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/oprojeto.php>>. Acesso em: 25 de setembro de 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAQUET, Marco Aurélio. O Território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marco Aurélio. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004, p. 121-147.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Associação**. Série empreendimentos coletivos. 2009.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Consolidação da dominação do capital monopolista no Brasil e as mudanças ocorridas na agricultura. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, p. 5-22, 1981.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Roupas Nova para um velho sonho: assentamentos de trabalhadores rurais e reforma agrária. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, ano 1, n. 3, p. 32-40, out-dez, 1987.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Trabalhadores rurais: a negação dos direitos. **Raízes**, Campina Grande, v. 17, n. 1, p. 29-42, jan-jun. 2008.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **A territorialização do monopólio: as agroindústrias canavieiras em Jaboticabal**. 1988. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo.

VAINER, Carlos Bernardo. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?. In: **Cadernos IPPUR-UFRJ**, Planejamento e território, ensaios sobre a desigualdade, Ano XV, n° 2, ago-dez 2001 / Ano XVI, n° 1, jan-jul 2002, p. 25)

VILLA, Marco Antonio. **Breve história do Estado de São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

Outras Fontes

Entrevistas

Assentado 1, agricultor e associado. Entrevista concedida em 03/02/2012.

Assentada 2, agricultora e associada – possuidora de cargo representativo na Associação. Entrevista concedida em 24/01/2012.

Assentada 3, agricultora e associada – possuidora de cargo representativo na Associação. Entrevista concedida em 06/02/2012.

Assentada 4, agricultora agregada, representante dos jovens do assentamento. Entrevista concedida em 06/03/2012.

AMARANTE, José Responsável pelo ITESP, cargo de técnico de desenvolvimento agrário Entrevista concedida em 18/01/2012.

NOBUKUNI, Lineu presidente do STR de Jaboticabal. Entrevista concedida em 25/01/2012

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista semi-estruturada realizada com o presidente do Sindicato Rural de Jaboticabal

- Qual sua formação? Quanto tempo de cargo?
- Quanto tempo existe o STR em Jaboticabal?
- Abrange quais municípios?
- Hierarquização política (cargos).
- Quais são as frentes de atuação do STR?
- Como se deu a atuação do STR em relação às manifestações dos trabalhadores de Guariba no ano de 1984?
- Conte-me sobre suas experiências que mais marcaram nesse cargo.
- Já tem mais de quarentas anos de experiência no campo, conte-me um pouco sobre a transição das culturas em Jaboticabal.
- Estimativa da evolução no número de trabalhadores volantes no setor canavieiro de Jaboticabal.
- Trabalho de conscientização com os trabalhadores volantes a respeito da exploração que vivem cotidianamente?
- Quanto corta em geral (em tonelada de cana-de-açúcar) um trabalhador por dia? E o valor recebido pelo mesmo?
- Como o sindicato vê a expansão canavieira no município? Diminuição da população rural em Jaboticabal. Estrutura fundiária do município e a modernização são fatores? Quais os motivos que levaram à saída, expulsão do homem do campo?
- Existe algum trabalho do STR com os assentados do Córrego Rico?

APÊNDICE B- Roteiro de entrevista semi-estruturada realizada com os assentados no período de janeiro de 2012 à março de 2012

-A maioria dos assentados hoje, eram pequenos proprietários que foram expropriados ou sempre foram assalariados (rurais ou urbanos)? Quais as atividades exercidas antes do luta pela terra? *Boias-frias temporários (pequenos proprietários, arrendatários – complementação da renda) ou permanentes?

-Na greve de Guariba de 1984 o objetivo principal era a luta por melhores salários e condições dignas de trabalho (direitos trabalhistas) ou terra para plantar e ser proprietário?

-Qual a relação dos grevistas de Guariba 1984 com os militantes pela conquista do assentamento?

-Qual a procedência dos militantes/assentados? De onde vieram?

-A renda das famílias aumentou após a conquista?

-Quanto tempo demorou para que a ocupação fosse regulamentada como assentamento? Período em que durou toda a luta para que se efetivasse a conquista.

-Quantos eram os militantes no início da luta? Houve muitas desistências durante o processo de conquista?

-Por que o interesse em ocupar a área pública da Fepasa/Horto Florestal de Córrego Rico?

-Como souberam da disponibilidade dessas terras?

-Tentaram ocupar outra área antes dessa?

-Se ficaram acampados, por quanto tempo?

-Houve confronto com a polícia (violência) durante o processo de conquista?

-Como foi feita a demarcação dos lotes?

-Como ocorreu a distribuição dos lotes?

-Escritura da terra é coletiva ou individual?

-Quando ocorreu a emissão de posse?

-Existem equipamentos/maquinários que são de uso coletivo?

-Existem atividades que são desenvolvidas coletivamente ou toda a produção se dá de maneira individual (pela responsabilidade de cada família em seu lote)?

- A produção acontece de maneira convencional ou orgânica, agroecológica? Explique como se dá a transição agroecológica (Mucuna- adubo verde).
- Para a conquista da terra houve a participação da Igreja/CPT, partidos políticos ou outras instituições?
- Existe contato do Assentamento com outros do Estado?
- E a relação com o MST, como é? Por que não possuem vínculo com o Movimento?
- Há preconceito da sociedade em geral, quando vocês se definem como assentados?
- Já tiveram o interesse na criação de uma cooperativa de produtores a partir do que é produzido pelos assentados?
- Qual a relação dos assentados com órgãos do Estado (ITESP e INCRA)? Por que impediram a entrada de técnicos do ITESP em 2009?
- Há orientação técnica desses órgãos no Assentamento? De que maneira se dá a intervenção?
- Qual a relação com o poder público municipal? Diferenças entre a gestão PT (prefeita Maria Carlota Niero Rocha) e a atual PP (prefeito José Carlos Hori).
- Há atualmente projetos para que se melhore a qualidade de vida e infraestrutura do assentamento?
- Há algum representante político (deputado, vereador) que auxilia nas questões que envolvem os assentados e o assentamento? Quem são eles? De que maneira atuam?
- Algum vínculo ou relação com a CONTAG ou FERAESP?
- São sindicalizados?
- Qual o papel da Associação Terra Rica?
- Quantos associados à ela? E quando fazem as reuniões?
- Existe espaço de discussão coletiva dos interesses?
- Nas assembleias, quais os temas discutidos?
- Existe formação sobre política, sociedade e expansão da monocultura canvieira na região?
- Como veem a questão agrária na região? Qual é sua opinião sobre as atuais políticas para assentados?

- Relações com os fazendeiros e usineiros locais? Há conflitos, pressão? Quais, por exemplo?
- Algum assentado participa de algum órgão ou conselho municipal?
- Tânia, estrutura política do assentamento. Existe hierarquização? Quais cargos existem?
- O que é a OMAQUESP, e qual sua atuação nela?
- Quais os principais produtos produzidos no Assentamento? Como é tomada a decisão sobre o que produzir?
- Prezam pela diversidade na produção?
- A venda dos produtos do Assentamento ocorre diretamente para a população (feiras) ou existe a presença de atravessadores no processo de comercialização? É difícil disponibilizar os produtos no mercado?
- Participam de eventos/Congressos ou manifestações que envolvem a luta pela terra ou dos trabalhadores rurais?
- Quais são as perspectivas dos jovens do assentamento? Pretendem ficar? Migrar para a zona urbana?
- Em relação às manifestações culturais, preservam alguma?
- A escolha do nome do assentamento, Córrego Rico, foi apenas uma questão de homenagem ao distrito onde assentamento se localiza?

APÊNDICE C - Roteiro de entrevista semi-estruturada realizada com o técnico de desenvolvimento agrário do ITESP

- Conte-me um pouco da sua trajetória enquanto representante do Itesp (cargo que exerce, atividades desenvolvidas)
- E sua formação anterior à posse e a nomeação do concurso era voltada para a área da agricultura ou você não tinha conhecimento em relação a isso?
- E o ACR, ele é estadual ou federal?
- E em relação ao ACR, por que a escolha, daquelas famílias que estão hoje lá assentadas?
- O que o Itesp analisa como impedimento para determinadas famílias se candidatarem a um lote, por exemplo?
- Existe uma lista de espera hoje para que se houver desistência, outras famílias ocupem os lotes vagos?
- A regional do Itesp a qual o ACR pertence é Bebedouro?
- E existe uma estimativa de quantas famílias estão assentadas na região, quantas pessoas?
- Existe Assentamento coletivo ou misto ou a maioria deles são lotes individuais?
- E hoje, existem terras ociosas para Reforma Agrária na nossa região?
- E você sabe me dizer se há projetos para assentar famílias em terras públicas atualmente? Ou em áreas em ocupação que o processo de conquista ainda não foi conquistado?
- Quando há desistência de uma família assentada, como acontece? Eles comunicam você, ou outros assentados comunicam? Quais são as providências tomadas pelo Itesp em relação à isso?
- No ACR tem algum lote vago?
- Conte-me suas experiências durante sua trajetória enquanto técnico no ACR.
- Existe um trabalho do Itesp com os jovens a fim de fixá-los no campo?
- Existe uma preocupação em produzir de maneira orgânica ou agroecológica?
- Então podemos afirmar que o Assentamento é heterogêneo, já que cada família assentada tem a liberdade de decidir o que e como produzir?
- Existe alguma manifestação cultural dos assentados?

-E em relação a origem dessas pessoas, eles estão ligados a algum movimento social?

APÊNDICE D - Modelo de Carta de Cessão

Eu, _____ natural de, _____
 ,portador do RG: _____ e CPF: _____, cedi
 entrevista ao pesquisador da Universidade Estadual de Maringá, denominado
 Fernando Veronezzi, portador do RG: _____ e CPF: _____, no
 dia _____ de _____ de _____ 2012, na localidade
 e por meio dessa carta de cessão lhe concedo o direito de autorização em face às
 suas competências para o que for necessário, devendo obedecer aos princípios de
 pesquisa em nível acadêmico. O pesquisador se compromete a esclarecer todas as
 dúvidas do informante a respeito da pesquisa a nível de mestrado denominada **“Os
 trabalhadores rurais e a luta pela terra no Distrito de Córrego Rico: A
 conquista do Assentamento “Terra Rica”**”. Segue abaixo assinado conforme
 direito à utilização.

Os dados dos depoimentos estarão sob sigilo ético, de modo que ela não oferece
 nenhum risco ao informante.

Entrevistado

Entrevistador

Sendo _____ assim, _____ eu,

() permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa

() não permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa.

Dados importantes

Horário:

Tempo de duração da Pesquisa: